

**DEUSA MARIA DE SOUZA**

**A LATÊNCIA DO NOME**

**Um Estudo Histórico-Enunciativo dos Processos de  
Designação no Discurso Ecológico-Político-Partidário**

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Dr. Eduardo R.J. Guimarães

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP  
Instituto de Estudos da Linguagem  
2002

**UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE**

**DEUSA MARIA DE SOUZA**

## **A LATÊNCIA DO NOME**

**Um Estudo Histórico-Enunciativo dos Processos de  
Designação no Discurso Ecológico-Político-Partidário**

Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística

Orientador: Prof. Dr. Eduardo R.J. Guimarães

UNICAMP

Campinas  
UNICAMP  
Instituto de Estudos da Linguagem  
2002

200326346

UNIDADE	30
Nº CHAMADA	UNICAMP
	So89L
V	EX
TOMBO BC/	54998
PROC.	16-124103
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	05/08/03
Nº CPD	

CM00187139-9

BIB ID 295913

## FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

So89L Souza, Deusa Maria de  
A latência do nome: um estudo histórico - enunciativo dos processos de designação no discurso ecológico-político-partidário / Deusa Maria de Souza. -- Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Semântica. 2. Referência (Linguística). 3. Manifesto - Político. I. Guimarães, Eduardo Roberto Junqueira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães – Orientador

Profa. Dra. Carmen Zink Bolognini

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias

Prof. Dr. Lynn Mario Trindade Menezes de Souza

Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi-Fontana

Prof. Dr. Kanavilil Rajagopalan

Profa. Dra. Claudia Pfeiffer

Este exemplar é a redação final da tese  
defendida por Deusa Maria de

Souza

e aprovada pela Comissão Julgadora em  
16/06/03.

Luiz

A minha família

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de manifestar meu agradecimento:

A Eduardo Guimarães, pelo privilégio de uma orientação rigorosa e precisa, pela atitude compreensiva, paciente, bem-humorada, incentivadora e entusiasta, e sobretudo por sua sensibilidade e capacidade de “desconstruir” seus próprios textos, os quais para mim (ainda) continuam, mesmo que *ilusoriamente*, completos e definitivos.

Ao CNPq, por ter financiado parte desta pesquisa.

A Lynn Mario T. Menezes de Souza, pela leitura rica e inspiradora.

A Carmen Zink Bolognini, pela leitura atenta e observações precisas para o exame de qualificação.

A Marisa Grigoletto, pelos comentários valiosos feitos em momentos “roubados” de outras atividades.

A Cibele, pela convivência para além da academia.

A Divanize Carbonieri, pela bibliografia sobre nomes.

A Wagner Costa Ribeiro, pela oportunidade de um diálogo com a Geografia Ambiental.

A Eni Orlandi e Maria José Coracini, pelas leituras dos textos de qualificações em áreas complementares.

A Kanavilil Rajagopalan e Claudia Pfeiffer, por fazerem parte da suplência da banca de defesa.

Ao Green Party pela permissão para reproduzir material do partido.

Aos meus colegas da área de inglês do DLM, FFLCH, pelo incentivo.

Ao Prof. Dr. Ingolfur Blühdorn, do Departamento de Estudos Europeus da Universidade de Bath, pela acolhida e pelos esclarecimentos sobre *política verde*.

A Stephen Lambert, do Green Party of England and Wales, pelas entrevistas via e-mail.

A Anne Vechtel, dos Arquivos Grünes Gedächtnis, Berlim, pelo artigo sobre o nome do partido alemão.

A Fabiana Valéria da Silva Tavares, pelo carinho com que revisou e formatou a versão final deste trabalho.

Aos vários colegas e amigos que acompanharam o andamento desta pesquisa.

Aos meus alunos, pela amizade.

A outras pessoas que muito me ajudaram e de diversas formas: Alvaro Hattner, John Milton, Laura Izarra, Hardarik Blühdorn.

A Gilberto, pelo apoio incondicional.

## RESUMO

Esta tese tem como objeto de investigação o chamado "discurso ecológico" ou "discurso verde" (*green discourse*), mais especificamente o discurso ecológico-político-partidário.

Nossa pesquisa teve como preocupação fundamental a investigação, pelo método da Semântica da Enunciação, da questão da significação através dos processos designativos apreendidos da análise do conjunto de textos que compõem o *corpus* selecionado e do processo de instauração dos sentidos que a partir dele se configuram, sentidos esses manifestados na relação do sujeito com a linguagem.

No universo de discursos sobre o meio ambiente, optamos por focar o discurso ecológico-político-partidário, estabelecendo um recorte a ser examinado, ou seja, o manifesto dos partidos verdes tomados como textos "inaugurais", os quais se propõem reunir os princípios filosóficos norteadores da conduta do partido político e dos seus membros. Objetivamos, assim, investigar o discurso ecológico-político-partidário no âmbito da chamada "política verde", a fim de poder descrever elementos de seu funcionamento enunciativo, buscando identificar processos de instauração e produção de sentidos a partir da identificação de processos de designação. Procuramos confrontar, através da análise proposta, a aparente estabilidade das designações e a univocidade do nome próprio, e, conseqüentemente, a crença na transparência da linguagem.

Na perspectiva teórico-metodológica a qual este estudo está filiado, ou seja, a Semântica Histórica da Enunciação, a língua funciona porque há uma determinação histórica que a faz funcionar. Na medida em que um sujeito ocupa uma posição no interdiscurso, a língua funciona, determinada por essa posição e significando por ela. Os efeitos de sentido se dão (o sentido se produz) na medida em que a língua funciona afetada pelo interdiscurso.

Conluímos, em nosso estudo, que os processos designativos observados na análise do *corpus* constituem um lugar onde é possível depreender uma organização do mundo, ou seja, uma interpretação da atividade humana. Esses processos revelam uma aparente estabilidade das designações (como, por exemplo, a existência de uma única *natureza* a ser salva), contribuindo para a construção de um efeito de homogeneidade do dizer ecológico-político-partidário e produzindo um efeito de tipo (o *discurso verde*).

Além disso, foi possível perceber, graças também à articulação do aparato teórico adotado e do material de análise selecionado, a efetiva relevância de se manter em aberto a questão da exterioridade da linguagem, como uma questão permanente para os estudos semânticos.

Palavras-chave: Semântica da Enunciação; Partidos Verdes; Designação e Referência

## ABSTRACT

This dissertation aims at investigating the so-called “ecological discourse” (*green discourse*), more specifically the green party discourse.

Relying on the method offered by the field of Semantics of Enunciation, we were particularly interested in questions of meaning observed in processes of designation through the analysis of a corpus formed by a set of documents produced by the English and Brazilian green parties.

Within the different discourses on the environment, we selected the green party manifestoes taken as “inaugural” texts, i.e., texts that include the philosophical principals that guide the members of the parties’s attitudes. We sought to examine the green party discourse in order to describe elements of its enunciative functioning as well as identify processes of meaning production. Our analysis enabled us to confront the apparent stabilized designations in relation to the party’s name and the belief in the transparency of language.

In the orientations of Semantics of Enunciation, language works due to a historical determination. Insofar as a subject occupies a position in the interdiscourse, language works determined by such position creating meaning through it.

Our analysis led us to conclude that the processes of designation observed in the corpus represent a place where it is possible to apprehend a particular organisation of the world, that is, an interpretation of human activity. Such processes reveal an apparent stabilization of designations (as, for instance, the existence of a single “nature” waiting to be saved), and contribute to the construction of an effect of homogeneity of the green party discourse, producing an effect of “type”, ie, the *green discourse*.

Besides, we could notice, thanks also to the articulation between the theoretical apparatus adopted and the analysis of the selected *corpus*, the relevance of maintaining open-ended the question of the external aspect of language, as a recurring question for any semantic studies.

Key words: Semantics of Enunciation; Green parties; Designation and Reference

*(...) pediria sua indulgência e, mais do que isto, sua maldade. Isto é, gostaria muito que (...) me fizessem perguntas, críticas e objeções para que, na medida do possível e na medida em que meu espírito não é ainda rígido demais, possa pouco a pouco adaptar-me a elas.*

M. Foucault, *A Verdade e as Formas Jurídicas*

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
-----------------	----

PRIMEIRA PARTE: A SEMÂNTICA ENUNCIATIVA E A QUESTÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM.....	31
---	----

## **Capítulo 1 - Situando o problema: o discurso político**

<b>“verde” e os estudos da linguagem.....</b>	<b>33</b>
1.1. Origem e evolução do movimento ecológico.....	36
1.1.1. O caso britânico.....	38
1.2. Meio ambiente e política partidária.....	41
1.2.1. Política partidária “verde”.....	43
1.2.2. O caso brasileiro.....	44
1.3. O pós-ecológico.....	48

## **Capítulo 2 - Semântica Enunciativa e o conceito de**

<b>designação.....</b>	<b>53</b>
2.1. Um jogo de inclusão e exclusão: sentido e referência.....	54
2.1.1 Incluindo o objeto: a noção de exterioridade.....	55
2.2. A exterioridade vista em outros domínios.....	59
2.3. Subjetividade e sentido.....	65
2.4. Alguns conceitos em Análise de Discurso.....	68
2.4.1. Concepção de sujeito na Análise de Discurso e a interdiscursividade.....	70

2.5. Por uma Semântica Histórica da Enunciação.....	76
2.5.1. Designação e estabilidade referencial.....	82

<b>Capítulo 3 - Considerações sobre o conceito de tipologia discursiva .....</b>	<b>87</b>
--	-----------

3.1. Relevância da noção de tipo para o analista de discurso.....	88
3.2. Tipo e funcionamento.....	89
3.3. Tipologia e senso comum.....	90
3.4. Indo além da tipologia.....	94
3.5. Formação discursiva e regularidade.....	95
3.6. Tipos estáveis de discurso.....	97
3.6.1. O Discurso jornalístico.....	98
3.6.2. O Discurso religioso.....	101

<b>SEGUNDA PARTE : O FUNCIONAMENTO ENUNCIATIVO DO DIZER ECOLÓGICO-POLÍTICO-PARTIDÁRIO.....</b>	<b>105</b>
--	------------

<b>Capítulo 4 - Os sujeitos do discurso ecológico político: processos de designação e lugares de enunciação.....</b>	<b>107</b>
4.1 Organização partidária, fenômeno “naturalizado”.....	109
4.2 Nomeação de partidos.....	112
4.2.1. O(s) nome(s) do Partido Verde.....	114
4.2.2. O funcionamento dos nomes do partido e o gesto de siglar.....	116

4.2.3. Os sentidos de “verde” e de “green” nos partidos.....	128
4.3. Constituição dos lugares de enunciação: <i>lugares sociais</i> e <i>lugares de dizer</i> .....	135
4.3.1. Efeitos da presença e de ausência das formas da primeira pessoa do plural (nós/we).....	138
4.3.2. A abrangência do “we” no <i>Green Party</i> .....	141
4.3.3. Ausência da forma explícita do “nós” no PV.....	148
4.3.4. Lugares de dizer: negação de lugares sociais.....	154
<b>Capítulo 5 - Construção da referência em dizeres sobre o meio ambiente</b> .....	<b>157</b>
5.1. Designando relações com a natureza.....	163
5.1.1. Univocidade da natureza.....	165
5.2. Natureza: conflito entre três passados.....	174
5.3. Natureza sustentável: a construção de um objeto.....	184
5.3.1. Sujeito e natureza.....	185
<b>Capítulo 6 – O Efeito Metafórico na política “verde”</b> .....	<b>193</b>
6.1. Funcionamento de figuras de discurso.....	196
6.1.1. Metáfora diretriz: <i>a salvação da natureza</i> .....	198
<b>Conclusão</b> .....	<b>215</b>
Referências Bibliográficas.....	219
APÊNDICE 1 – Relação dos documentos analisados.....	231
APÊNDICE 2 – Documentos analisados.....	233

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem como principal objetivo lançar um olhar investigativo sobre o chamado "discurso ecológico" ou "discurso verde" (*green discourse*), mais especificamente o discurso ecológico-político-partidário. Interessa-nos fazer uma análise enunciativa que nos permita, na medida do possível, conhecer o funcionamento enunciativo desse discurso.

Este trabalho se caracteriza, de certo modo, como extensão da minha pesquisa em nível de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas (LAEL), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, sob o título *A Questão Ideológica e o Ensino de Leitura do Inglês: Uma Proposta de Reflexão Pedagógica Através do Discurso de Tema Ecológico em Livros Didáticos*. O referido trabalho buscou discutir, a partir de uma perspectiva discursiva (Pêcheux, 1975), a questão ideológica em relação ao ensino de leitura do inglês como Língua Estrangeira (LE), tomando como *corpus* de análise um conjunto de textos didáticos abordando temas ambientais.

Discuti, também, o "poder" do texto (geralmente considerado fonte de todas as respostas e de um sentido único) e a autoridade do livro didático como elementos que podem limitar o exercício de um senso crítico por parte do aluno e do professor. Na dissertação citada, optamos por um recorte temático: a questão ambiental. Para aquele estudo, escolhemos o tema ecológico não só por se tratar de uma questão de interesse geral, atual e de

relevância mundial mas também pelo aumento da frequência do tema em textos para leitura inseridos nos livros didáticos.

A análise, dividida em dois momentos, procurou identificar: (i) a questão ideológica funcionando como um dos elementos determinantes para que certas leituras fossem possíveis e não outras; (ii) de que maneira a análise das atividades propostas pelos livros didáticos para a abordagem dos textos contribui para a presença de um conceito de leitura em LE que pouco auxilia o aluno na adoção de uma atitude crítica em relação ao processo de ensino e aprendizagem do inglês.

Naquela ocasião, procuramos não nos referir à existência de um discurso ecológico em termos tipológicos, uma vez que não era, ainda, nosso objetivo investigar em maior profundidade esse possível gênero discursivo. Mais tarde, no entanto, houve uma espécie de “consolidação” na esfera do senso comum, se assim podemos dizer, de um *discurso ecológico*. O que até um certo momento parecia ser, por um lado, exclusivo de textos acadêmicos produzidos nas Ciências Sociais e na Ciência Política, e, por outro, de práticas associadas a *hippies* e minorias “alternativas”, começou a circular em outros âmbitos, especialmente na mídia. O “ecológico” passou a fazer parte do cotidiano, podendo ser facilmente observado no discurso da televisão e do rádio (Peattie, 1992) tornando-se presente nas propagandas de rua (*outdoor*), em agências de viagem -o ecoturismo - (Pelegrini, 1993) e em produtos encontrados em supermercados (detergentes biodegradáveis, embalagens produzidas com material reciclado etc.). Além disso, o tema ecológico também passou a fazer parte do discurso oficial do MEC, tendo

tido inserido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como um dos *temas transversais*.

A presença mais “marcada” do tema ambiental no cotidiano, a formulação do *ecológico* através de um trabalho de linguagem, traduzido numa proliferação de “enunciados ecológicos” foi gradativamente intensificando nosso interesse pelo tema como questão relevante que mereceria uma reflexão acadêmica do ponto de vista de um estudioso da linguagem. Pareceu-nos, então, que o que se convencionou chamar *discurso ecológico* poderia constituir um terreno fértil para o exame de questões de sentido e referência. Esse “deslocamento” do tema ambiental, ou seja, de sua presença exclusiva em nichos específicos (Ciências Sociais) e/ou estigmatizados (minorias e ideologias “alternativas”) para o senso comum, e o fato de esse discurso fazer sentido e ter maior visibilidade em outros *lugares*, fizeram-nos perceber que haveria questões enunciativas pertinentes a serem examinadas. Em outras palavras, a maior recorrência de enunciados ecológicos em diversos níveis sociais constituía elemento que estava contribuindo para a construção de uma reescritura própria do mundo.

Assim, pretendemos, aqui, pensar acerca de questões de linguagem que colocam o sujeito em uma relação com o mundo materialmente construído pela presença do homem nessa relação, tomando como elemento de análise textos funcionando como exemplares do chamado “discurso verde”.

Nossas reflexões estão apoiadas na perspectiva teórica da Semântica Histórica da Enunciação em sua confluência com a Análise de Discurso de

linha francesa, na forma como ela tem se desenvolvido no contexto brasileiro.

Muitas têm sido as pesquisas que abordam questões relativas ao meio ambiente. Podemos observar, no Brasil e no exterior, um número cada vez maior de publicações enfatizando temas ecológicos. A maior parte dessa literatura aborda o tema ecológico com um enfoque direcionado à discussão e à busca de soluções para a "crise ambiental", especialmente no âmbito das Ciências Sociais. Porém, poucos têm sido os estudos que discutem os processos através dos quais o tema ecológico adquiriu tamanha aceitação na opinião pública.

Entre os estudos que consideramos mais relevantes, encontram-se aqueles realizados por Keith (1988), ao tratar da relação Homem-natureza, sob uma perspectiva histórica que remonta ao século XIV. O autor discute o pré-conceito de que, antes da industrialização, o Homem dava mais valor à natureza. Segundo ele, foi somente após o ser humano ter dizimado grande parte da fauna e da flora que ele passou a ter interesse pela ecologia.

Seguindo o enfoque da relação Homem-natureza, vários sociólogos e cientistas políticos estão interessados em investigar as raízes do movimento ecológico ou ecologista. É o caso de Feldman (1992), ao comentar a Conferência Rio-92 e suas implicações práticas para a questão ambiental; Gonçalves (1990); Guattari (1989); Vieira (1990) ao abordarem a tradição cartesiana em relação ao meio ambiente.

O número ainda relativamente reduzido de pesquisas que discutem o discurso de tema ecológico justifica-se, em parte, pela origem histórica

recente da "política verde" (Pádua, 1991). Pádua toma como marco o início dos anos 70, com a formação do primeiro Partido Verde, na Inglaterra.

Parece-nos que, no que concerne ao discurso de tema ecológico, as Ciências Sociais têm buscado descrever e fornecer explicações para a "genealogia do projeto verde" recorrendo à história.

Nossa pesquisa tem como meta fundamental a investigação, pelo método da Semântica da Enunciação, da questão da significação através dos processos designativos apreendidos da análise do conjunto de textos que compõem o *corpus* selecionado e do processo de instauração dos sentidos que a partir dele se configuram, sentidos esses que se manifestam na relação do sujeito com a linguagem. Este estudo estará apoiado sobre um aspecto que é ao mesmo tempo ponto de partida e o do que acreditamos ser o eixo principal da articulação que pretendemos estabelecer entre o aparato teórico da Semântica Histórica da Enunciação e a análise do *corpus* — o nome; mais especificamente o nome *Partido Verde*.

No universo de discursos sobre o meio ambiente, optamos por enfocar o discurso ecológico-político-partidário, estabelecendo um recorte a ser examinado, ou seja, o manifesto dos partidos verdes tomados como textos "inaugurais", os quais se propõem reunir os princípios filosóficos norteadores da conduta do partido político e dos seus membros. O manifesto tem como objetivo principal fornecer uma descrição da entidade partidária como instituição homogênea, de características harmoniosas e não-conflitantes. Em outras palavras, no manifesto pressupõe-se a

convivência de várias vozes que assinam um único texto em defesa de um ideal comum de governabilidade e organização social.<sup>1</sup>

Ao buscarmos identificar aspectos do funcionamento enunciativo do discurso ecológico-partidário através do exame do modo de caracterização das designações do Partido Verde, esperamos criar subsídios que auxiliem estudiosos da linguagem a refletirem sobre outras práticas discursivas, favorecendo o surgimento de possibilidades de análise, não somente em relação, mais especificamente, ao conceito de designação como também nos estudos que examinam a enunciação como “ponto-de-fuga”<sup>2</sup> dos estudos lingüísticos.

Deste modo, consideramos, como objetivos principais da nossa pesquisa, os seguintes aspectos: 1) investigar o discurso ecológico-político-partidário no âmbito da chamada “política verde”, ou seja, aquele discurso proferido por membros de Partidos Verdes, grupos ecologistas e ONGs (Organizações Não Governamentais para a defesa do meio ambiente) no Brasil e fora do Brasil (na Grã-Bretanha, principalmente), a fim de poder descrever elementos de seu funcionamento enunciativo, buscando identificar processos de instauração e produção de sentidos a partir da identificação de processos de designação; 2) buscar confrontar, através da análise proposta, a aparente estabilidade das designações e a univocidade do nome próprio, esperando, dessa forma, contribuir para a ampliação ou consolidação de

---

<sup>1</sup> Sobre a redação de um manifesto, Simone de Beauvoir comentou em carta a Nelson Algren, em 1947: “Foi um dia duro para Sartre e para mim, tentando obter assinaturas a favor de nosso manifesto. Os intelectuais (no sentido mais restrito do termo) acham que é essencial serem fiéis a si próprios e, se não concordam com uma determinada palavra, decretam “não poder assinar isso”. Impossível colocar de acordo 100 pessoas a respeito de todas as palavras de uma só página.” (cf. Beauvoir, 2000: 93).

<sup>2</sup> No sentido em que esta expressão é empregada por Paul Henry (1992: 21).

uma postura que se contrapõe à crença na transparência da linguagem; e 3) contribuir para estabelecer uma reflexão acerca da questão tipológica (também um lugar de promoção da estabilidade referencial), através de análise que discuta e articule conceitos tais como sujeito, sentido e referência em um “tipo” de discurso (no caso, ecológico-político);

Tendo em vista os objetivos apresentados anteriormente, optamos por um percurso de pesquisa que se delinea da seguinte forma:

(i) Recorreremos aos pressupostos da Semântica Histórica da Enunciação, priorizando a literatura referente a conceitos relacionados às noções de designação e referência;

(ii) Traçaremos um breve panorama acerca da história do movimento ecológico no mundo e no Brasil, com o propósito de situar o leitor no debate sobre o pensamento ecológico; e

(iii) Em razão do diálogo que se estabelece neste trabalho entre a Semântica Histórica da Enunciação e a Análise de discurso, recorreremos à literatura que aborda a questão tipológica considerando-a teoricamente do ponto de vista da interdiscursividade constitutiva de todo discurso. Embora a realização de uma análise especificamente tipológica não faça parte deste estudo, essa questão nos interessa, na medida em que ela fornece subsídios que nos ajudarão a substanciar a discussão acerca da instabilidade designativa.

A partir de considerações teóricas, passamos à análise propriamente dita de um *corpus* composto de a) manifesto e programa do Partido Verde da Inglaterra (*Green Party*), escolhido por sua representatividade mundial, além de ser considerado modelo para a política ecológica no Brasil; b)

manifesto e programa do Partido Verde brasileiro; c) outros documentos publicados pelos partidos verdes em questão, tais como panfletos, editoriais e entrevistas; e d) material sobre tema ambiental publicado na imprensa escrita, especialmente artigos sobre partidos verdes e atuação de grupos ambientalistas.

Passamos, agora, a uma descrição de cada capítulo que constitui a tese.

O capítulo 1 tem por objetivo apresentar um resumo das principais discussões sobre o tema ambiental que têm presença mais marcante na literatura a respeito da questão ecológica, notadamente nos estudos desenvolvidos no âmbito das Ciências Sociais e nas Ciências Políticas. Não pretendemos fornecer um relato cronológico dos fatos históricos ligados ao ambientalismo; a redação deste capítulo visa fornecer ao leitor alguns subsídios para que ele possa se situar com relação à questão motivadora de nossa análise.

No capítulo 2, apresentamos uma breve exposição dos princípios da Semântica Histórica da Enunciação, com enfoque nos principais conceitos utilizados para a análise, quais sejam, sentido, designação e referência. Apresentamos de forma breve, também, alguns pressupostos teóricos da Análise de Discurso (de linha francesa), tais como a questão do sujeito e do interdiscurso. A fim de realizarmos uma análise semântico-enunciativa, faz-se necessário discorrermos sobre alguns dos conceitos principais em relação à enunciação, em especial aqueles que possam esclarecer o percurso dos estudos sobre a enunciação em direção a uma semântica de perspectiva histórica. Adotar tal perspectiva para nosso estudo implica

considerar a questão do sentido e da significação em relação à enunciação, tomada em seu aspecto histórico.

O capítulo 3 discute o conceito de tipologia discursiva, partindo do pressuposto de que ela não deve se constituir como um fim em si mesmo para o analista de fatos de linguagem, pois não se trata da mera constatação de características que culminem na classificação de um tipo de discurso com o objetivo de constatar sua legitimidade ou constituição institucional. No caso do chamado *discurso ecológico*, não se trata de elevá-lo à categoria dos discursos estáveis, tais como o discurso jornalístico, o religioso, o político, mas, sim, de perceber como esse tipo de discurso adquire estatuto de discurso *independente*. Em decorrência de nossa análise, pudemos perceber que as designações do partido contribuem para a construção de uma estabilidade discursiva que pode como consequência produzir um efeito de tipo.

O ponto principal desse capítulo é ressaltar o fato de que ao falarmos em tipologia discursiva, o analista terá de lidar com dois aspectos importantes: a) a tipologia enquanto efeito de sentido, parte de um processo imaginário e b) a tipologia como parte das condições de produção do discurso em análise.

O capítulo 4 investiga os processos de construção de designações a partir da análise do nome do partido verde na forma como ele se apresenta nos textos dos manifestos políticos. No manifesto de um partido político esse seria reconhecido por seu nome, por sua sigla, e seu manifesto representaria um lugar privilegiado para imprimir, através do nome, legitimidade e unidade ao partido. Poderíamos dizer que há, sim, uma

memória que reconhece o que parece ser próprio de um manifesto político, que o toma como tipo pré-existente.

Assim, em relação ao nome ou sigla do partido nossa análise procura examinar os seguintes aspectos:

(i) O processo de designação sobre o próprio nome do partido nos textos que compõem o Manifesto: princípios, propostas, editoriais e entrevistas com membros do partido; e

(ii) A identificação dos lugares enunciativos no discurso ecológico-político-partidário e, a partir do exame das formas de designação do Partido Verde brasileiro e do *Green Party* britânico, buscar compreender seu funcionamento enunciativo.

O capítulo 5 analisa o processo de construção da referência no discurso ecológico-político-partidário, focalizando noções-chave, tais como “natureza”, “crise”, “desenvolvimento sustentável”. Argumentamos que essas noções são construções que se apresentam aprioristicamente como dados, independentemente de sua constituição histórica.

O capítulo 6 procura examinar se/ até que ponto as metáforas apreendidas do discurso ecológico-político constituem um modo de caracterizar as designações. Tentaremos argumentar, através da análise, que a metáfora faz parte da construção da designação do Partido Verde.

# PRIMEIRA PARTE

## A SEMÂNTICA ENUNCIATIVA E A QUESTÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

*O que produz conhecimento não é o fato em si que possui evidência e produz aquilo que é. O que produz conhecimento diz respeito a como uma certa teoria aborda um certo conjunto de fatos ... Não é a positividade dos fatos que decide sobre o conhecimento...*

Eduardo Guimarães, em aula do curso *Semântica Argumentativa*, IEL, UNICAMP, 1996.

# CAPÍTULO 1

## SITUANDO O PROBLEMA: O DISCURSO POLÍTICO “VERDE” E OS ESTUDOS DA LINGUAGEM

*“The environmental crisis is generally seen as the central challenge to humanity as a whole, and the corresponding debate one of the most important contemporary social discourses”.*

Ingolfur Blühdorn, *The Abolition of Nature: Nature and Ecology in German Social Theory.*

Em meio ao debate sobre questões ambientais, observa-se uma vasta gama de posições e argumentos relacionados aos temas que envolvem questões que incluem desde limites ao crescimento e desenvolvimento sustentável às chamadas políticas “verdes”. Esse debate tem se intensificado e expandido nas últimas três décadas, motivado por um reconhecimento quase consensual da existência de uma “crise ambiental”.

Neste estudo, este capítulo tem por objetivo apresentar um breve panorama das discussões mais representativas no debate sobre o tema ambiental com maior expressividade na literatura a respeito da questão ecológica, notadamente nos estudos desenvolvidos pelas Ciências Sociais e

pelas Ciências Políticas. Uma vez que a redação deste capítulo visa fornecer ao leitor alguns subsídios para que ele possa se situar com relação à questão motivadora do nosso estudo, não pretendemos fornecer um relato cronológico dos fatos históricos ligados ao ambientalismo. Ao trazermos para o nosso texto posições teóricas distintas sobre a questão ambiental, esperamos colocar em evidência dizeres que convivem de forma muitas vezes conflituosa, mas que no senso comum são geralmente interpretados como um conjunto de vozes sem qualquer dissonância, cujo objetivo final e comum é intervir na realidade e contribuir para a “salvação da natureza”.

Os termos "ecologia", "meio ambiente" e "natureza" (às vezes usados indiscriminadamente como sinônimos) são problemáticos no sentido de que adquirem significado vago ao serem empregados de forma intercambiável.

Aqueles que se dizem ecologistas afirmam estar preocupados com questões que abrangem a extinção de espécies como as baleias e os micos-leões, a explosão demográfica, a corrida armamentista, a urbanização desenfreada, a contaminação de alimentos, a devastação das florestas, o efeito estufa e as tecnologias que afirmam a concentração do poder, entre outras.

Qual seria a razão de abrangerem campos tão distintos?

O movimento ecológico no mundo surgiu na década de 60, numa época em que a classe operária acumulava conquistas e o capitalismo era visto por muitos como a causa de todos os males com que os homens se defrontavam. Juntamente com o movimento ecológico, ganhavam força os movimentos das mulheres, dos negros, entre outros, com conseqüente e crescente participação na cena política.

Não devemos esquecer também o movimento *hippie* e sua influência no processo de reivindicação de mudanças nas condições de vida de jovens, mulheres, das "minorias" étnicas etc. Ao mesmo tempo, a guerra do Vietnã estava mais próxima das pessoas em suas casas, com a difusão dos meios de comunicação de massa. Da mesma maneira, o conflito entre a URSS e a China fez surgir o questionamento do socialismo estalinista. Crescia nos EUA e na Europa, então, o movimento pacifista.

O movimento ecológico no Brasil teve início na década de 70, sob condições bastante específicas (Gonçalves, 1990). O país vivia sob uma ditadura militar que sufocava movimentos tais como o sindical e o estudantil. Os militantes políticos "esquerdistas" acreditavam que a causa do subdesenvolvimento residia no imperialismo dos países desenvolvidos e acreditavam que uma revolução popular contra o imperialismo levaria o país ao socialismo justo e à conseqüente modernização da sociedade.

A política do governo brasileiro na década de 70 era de atrair os capitais estrangeiros, mas a crescente preocupação com o meio ambiente em nível internacional pressionava as instituições financeiras a apresentarem exigências para a realização de investimentos no país. Foram, então, criadas instituições que lidassem com o meio ambiente, cuja política de funcionamento estava mais comprometida com a atração de investimentos estrangeiros do que com o efetivo valor da questão ambiental.

Os "defensores" do meio ambiente encontram, ao mesmo tempo, vozes simpatizantes e vozes contrárias as suas idéias. Há teóricos, como Galbraith (1989) e Huber (1999), que acreditam que os ecologistas

representam um grupo que, como tantos outros, buscam o poder para promover seus próprios interesses.

A discussão em torno da questão ambiental como preocupação social e política é um fenômeno relativamente recente. Fala-se hoje em "falta de consciência ecológica", e a razão para essa "falta de consciência" remonta ao debate ideológico ao longo do século XX, ou seja, o debate entre os sistemas capitalista e socialista. Segundo Minc (1987), embora os dois sistemas apresentassem diferenças, eles tinham entre seus pontos em comum o desrespeito pela natureza e pelo meio ambiente, considerados matéria inesgotável para a exploração econômica da atividade produtiva.

Em uma tradição ocidental e no racionalismo "iluminista", podemos observar que a natureza foi considerada como um objeto à disposição do Homem para que este a subjugasse.

A oposição Homem-natureza encontrou sua formulação máxima na filosofia cartesiana, que colocava o ser humano como sujeito e a natureza como objeto, passando, o primeiro, a ser senhor e mestre da natureza (Vieira,1990).

## 1.1. Origem e evolução do movimento ecológico

O movimento ambientalista não pode ter sua origem ligada a uma data ou acontecimento específico, pois não se iniciou em um determinado país para depois se espalhar pelo mundo. Na realidade, ele surgiu em diversos lugares, em determinadas épocas e, geralmente, por razões

distintas (McCormick, 1992). As primeiras questões ambientais surgiram em nível local.<sup>3</sup> Alguns elementos, no entanto, contribuíram de forma geral para o surgimento do movimento no mundo: o progresso da pesquisa científica, o aumento da ocupação humana e as mudanças nas relações sociais e econômicas.

Em 1968 e 1972, duas conferências internacionais aconteceram com objetivo de avaliar os problemas globais do meio ambiente e sugerir possíveis soluções. A primeira, a Conferência da Biosfera, aconteceu em Paris em 1968 e concentrou-se nos aspectos científicos da conservação da biosfera. A segunda, denominada Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, aconteceu em Estocolmo em 1972 e foi considerada um marco na mudança de abordagem dos problemas do meio ambiente. Segundo McCormick (1992: 88), passou-se de um debate internacional sobre o meio ambiente de caráter “emocional e ocasionalmente ingênuo” dos anos 60 para uma perspectiva “mais racional, política e global” dos anos 70. A Conferência da Biosfera é regularmente vista com menor importância em relação à de Estocolmo, provavelmente porque enquanto a primeira concentrou-se em aspectos científicos de problemas ambientais, a de Estocolmo voltou-se para questões políticas, sociais e econômicas. Essa conferência deu às ONGs maior envolvimento nas discussões e maior cobertura da mídia.

---

<sup>3</sup> “Once the most immediate and personal costs of pollution or hunting or loss of forest were appreciated, individuals formed groups, which formed coalitions, which became national movements and finally a multinational movement.” (Op.cit.: 1).

### 1.1.1. O caso britânico

As origens do movimento ambientalista britânico encontram-se na era de descobertas científicas<sup>4</sup>. O interesse pela História Natural revelava muito a respeito das conseqüências da relação exploradora do homem com a natureza.

No século XIX, a preocupação com o campo constituiu o maior elemento impulsionador para a formação dos primeiros grupos ambientalistas (Garner, 1998). A partir do século XVI, as atividades de naturalistas de campo amadores deram ênfase à beleza<sup>5</sup> do campo e, nos últimos anos do século XIX, com as melhorias observadas no transporte público (tornando o campo acessível a um número cada vez maior de Vitorianos), centenas de associações de historiadores naturais formaram-se com expressivo número de sócios. Embora essas associações estivessem mais voltadas à contemplação da beleza do campo, estavam, de certa forma, também preocupadas com o que se relacionasse aos danos a ele causados.

Desde seu início, o movimento ambientalista teve três vertentes distintas. A primeira delas envolvia grupos voltados para a preservação do campo visto como refúgio no qual as pessoas poderiam buscar alívio para os problemas da vida urbana na Grã-Bretanha industrializada. Concepções de recreação, preservação, santuário e vida silvestre formavam, juntamente

---

<sup>4</sup> Nessa época, observou-se um encorajamento de pesquisa em ciências naturais, culminando com as teorias de Darwin e Wallace.

<sup>5</sup> O século XVIII tomou-se a Meca para ilustradores botânicos e naturalistas e a invenção da litografia em 1796-98 trouxe a beleza visual da natureza para um público maior, notadamente através do trabalho de Thomas Bewick.

formavam, juntamente com argumentos econômicos e científicos, a base para o movimento da busca de conforto na natureza<sup>6</sup>.

A segunda vertente incluía grupos preocupados com a conservação da natureza e sua militância defendia a criação de reservas naturais. A distinção entre “amenidade”<sup>7</sup> e “conservação” da natureza foi elemento divisor importante na história das políticas do campo na Grã-Bretanha, contribuindo para determinar a divisão de responsabilidades das agências ambientalistas governamentais. Com o surgimento da ecologia como disciplina científica importante, a vertente da “conservação” tornou-se dominante.

A terceira vertente no processo de emergência do movimento ambientalista foi a crescente preocupação com os animais, o que precipitou o surgimento do movimento de proteção aos animais no século XIX. A questão do tratamento considerado cruel em relação aos animais era vista como uma expressão de elementos primitivos e selvagens presentes na natureza humana. Protecionistas acreditavam que, ao salvarem a vida selvagem, eles estariam ajudando a preservar a essência da sociedade (McCormick, 1992:04). No início do século XIX, as causas principais de preocupação eram as crueldades infligidas aos animais pela classe trabalhadora urbana, tais como o tratamento dado a cavalos de carruagens e a outros animais, enquanto que a crueldade infligida aos animais pela aristocracia (através da caça) e a elite científica (usando animais em experimentos) era, em contrapartida, ignorada. A primeira lei de proteção

---

<sup>6</sup> A necessidade de um organismo que adquirisse propriedades para a nação levou à criação do National Trust, cujo objetivo era proteger a herança natural e cultural da standardização/padronização causada pelo desenvolvimento industrial.

<sup>7</sup> *Amenities*, em inglês.

aos animais foi assinada na Inglaterra em 1822. Mais tarde, o movimento em defesa dos animais passou a incluir a proteção a animais selvagens e pássaros<sup>8</sup>, além de animais usados em laboratórios. Dos trinta grupos de proteção de animais mais representativos que existem até hoje, por volta de oito foram criados no século XIX.

O movimento ambientalista moderno data do final dos anos 50 e início dos anos 60, período em que o interesse por questões ambientais foi renovado, resultando no aumento dramático de adeptos além da própria renda dos grupos existentes<sup>9</sup>. A idéia de que o movimento ecológico propriamente dito tomou vulto nos anos 60 e 70 é a abordagem mais popular das origens do movimento e também a mais empregada. Essa abordagem leva em consideração o começo do processo de conscientização ecológica (Vincent, 1995: 211).

O movimento ambientalista moderno difere da primeira onda de preocupação ambiental do século XIX. Ele é, em grande medida, um movimento de massa, não somente por causa do aumento de número de associados nos grupos ambientalistas mas também porque membros de alguns grupos mais recentes em particular são encorajados a se tornarem mais ativos em termos de participação em demonstrações e várias formas de ação direta.

O símbolo desse novo caráter ativista do movimento foi a formação do *Greenpeace* e de *Friends of the Earth*, líderes de crescimento em número

---

<sup>8</sup> Acredita-se que a questão da plumagem usada para a confecção de acessórios femininos tenha sido a primeira causa protecionista de cunho popular no final do século XIX.

<sup>9</sup> Estima-se que hoje em dia haja por volta de quatro milhões e meio de membros ligados a grupos ambientalistas em toda a Grã-Bretanha (McCormick, 1992: 4). *Friends of the Earth* e *Greenpeace* são grupos com grande número de associados e de expressiva representatividade no mundo.

de membros durante os anos 80. O *Greenpeace* data do final dos anos 60, ganhando impulso a partir de um protesto no Canadá contra testes nucleares realizados pela França e Estados Unidos, antes de se voltar para a defesa das baleias. A organização floresceu nos anos 70 com uma filial Britânica criada em 1977. O *Friends of the Earth* foi fundado em 1969 nos Estados Unidos. A filial britânica foi criada um ano mais tarde e, no início dos anos 80, a organização já contava com filiais em 29 países. O grupo concentra-se no trabalho com indústrias e produz evidência documentada das causas e conseqüências da degradação ambiental e possíveis soluções. Entretanto, *Friends of the Earth* ainda é considerado um grupo radical (Garner, 1998). Ambas organizações fazem campanha em diversas frentes ligadas ao meio ambiente. Vale notar que há grupos ambientalistas de uma única causa. É o caso, por exemplo, da RSPB (*Royal Society for the Protection of Birds*), que se volta exclusivamente para a proteção de pássaros.

## 1.2. Meio ambiente e política partidária

Embora ainda com pouca expressividade no campo da política partidária, o movimento ecológico tem crescido muito nos últimos tempos, dando origem a um número de grupos de diferentes tamanhos, características e graus de importância no cenário político.

Em meio às discussões sobre ecologia, merece destaque a dimensão política do ambientalismo. Deste modo, é de grande importância o

surgimento do Partido Verde como partido especificamente criado para colocar o ambientalismo na agenda político-partidária.

Atualmente, observamos a existência de partidos verdes em vários países.<sup>10</sup> O *Values Party* (formado na Nova Zelândia em 1972) foi o primeiro partido verde no mundo e o *People Party* (que deu origem ao *Green Party* britânico), criado em 1973, foi o primeiro partido verde europeu, tendo sido fundado por um grupo de profissionais influenciados pela idéia de ameaça ambiental propagada na literatura de sobrevivência.<sup>11</sup> Em 1975, após um período de pouca expressividade política, os membros que restaram no *People Party* renomearam o partido para *Ecology Party* e, em 1985, o nome atual *Green Party* substituiu o *Ecology Party*.<sup>12</sup>

Em alguns países (não é o caso da Grã-Bretanha), os chamados “verdes” têm conseguido representatividade política, ocupando postos governamentais. Mais notadamente, o partido verde alemão (*Die Grünen*) que se destaca por assegurar, principalmente durante os anos 80 e ainda nos dias de hoje, níveis altos de apoio parlamentar (Garner, 1998; Blühdorn, 1995 e 1998).

---

<sup>10</sup> Para um histórico dos partidos verdes europeus, ver Bomberg, E. (1998).

<sup>11</sup> *Blueprint for Survival*, texto de Edward Goldsmith foi, e continua sendo em muitos casos, texto-chave para os “verdes” britânicos. Essa publicação antecipou, na Grã-Bretanha, o estabelecimento de um Movimento pela Sobrevivência (MS), uma coalizão de grupos ambientalistas autônomos, cuja meta era influenciar o governo.

<sup>12</sup> Segundo Garner (1998: 130), o termo *Green* substituiu o “rather neutral and sterile ‘Ecology’ label”.

### 1.2.1. Política partidária “verde”

A dimensão político-partidária da questão ambiental está intrinsecamente ligada à importância da emergência e ao desenvolvimento dos partidos verdes, criados (especialmente no caso britânico) para colocar o ambientalismo na agenda política.

A política partidária “verde” teve, desde sua emergência, de lidar com um dilema fundamental, que consiste em, ao mesmo tempo em que procura manter seus princípios mais “puros”, buscar visibilidade no cenário político composto por outros partidos. Assim, muitos partidos verdes, para conseguirem alguma representatividade em nível parlamentar, acabam tendo de estabelecer coalizões com outros partidos e, dessa forma, fazer concessões e acordos que certamente acarretariam diluição de alguns de seus princípios norteadores. Muitos “verdes” filiados a partidos verdes partiram de um contexto de movimento ecológico geralmente de protesto. Entretanto, na tentativa de pôr em prática mudanças políticas, acabaram tendo de adotar técnicas partidárias e servir-se da infra-estrutura e do respaldo de instituições político-partidárias já estabelecidas. Metade “movimento ecológico”, metade “partido político”, os “verdes” pensaram poder formar organizações híbridas que revelariam o melhor de ambas as tradições radical e reformista.

Entretanto, uma conciliação no dilema não se concretizou, fazendo com que ele ainda exista. Por um lado, qualquer mudança do radicalismo pelo qual os “verdes” são conhecidos implicaria “diminuir” um traço que os distingue de uma tradição partidária já existente à qual eles fazem oposição.

Por outro lado, o fracasso em se adaptar a mudanças significa o perigo de declínio e a marginalização de questões ambientalistas. Ainda não sabemos ao certo como os “verdes” poderão conciliar política radical e alternativa com instituições e práticas partidárias tradicionais (Bomberg, 1998; Garner, 1998).

### 1.2.2. O caso brasileiro

Segundo Pádua (1992) a política verde tem como elemento constitutivo de sua prática um dilema fundamental: o dilema ecológico. Este envolveria necessariamente a questão da “crise ecológica” mundial.

Outro aspecto presente nos teóricos ou estudiosos da chamada “política verde” enfatiza a dimensão global da questão ambientalista, propondo uma reflexão abrangente e não específica da sociedade como um todo. Programas de partidos verdes buscam incluir propostas que julgam transformadoras de diversos aspectos da vida social, tais como plataformas no âmbito da economia, da cultura, de relações internacionais etc.

Na história do pensamento político, emergem modelos sociais que combinam elementos que podem ser identificados com tradições teóricas ligadas ao conservadorismo, ao liberalismo, ao anarquismo e ao marxismo (Pádua, 1992: 134). Os “verdes”, nos diversos países, tendem a compartilhar de questões semelhantes, além de propostas e estilos, com ênfase na questão ambiental.

Acredita-se que a maior parte dos eleitores dos partidos verdes encontra-se nas classes médias. No caso brasileiro, observou-se a emergência de um discurso político das classes chamadas pobres, a partir da atuação de Chico Mendes em questões ambientais. Chico Mendes, membro do PT no final dos anos 80, teve um relacionamento intenso com o Partido Verde brasileiro, considerando, inclusive ser candidato a deputado pelo PV no Acre nas eleições de 1990.<sup>13</sup>

Há defensores da crença de que a política partidária ambientalista está estreitamente relacionada com o surgimento de uma “nova classe média”, a qual encontraria na “política verde” valores pós-modernos amplamente presentes no ecologismo político (Pádua, 1992).

No Brasil como também nos Estados Unidos da América, o nascimento da política ecológica esteve diretamente sob a influência do modelo dos partidos verdes europeus. No contexto brasileiro, a fundação de um partido verde contou com a participação de ex-exilados, militantes de grupos de esquerda no Brasil nos anos 60, a partir do contato que tiveram com idéias “verdes” na Europa nos anos 70. Foi a partir do retorno desses exilados ao Brasil — graças à anistia —, que se criaram as condições para o surgimento do Partido Verde Brasileiro, em 1986.

Ainda na avaliação de Pádua, há uma relação causal entre a existência de problemas ambientais e o surgimento da política verde, em virtude principalmente do histórico brasileiro no contexto econômico ocidental desde o século XVI, como colônia para exploração<sup>14</sup> (sobretudo

---

<sup>13</sup> Cf. “Histórico do Partido Verde Brasileiro”, [www.pv.org.br](http://www.pv.org.br)

<sup>14</sup> O PV brasileiro temia que as usinas nucleares, elemento imposto pelas grandes potências mundiais, pudesse ocasionar catástrofes ambientais no Brasil. Campanhas contra as usinas de

(sobretudo de seus recursos naturais, tais como cana-de-açúcar, café, ouro, diamantes etc). Segundo o autor, o modelo brasileiro de desenvolvimento seguiu padrões que previam uma economia baseada em altos níveis de consumo de energia e recursos naturais, agravando a produção de lixo e poluição.

Acredita-se que o fato dessa economia ter se desenvolvido num período de censura política possa explicar a ausência de condições favoráveis para o surgimento de grupos de protesto ambientalistas brasileiros naquela época. Casos considerados mais graves de degradação do meio ambiente associados a questões sociais sensibilizaram segmentos da esquerda em direção à criação e à legitimação do Partido Verde Brasileiro.

Também se atribui a emergência de um partido verde no Brasil a uma “nova” classe média (*op. cit.*: 143) voltada para “novos” valores expressos através de um ecologismo político, por ser formado por um indivíduo mais jovem<sup>15</sup>, com formação universitária.

Segundo Pádua,

Sendo uma hipótese verdadeira ou não, durante a última década, temos testemunhado crescente insatisfação e

---

Angra dos Reis fizeram parte das propostas do PV nos anos 80.

<sup>15</sup> Em recente entrevista à rede CNN de televisão (03/10/2000), o líder do Partido Verde norte-americano, Ralph Nader, afirmou sua crença de que os jovens americanos agora têm uma opção política a sua disposição. A idéia do público jovem com relação à ecologia também foi abordada pelo historiador Eric Hobsbawm durante entrevista concedida a Antonio Polito e publicada em *O Novo Século*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000: 118 “Os jovens só podem ser mobilizados em torno de questões específicas, como estilos de vida, preservação do meio ambiente e movimentos de emancipação como os associados aos direitos dos gays e à liberação das drogas. E essas causas estão apenas marginalmente vinculadas à política.”

participação política da parte da classe média brasileira. Muitas das exigências levantadas são de cunho tipicamente materialista, envolvendo salários e condições de trabalho... Um sentimento oposicionista ... começou a enfatizar valores tais como participação direta e descentralização... Isso ajudou a abrir espaços nesse universo para a entrada de um discurso verde. (*op. cit.*: 144)

Essa ligação da classe média com a questão ecológica pode ser observada principalmente com relação a movimentos de mobilização nacional, tais como o movimento das mulheres, dos negros, dos índios e dos homossexuais. Movimentos também surgiram em torno dos direitos humanos, da luta pela paz e pelo meio ambiente.

Acreditamos que a atividade política do Partido Verde no Brasil esteja intrinsecamente ligada ao próprio movimento ecológico e, até certo ponto, a outros movimentos sociais.

O PV (Partido Verde) foi fundado em 1986, por iniciativa de um grupo de intelectuais, artistas e profissionais liberais brasileiros, mas somente em 1987 ele foi oficialmente registrado como partido. A maioria dos membros do PV tinha acesso à imprensa e alguns eram até considerados personalidades em suas áreas de atuação. Dentre eles, encontramos no escritor e ex-exilado Fernando Gabeira, seu principal líder, juntamente com Alfredo Sirkis (hoje presidente do partido) e o geógrafo Carlos Minc. Alguns deles já traziam uma história de ligação e atuação em movimentos ecológicos, tais como movimentos antinucleares. Uma boa parte do grupo

vinha de outros partidos políticos brasileiros de orientação de esquerda e não estavam satisfeitos com os mesmos por não conseguirem incluir em seus programas questões ligadas ao meio ambiente.

### 1.3. O pós-ecológico

A crença de que há um consenso quanto à necessidade de se defender a natureza tem sido refutada por teóricos (e, portanto, no âmbito acadêmico) que postulam o que passou a ser denominado de a “abolição da natureza”, “o fim do ecologismo” e a “transição para uma política pós-ecológica da natureza”.

A oposição a essa idéia parte principalmente dos ecologistas “radicais” (*radical ecologists*) e dos ecologistas “profundos” (*deep ecologists*) que, se aceitassem a abolição da natureza, estariam abrindo mão do ponto central de suas formulações, a própria razão de ser de suas teorias. Em outras palavras, eles teriam de abandonar a crença (que sustenta suas visões) na existência de um valor intrínseco do ser “natural”, distinto do ser “social” (Blühdorn, 1998).

Para os ambientalistas e militantes de movimentos em defesa da ecologia, a possibilidade de aceitação da idéia da abolição da natureza desencadearia um sentimento de completa frustração, uma vez que veriam os seus esforços para combater os efeitos negativos e destrutivos do capitalismo na natureza como tendo sido em vão.

Em que consiste a idéia da “abolição da natureza”? Ela procura desconstruir a crença de que haverá algum dia o momento do “apocalipse da natureza” (“*ecocalypse*”) — um medo que tem alimentado muitos dos “discursos” em defesa do meio ambiente.

Outra fonte de crítica a essa formulação está relacionada a estudiosos que se dedicam à questão ambiental por meio de pesquisa empírica, e para quem as observações empíricas em relação à natureza são dados concretos o bastante para não serem negados. Os “abolidores da natureza”, por sua vez, reagem a essa crítica com o argumento de que mesmo evidências empíricas são, em larga medida, relativas, e representam dados que sempre sofrem algum tipo de interpretação (Blühdorn, 1998: 02).

Mas quais seriam os principais argumentos apresentados pelos teóricos que anunciam o fim da natureza? Em que consiste esse gesto teórico de desconstruir a tradição (pelo menos dos últimos trinta anos) da tendência (de senso comum) ao discurso em defesa do meio ambiente?

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer que vários acadêmicos preocupados com o debate ecológico têm buscado produzir textos que estabeleçam fundamentos para um determinado “ecologismo”, principalmente de uma perspectiva sociológica<sup>16</sup> (Dobson, 1990,1995; Goodin, 1992; Beck, 1995; e Hajer, 1995, entre outros).

Grande parte do pensamento teórico ecológico é acusado de conter lacunas de base sociológica e acaba sendo interpretado como irrealista e negligente em relação à sociedade como um todo. Por outro lado, uma outra crítica sofrida pelos teóricos da ecologia reside em uma suposta propensão

---

<sup>16</sup> A Sociologia Ambientalista estabeleceu-se como uma disciplina acadêmica independente.

para a construção de um conjunto de pressupostos normativos que subjazem tanto os diagnósticos ecológicos quanto as soluções políticas sugeridas<sup>17</sup>. Para Dobson (1995), a construção de uma ideologia ecológica não costuma considerar o contexto sócio-político.

Essa crítica é extensiva aos sociólogos ambientalistas. Embora, pela própria natureza de seu objeto de estudo, eles considerem de perto as estruturas sociais e os vários contextos políticos, também deixam de refletir a respeito dos pressupostos adotados ao abordarem o problema ou a chamada crise ambiental. Ainda segundo Blühdorn (1998: 7), o debate ecológico continua reproduzindo um consenso fundamental que se confirma a cada trabalho publicado sobre o assunto, ou seja, parece haver pouca controvérsia quando se trata de identificar os problemas ecológicos. Todos consideram inquestionável a existência de um processo de degradação ambiental.

Além disso, a própria idéia de que tanto o socialismo como o capitalismo contribuem igualmente para a degradação da natureza, serve de base para a designação do ecologismo como a ideologia do futuro e independente de uma concepção dos “verdes” como filiados a uma ideologia de direita ou de esquerda, já que se trataria de uma ideologia “superior” (acima e à frente) a todas as outras.

Um argumento que sustenta tanto o movimento ambientalista como o pensamento ecológico reside no consenso da existência de uma crise, que,

---

<sup>17</sup> Blühdorn (1998: 5) argumenta que geralmente o que os teóricos da ecologia sugerem, tanto em termos de utopia como em termos de ética, tem pouco impacto para a configuração atual de práticas políticas. Para o autor, os teóricos da ecologia são vítimas de uma falha de comunicação, e encontram alento na crença de que a falta de progresso ecológico é de responsabilidade daqueles que tomam decisões nas esferas da política e da economia, e que, por sua vez, recusam-se a admitir as profecias ecológicas pessimistas.

por sua vez, é categorizada como uma crise ambiental que resulta de um processo de degradação da natureza. Essa crise ambiental, causada pela finitude dos recursos naturais, faz com que o ser humano tome consciência dos limites do crescimento e perceba que as práticas econômicas atuais levarão ao colapso ecológico. Esse colapso, em escala global, afetaria toda a humanidade, que seria inevitavelmente atingida pela ecocatástrofe (Dobson, 1995; Blühdorn, 1998).

Mesmo com uma política ecológica ainda insipiente em termos de dificuldade de implementação das soluções geralmente propostas para os reconhecidos problemas ambientais, começa a tomar corpo uma teoria política pós-ecológica.

O pensamento ecológico repousa sobre uma premissa da modernidade, ou seja, a existência de somente uma natureza com um valor intrínseco que pode ser reconhecido por cada ser humano. Assim, haveria um consenso quanto a um interesse humano comum de sobrevivência que seria o elemento racional motivador do respeito à integridade da natureza (Blühdorn, 1998: 36). Embora o pensamento ecológico se refira com certa frequência a noções como pluralização e democracia, ele tem como base esse princípio de unidade. Recentemente, alguns teóricos da ecologia têm postulado que um princípio de pluralidade pós-moderna traduz-se na noção de abolição da natureza.

Os pós-ecologistas questionam a crença de que uma catástrofe ecológica (preconizada nos últimos trinta anos) ainda aconteça e argumentam que, na verdade, ela já aconteceu. Para eles, de forma paradoxal, a catástrofe chegou e quase passou despercebida, uma vez que

a abolição da natureza representa uma catástrofe de tal magnitude que sua realidade é mais fácil de ser negada do que confrontada (Blühdorn, 1998; McKibben, 1990).

## CAPÍTULO 2

# SEMÂNTICA ENUNCIATIVA E O CONCEITO DE DESIGNAÇÃO

*A Semântica tem procurado sempre lidar com três exclusões saussureanas: a do sujeito, a do objeto, a da história.*

E. Guimarães, *Os Limites do Sentido*

A fim de realizarmos uma análise semântico-enunciativa, faz-se necessário discorrer sobre alguns dos conceitos principais em relação à enunciação, em especial aqueles que possam esclarecer o percurso dos estudos sobre a enunciação em direção a uma semântica de perspectiva histórica<sup>18</sup>. Adotar essa perspectiva para nosso estudo implica necessariamente considerar a questão do sentido e da significação em relação à enunciação. No dizer de Guimarães (1995: 11), trata-se de tomar

---

<sup>18</sup> Inspiramo-nos nas formulações de Eduardo Guimarães (1995) sobre a Semântica Histórica da Enunciação.

a “questão do sentido no acontecimento da enunciação”. Enunciação tomada, aqui, em seu aspecto histórico.

## 2.1. Um jogo de inclusão e exclusão: sentido e referência

No domínio da Lingüística, todo estudo de cunho semântico vai necessariamente trabalhar sobre a questão do *sentido* no que diz respeito a sua reposição no que Saussure estabeleceu como sendo exterior à língua.<sup>19</sup> Analisar fatos de linguagem envolve, dessa forma, levar em consideração o trabalho de Saussure como referente teórico necessário.

A concepção saussureana da linguagem definida na distinção de *langue* e *parole* revela uma concepção de signo como entidade composta por dois elementos: o significante (imagem acústica) e o significado (representação psíquica do significante). Em Saussure (1916), o significado está ligado a um conceito, a uma idéia, como uma representação psíquica de um “objeto” e não do “objeto” em si. Ao elaborar o conceito de signo estruturado como uma “entidade bifacial”, de caráter arbitrário e linear, Saussure acaba excluindo o objeto, a coisa significada, enfim, o referente. A língua, para ele, é vista como sistema formado por signos, os quais se relacionam entre si por meio de associações de valor, não dependendo, para tanto, de nada que venha do exterior. Sua autonomia se alicerça, portanto, em sua definição como sistema, “objeto de natureza homogênea”,

---

<sup>19</sup> A organização deste capítulo está inspirada na discussão apresentada por Guimarães (1995) a respeito do corte saussureano e suas conseqüências para os estudos sobre a significação.

cujas relações internas tão-somente dariam conta das questões de significado. Ao priorizar um funcionamento de relações no interior da própria língua, exclui-se também uma relação com o histórico.

Enquanto pelo conceito de *langue* Saussure faz referência ao caráter social da língua, atribuindo um valor de abrangência dessa característica a todos os falantes, ou melhor, ao próprio cérebro (lugar no qual pensamentos se expressam), ao indivíduo atribui-se a *parole*. Ou seja, o caráter social da linguagem diz respeito a uma propriedade sistêmica da língua, exterior ao indivíduo.

O fato de a exterioridade em relação à língua na concepção saussureana não ter sido eleita como parte do objeto da lingüística se coloca como um dos elementos que movem a continuidade das reflexões dos estudos semânticos, num processo de busca de inclusão do excluído, ou seja, das dimensões histórica e subjetiva da produção de sentidos.

### 2.1.1. Incluindo o objeto: a noção de exterioridade

Gostaríamos de abordar a questão da significação inicialmente a partir de uma perspectiva semântica lógico-formal, como lugar de reflexão sobre a linguagem que buscará contemplar o sentido, ao contrário da visão saussureana, como uma relação com o objeto.

Em outros termos, aquilo que uma determinada expressão lingüística significa vem a ser a relação que ela estabelece com um referente no

mundo real. Assim, discutir o sentido implicaria ter de considerar necessariamente o referente.

Frege (1892) considera o conceito de sentido como necessário para se falar em referência. Em sua definição de sentido e referência, ele leva em consideração uma certa noção de identidade, ao discutir a relação que há, por exemplo, em  $a=a$  e  $a=b$ . Para Frege, a indagação, ou seja, se  $a=a$  é o mesmo que afirmar que  $a=b$ , exige uma resposta que contemple a elaboração da noção de identidade e que não esteja baseada numa solução de senso comum, simplesmente intuitiva. Frege está interessado em uma resposta técnica do ponto de vista da lógica. Ele postula, então, que no exame de  $a=a$  e  $a=b$ , somente quando se afirma  $a=b$  adquire-se conhecimento. Há algo que está dito na relação  $a=b$  e que não se afirma em  $a=a$ . Trata-se de sentidos diferentes de um mesmo referente. Para sustentar essa diferença, ou seja, que  $a=a$  não é o mesmo que afirmar  $a=b$ , faz-se necessário distinguir o *sentido* da *referência*. Toda expressão, para ter referência, passa por um sentido. O modo de apresentação da referência em  $b$  é um e, portanto, tem um sentido. O modo de apresentar a referência a partir de  $a$  é outro e, por sua vez, tem outro sentido. São, portanto, dois sentidos diferentes para realizar a mesma referência. A questão da identidade, da forma como ela é elaborada por Frege, é o que permite distinguir sentido e referência.

A questão interessante que emerge da posição fregeana diz respeito à possibilidade de pensar que, para tratar a referência, é preciso considerar a existência de uma entidade, ou seja, o sentido, que é o modo pelo qual a expressão leva a uma referência, podendo-se referir o mesmo objeto por

expressões de sentido diferentes. Clássico para ilustrar essa questão em Frege é o exemplo que aqui apresentamos da seguinte forma:

*A estrela da manhã é a estrela da manhã.*

*A estrela da manhã é a estrela da tarde.*

O que se adquire em termos de conhecimento com a segunda frase, não se adquire com a primeira. Com a segunda, de acordo com Frege, passamos a saber que aquilo que se vê ao amanhecer é a mesma coisa que se vê ao anoitecer e, dessa forma, adquire-se conhecimento. *A estrela da manhã* tem um sentido e um referente, que é o planeta Vênus, e *a estrela da tarde* tem outro sentido, mas o mesmo referente, que também é o planeta Vênus.

No cotidiano, essas identidades são dadas como já afirmadas. A afirmação “esse livro é esse livro”, por exemplo, não exige uma formulação no senso comum. No discurso lógico, no entanto, é preciso formular e explicitar algo para que ele tenha existência e significado nesse discurso.

Frege faz sua teoria funcionar no interior de uma construção formal, de uma lógica matemática. Ao mesmo tempo, Frege traz uma questão de significação que não é a coisa no mundo. Em sua formulação, ele coloca como questão de significação algo que não é o objeto no mundo. Embora sua preocupação seja o referente, posto que ele visa a relação de referência, o sentido não é o objeto, mas o modo de apreensão, de apresentação que a linguagem tem sobre o objeto. O sentido é algo da significação da expressão, não é o objeto em si, mas o objeto é o referente.

Nesse sentido, pode-se concluir que a questão da significação é uma relação de linguagem.

Em Frege, há uma distinção entre “representação” de um lado e sentido e referência, de outro. A representação é de cunho psicológico, é algo pessoal, enquanto o sentido se constrói nessa perspectiva como não psicológico, não subjetivo. O objeto se apresenta para alguém pelo sentido que uma proposição que a ele se refere fornece.<sup>20</sup> Frege exclui do sentido aquilo que é representação.

A posição de Frege vai refletir nos estudos da Semântica na medida em que ele estabelece um corte distinto daquele marcado por Saussure, ou seja, o corte saussureano exclui o referente, que não é considerado como sendo parte do sistema, do objeto. Para ele, o que há de significação no sistema está relacionado àquilo que está significado no signo, o seu *valor* no plano do conteúdo. Ele privilegia o valor e não o significado; a língua é vista como sistema que se evidencia através de relações, ou seja, o *valor* se expressa naquilo que o outro não é.

Enquanto Saussure está preocupado com a especificidade do sistema lingüístico e sua autonomia, Frege busca discutir a questão do conhecimento em que a linguagem necessariamente opera, apresentando a necessidade fundamental de tratar a referência.

---

<sup>20</sup> Esclarecedor é o exemplo que Frege fornece em relação à observação da lua através de um telescópio. A imagem do telescópio remete à lua. O observador recebe a lua na medida em que olha no telescópio, mas o observador enquanto indivíduo não está em questão. O conceito de sentido e objeto não está envolvendo a pessoa que observa a lua. A lua tem uma existência que independe do olhar daquele que observa. Dessa forma, o sentido não é o objeto no mundo e a representação está na pessoa.

## 2.2. A exterioridade vista em outros domínios

Na lógica, a referência é a relação de uma expressão com o objeto que ela particulariza. Na Pragmática (Grice, 1957), campo que se interessa pela relação dos signos e seus usuários, a referência é a ação do locutor de particularizar um objeto por meio de uma expressão lingüística. Em relação às exclusões saussureanas, a Pragmática busca incluir o sujeito na questão da significação. Percebemos que nos dois campos o conceito de referente é semelhante; ou seja, o referente é um objeto existente no mundo real ou um estado de coisas.

Nesta visão pragmática, importa levar em consideração aquele que utiliza a língua, o locutor, o qual é visto como alguém que, através de sua intenção consciente em dizer algo a alguém, é capaz de estabelecer comunicação. Através da língua, instrumento à disposição do locutor, aquele que fala garante a transmissão do significado<sup>21</sup> que tem a intenção de produzir. Nessa perspectiva, a constituição do sentido depende da intenção do falante em fazer ver ao ouvinte sua intenção. Uma dificuldade que poderia ser apontada nessa orientação teórica tem a ver com saber de que modo acontece o processo de reconhecimento da intenção do falante pelo ouvinte, uma vez que expressões utilizadas em determinados contextos não têm necessariamente o mesmo significado quando empregadas em outras situações. Para lidar com essa dificuldade, Grice elabora as máximas conversacionais e pressupõe um princípio de cooperação que visam reger a conversação; pressupõe que o ouvinte, em uma determinada situação,

---

<sup>21</sup> Grice (1957) distingue entre sentido "natural" e "não natural". Ao elaborar sua teoria, o filósofo prioriza o sentido não natural.

seguirá um raciocínio para estabelecer o sentido que leve em conta tanto o princípio da cooperação quanto as máximas.

Além da concepção de um sujeito intencional, psicológico e consciente, devemos também considerar o sujeito da “ação”, dos “atos de fala”.

Dentre os estudos que buscam considerar o papel do sujeito na construção do significado, Austin (1962) aparece como um dos principais representantes da perspectiva que trata a linguagem como ação.

A teoria dos atos de fala se desenvolve dentro do campo da filosofia da linguagem, muito especificamente, na filosofia analítica da linguagem de origem inglesa.

É Austin, filósofo inglês, que vai desenvolver a sua teoria de ação lingüística. A questão de Austin está baseada em indagações do tipo: o que fazemos quando utilizamos a linguagem, o que fazemos quando falamos? Nessa perspectiva, retomam-se as reflexões sobre o sentido, o papel do sujeito que fala. Se o sentido é o uso que se faz de uma expressão lingüística, torna-se relevante considerar aquele que a utiliza, como sujeito de uma ação de linguagem.

Austin desenvolve sua formulação de linguagem e ação num conjunto de conferências apresentadas no final da década de 50 e publicadas, em 1962, no seu livro *How to do things with words*. Essa obra apresenta dois momentos principais da teoria do filósofo inglês: o primeiro diz respeito à questão da performatividade (oposição entre performativo e constativo) e o segundo desenvolve e distingue os atos locucional, ilocucional e perlocucional.

Se retomarmos o campo da semântica formal, no que concerne à linguagem e ao mundo, a questão do sentido e da linguagem era a sua relação com os objetos, ou seja, a sua capacidade referencial e informativa. Austin afirma que a linguagem vai além disso, ou seja, a linguagem tem outros tipos de palavras e expressões que não são informativas, cujo sentido primeiro não é informar mas sim *fazer* alguma coisa.

O importante aqui não é só tratar da questão de que uma expressão, ao ser dita, faz algo que não é consequência da informação anterior supostamente fornecida pela expressão lingüística. No clássico exemplo que costuma ilustrar as discussões sobre os atos de fala, ou seja, no caso de “prometer”, pode-se perceber essa questão. Quando alguém diz “eu prometo que farei”, não se trata de dois momentos, ou seja, a pessoa não informa primeiramente que fará e, a partir disso, passa a prometer que fará algo. Ao dizer “eu prometo” ela já está prometendo, já está engajada no compromisso de realizar o ato.

Observemos o seguinte exemplo do caso em que se diz “eu vos declaro marido e mulher”. Para que de fato as pessoas envolvidas sejam consideradas casadas, é preciso que quem diz a frase tenha autoridade para pronunciá-la. Faz-se necessário que ela seja dita em situação apropriada, obedecendo ao que Austin chamou de *condições de felicidade*. Essa ação não deriva de nenhuma informação. Trata-se da performatividade distinta da constatividade, cuja função é simplesmente fazer uma afirmação, sem incluir a realização de uma ação. Os constativos incluem um conjunto de expressões pelas quais se informa, se constata, se descreve uma situação no mundo, podendo, assim, serem verdadeiros ou falsos.

Austin também mostra que a realização da ação está relacionada com um conjunto de condições. No exemplo “declarar alguém marido e mulher”, certas condições precisam ser observadas. É preciso que algumas condições se cumpram para que o ato se realize. Entretanto, o fato de haver condições de felicidade do ato não significa garantia de que as pessoas, ao falarem, sempre observem essas condições. O funcionamento da linguagem passa também pelo não cumprimento das condições descritas por Austin. Assim, não se trata completamente de um ato de vontade individual. Há uma intermediação convencionada, institucionalizada.

O filósofo elabora as condições para que um ato se realize, exatamente para poder mostrar que a linguagem também funciona pelo descumprimento dessas condições, ou seja, que o seu não cumprimento é parte do funcionamento.

Austin procura estabelecer um critério capaz de distinguir o que é *performativo* do que é *constativo*. Para isso, ele leva em consideração um conjunto de verbos ou expressões constativas. Os verbos performativos, segundo ele, são verbos que, no presente do indicativo, na primeira pessoa do singular da voz ativa, ao serem empregados, realizam a ação (eu prometo, eu permito, eu juro etc.). Ele busca individualizar a questão dos performativos, estabelecendo uma lista de verbos que especificassem os performativos, mas acaba percebendo, no processo de elaboração da lista, que verbos considerados constativos também acabavam sendo incluídos.

Ele percebe que há verbos que têm todas as características de um verbo que realiza as ações performativas e há outros com as mesmas características de contexto sintático, mas que são constativos. Ao concluir

que não haveria um critério capaz de sustentar com exatidão a distinção das categorias de verbos performativos e constativos, Austin redireciona suas indagações teóricas e passa a investigar “o que se faz quando se fala”, ou seja, quais ações se realizam quando alguém fala.

A convenção não é algo que está só na palavra, mas é essa palavra que, em tais condições, tem um sentido determinado. É por isso que ele não consegue dar conta somente com base nas palavras. Porque essa questão do ato não está na palavra, mas na relação dela com as condições.

Austin, então, conclui que tudo é ação, e a questão primordial passa a ser poder identificar quais ações são realizadas. Ele estabelece uma distinção entre *ato locucional*, *ato ilocucional* e *ato perlocucional*.

Primeiramente, ele postula a existência de um conjunto de atos que realizamos quando falamos, que ele denomina *locucional*: produzimos certos sons, certos vocábulos que fazem parte de um léxico de uma língua, que são relacionados gramaticalmente e empregados com um sentido e uma referência. O ato locucional representa o conjunto de ações necessárias para se falar.

A questão do sentido e da referência é parte do *ato locucional*. Produzir o *ato locucional* é produzir palavras com sentido, com referência.

Outro tipo de ação descrita por Austin é a *perlocucional*. Essa ação é aquela que quem fala realiza como consequência daquilo que ele fala. Ela implica a produção de algum efeito a partir daquilo que se diz. O amedrontar alguém, por exemplo, pode ser considerado um ato perlocucional, pois esse efeito não pode ser atingido ao se enunciar simplesmente “vou amedrontá-

lo”; ele deve ser conseqüência do que se diz. Seu caráter perlocucional não reside na compreensão das expressões contidas no enunciado.

Finalmente, o ato *ilocucional* se caracteriza por ser a ação que não é conseqüência do que se diz, mas que se dá ao se dizer e por se dizer algo. É ação que, ao dizer, se faz. O ilocucional é a ação que se realiza quando se diz. É uma ação que está convencionalmente ligada às expressões. Dizendo-as, faz-se. Assim, a “promessa”, por exemplo, passa a ser vista como ilocucional, além de permitir, parabenizar, pedir, cumprimentar, ordenar etc.

Em Austin, a noção de performatividade é apropriada pela noção de ilocucional, mas ele abandona a distinção performativo/ constativo, posto que a noção de constativo não mais se põe e os constativos, na verdade, são ilocucionais. Ele procura mostrar que toda ação é ilocucional. A distinção inicial entre constativo e performativo é reelaborada na noção de ilocucional.

O que é esse fazer? *Fazer* é uma ação que se realiza relativamente a outras pessoas, alterando as relações institucionais entre elas. Nessa perspectiva, a ação perlocucional é colocada como conseqüência e deixa de ser central. Independentemente de ser um efeito *sobre*, a ação é ilocucional.

Assim, não se trata de um sujeito visto psicologicamente, como tendo suas intenções. Em Austin, o sujeito é algo que está nas relações convencionalizadas pelas condições de uso da língua.

## 2.3. Subjetividade e sentido

Benveniste define a enunciação como “a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização” (1974: 82). Quando se enuncia, a língua funciona como um todo: o locutor se apropria da língua, fazendo-a funcionar, na medida em que diz *eu*. Ao dizer *eu* (ou qualquer forma do paradigma do *eu*), ele coloca a língua toda em funcionamento, fazendo-a semantizar-se (Guimarães, 1995).

A língua funciona a partir de um quadro da enunciação que se compõe das formas de primeira (*eu*) e segunda pessoa (*tu*) e a não-pessoa, *ele*. Se essas formas funcionam pela apropriação de um locutor, a língua inteira funciona. É a partir do funcionamento dessas formas que se dá o funcionamento da língua como um todo. Ao construir essas categorias, Benveniste estabelece o paradigma da pessoalidade e da não-pessoa e mostra que, quando se enuncia, há sempre uma relação com o *eu* que instaura uma segunda pessoa, ou seja, nessa perspectiva, não há como ter a primeira pessoa sem levar em consideração a segunda pessoa (relação de interpessoalidade).

Ao falar em formas (*eu*, *tu*, *ele* etc.), é preciso contemplar a relação de subjetividade, ou seja, é preciso considerar o sujeito que fala. Não se trata de considerar aquele que diz *eu* como indivíduo, mas de compreendê-lo como aquele que se diz *eu*. Vale dizer que aquele para quem se diz *eu* é necessariamente o *tu*. Dessa forma, a relação do *eu* com o *tu* se coloca como condição fundamental da linguagem.

Benveniste contribuiu para os estudos lingüísticos ao reincorporar a noção de subjetividade às discussões lingüísticas. Reconhece-se em Benveniste a defesa do princípio da subjetividade na linguagem, subjetividade aqui entendida como a capacidade do locutor de se constituir em sujeito através da língua.

Em Benveniste, a questão da significação está na instanciação discursiva, passando a noção de sentido pela de sujeito. Esse autor introduz “aquele que fala na sua fala”, colocando necessariamente a figura do locutor e a questão da subjetividade:

É, então, no exercício da língua que a subjetividade se fundamenta. Assim, ele define a capacidade do locutor para se propor enquanto sujeito. Embora admita o outro no discurso, Benveniste sustenta a transcendência do *eu* sobre o *tu*. Reconhece uma interdependência entre os dois termos; um não se concebe sem o outro, pois são complementares.

Nessa concepção teórica, o centro da enunciação encontra-se no ego e a constituição da subjetividade é construída na medida em que a capacidade de dizer *eu* esteja presente.

A abordagem de Benveniste nos interessa mais especificamente na medida em que ela reconhece a língua como lugar decisivo na produção de sentidos, embora isso se dê a partir de um ato de apropriação da língua pelo sujeito e de forma onipotente. Guimarães (1995: 47) aponta com precisão a concepção de sujeito presente no pensamento de Benveniste:

... a língua tem formas, marcas que necessariamente são o que são. Só assim [Benveniste] pode tratar um sujeito da

enunciação como o que simplesmente e onipotentemente se apropria da língua. Esta relação de apropriação não está exposta a nenhuma ambigüidade, a nenhum equívoco, pois a relação do signo é uma relação de necessidade.

Retomemos como, em outros domínios, a questão da exterioridade foi formulada. Podemos recorrer à formulação de Bakhtin (1929), com a hipótese do princípio dialógico. Em linhas gerais, o princípio dialógico bakhtiniano postula que na fala de *um* há sempre as palavras de um *outro*. Não há como dizer sem que esteja dito na nossa fala aquilo que não é a nossa fala, mas que é a fala de outro. Não há como dizer, sem que o dizer do outro diga aquilo que nós dizemos. Discutimos aqui a questão da homogeneidade do sujeito.

Bakhtin coloca o elemento dialógico como interno ao discurso. As palavras são sempre e inevitavelmente as palavras dos outros. No sujeito, o outro sempre fala.

Nessa abordagem da subjetividade, o sujeito vai posicionar o seu discurso em relação aos discursos do outro, uma vez que ele está refletido num tempo e num espaço socialmente situado. Dessa forma, o sujeito deixa de ser origem e fonte do discurso, uma vez que outras vozes constitutivas do seu dizer surgem. Ele deixa de ser homogêneo, posto que agora deve admitir o papel do outro.

## 2.4. Alguns conceitos em Análise de Discurso

Para que possamos realizar um estudo que dialogue com a Análise de Discurso de linha francesa, faz-se necessário mencionar, ao menos em linhas gerais, em quais pressupostos ela se fundamenta.

A Semântica Histórica busca aproximar-se de um conhecimento estabelecido na Análise de discurso. Assim como há semânticas que dialogam mais diretamente com a lógica de um modo geral, a Semântica Histórica tem um diálogo com a Análise de discurso, por ser um campo que trata a linguagem como integralmente histórica e integralmente lingüística, ou seja, não reduz a linguagem às suas formas somente, assim como também não concebe a História no sentido da temporalidade das formas. Para a Análise de discurso, a linguagem é histórica, no sentido de que é sempre determinada social e lingüisticamente.

Esta seção tem, portanto, o objetivo de situar a Análise de Discurso no campo geral das reflexões teóricas sobre a linguagem e a questão do sentido, na medida em que é em sua confluência com a Semântica Histórica da Enunciação que este estudo busca se inserir. Privilegiaremos alguns conceitos que, ao serem elaborados nos domínios tanto da Semântica Histórica como da Análise de discurso, estabelecem definitivamente pontos de contato que enriquecem o debate sobre questões de linguagem e significação. Dentre eles, têm importância decisiva dois conceitos fundamentais: (i) o conceito de sentido, visto pelas duas perspectivas, em sua relação com a História e o sujeito; e (ii) a questão da exterioridade, mais

especificamente, o conceito de interdiscurso, elemento constitutivo de todo discurso.

Lembremos que o campo teórico da Análise de Discurso é amplo e por isso optamos por nos concentrar em apenas alguns de seus pressupostos, tendo em vista que eles certamente contribuem para ampliar a discussão acerca da questão fundamental que destacamos no início do capítulo 2, ou seja, a questão das exclusões saussureanas.

A Análise de Discurso de linha francesa reside, segundo Pêcheux (1975) na articulação de três regiões de conhecimento científico:

- (i) O materialismo histórico como teoria de formações sociais e de suas transformações, aí compreendendo a teoria das ideologias;
- (ii) a lingüística como teoria de mecanismos sintáticos e processos de enunciação; e
- (iii) A teoria do discurso como teoria da determinação histórica de processos semânticos.

A Análise de Discurso (AD) inseriu-se no debate de questões fundamentais da Lingüística: dentre elas podemos destacar o objeto da lingüística saussureana em relação à dicotomia *langue/ parole*, às noções de texto e discurso, à questão da significação e à própria questão da exterioridade e interioridade da língua.

Assim, embora diretamente relacionada à Lingüística, as dimensões citadas acima remetem a AD a conceitos como "histórico" e "social" . Nesta perspectiva, os conceitos de "ideologia" e "discurso" são primordiais para a AD, posto que seu objeto de estudo é o próprio discurso.

Para Pêcheux e Orlandi, "o discurso é o efeito de sentido entre locutores, é o lugar de contato entre língua e ideologia" (Orlandi, 1992: 17), entendendo-se ideologia não como ocultação mas como representação da saturação, do efeito de completude que produz o efeito de "evidência", de transparência (idem, 100). Cabe ressaltar, também, que a relação entre locutores é tratada não empiricamente mas como posições de interlocução.

Em relação às exclusões saussureanas, a Análise de Discurso vem refutar a concepção do significado como imanente à língua e apresenta-se como uma teoria crítica da linguagem, à luz de seus conceitos básicos, sobretudo os de sujeito, linguagem e ideologia. Na perspectiva discursiva, a linguagem é concebida como produto histórico-social, cujo funcionamento "não é integralmente lingüístico, uma vez que deles fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso" (Orlandi, 1987a: 117)

#### 2.4.1. A concepção de sujeito na Análise de Discurso e a interdiscursividade

A Análise de Discurso é crítica em relação à noção de um *sujeito* caracterizado por uma unicidade e onipotência. Assim, Pêcheux propõe uma teoria não subjetiva da enunciação a fim de instaurar uma teoria dos processos discursivos. O sujeito é constitutivamente heterogêneo e determinado pelo social e pela História. Ele se contrapõe a uma filosofia

idealista da linguagem que concebe o sujeito como fonte, origem de tudo que diz e o sentido como algo existente *a priori*.

Sendo afetado por dois tipos de *esquecimento*, segundo Fuchs & Pêcheux (1975), o sujeito cria uma realidade de caráter ilusório.

Através do *esquecimento nº.1*, de natureza inconsciente e ideológica, o sujeito coloca-se como origem do que diz e procura rejeitar, "apagar" de modo inconsciente, tudo que remeta ao exterior de sua formação discursiva, o que lhe dá a ilusão de estar criando o seu discurso.

Através do *esquecimento nº.2*, (pré-consciente ou consciente) o sujeito retoma seu próprio discurso para realizar mudanças, para reformulá-lo a fim de torná-lo mais claro. Podemos observar tal esquecimento no processo de seleção lingüística feita pelo sujeito falante entre o que diz e o que deixa de dizer, uma vez que ele privilegia algumas formas e seqüências, rejeitando, "apagando" outras. Essa ilusão do sujeito da qual falamos constitui, para a Análise de Discurso, uma "ilusão necessária", contanto que não percamos de vista o elemento "dispersão" no sujeito.

Assim, não se trata de um sujeito centro e origem do significado de tipo cartesiano, mas de um sujeito descentrado e heterogêneo que, entretanto, sofre a ilusão de que o significado e a linguagem são transparentes.

Orlandi (1986: 113) ao falar da definição do objeto e método da Análise de discurso, sintetiza com precisão a articulação entre alguns dos seus pressupostos teóricos:

A noção de discurso re-introduz na reflexão a noção de sujeito (e, por ela, a de ideologia) e a de situação (o contexto social e histórico). São essas noções que constituem as condições de produção, enquanto formações imaginárias; a imagem que o locutor tem de seu lugar, do outro e do referente do discurso; a imagem que o ouvinte tem de seu lugar, do locutor e etc.

É preciso ressaltar que a noção de “dispersão” (Orlandi e Guimarães, 1988) é uma noção formulada a partir da questão da História, da historicidade enquanto a da heterogeneidade (Authier-Revuz, 1982, 1984 e 1995) se formula a partir da posição da teoria psicanalítica do sujeito. Por um lado, há a questão da ideologia, que é o lugar de formulação fundamental no caso da historicidade e no outro lugar, há a noção de inconsciente, isto é, o sujeito afetado pelo inconsciente. Isto não significa dizer que haja uma incompatibilidade entre essas noções, mas é importante identificar o lugar formulador das teorias a que se filiam.

O interdiscurso (Pêcheux, 1975) pode ser definido como uma relação entre discursos, mas não no sentido em que os discursos são dados aprioristicamente (como produtos) e que depois seriam relacionados uns com os outros. Trata-se de um trabalho da memória, de um processo discursivo que estabelece, também por meio da linguagem, regiões de sentido. É essa “regionalização” que constitui os diversos discursos, produzidos pelo interdiscurso e pela própria linguagem. O interdiscurso é,

então, memória de sentidos organizada pelo esquecimento. Nas palavras de Orlandi (1992: 89),

O interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciador. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso.

Assim, é graças à interdiscursividade, ao jogo de memória, que o sentido se dá. Não é possível conceber o sentido sem levar em consideração o interdiscurso.

Mobilizando outro campo da teoria do sujeito que reformula um espaço psicanalítico, temos o trabalho de Authier-Revuz (1982), que postula que a fala é necessariamente heterogênea porque o sujeito é dividido. Do ponto de vista da psicanálise, diz-se que o sujeito é dividido porque ele não tem acesso a si, sendo marcado por uma inacessibilidade ao seu dizer.

O trabalho de Authier-Revuz (1982, 1984 e 1995) sobre a heterogeneidade é fundamental para os estudos preocupados com a questão da subjetividade em relação à linguagem. A autora considera os dois níveis de heterogeneidade para pensar a presença do *outro*: a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva.

A heterogeneidade mostrada constitui-se em elementos lingüísticos representados. Ela faz uma distinção entre formas marcadas e não-marcadas. Tais formas mostram a presença do outro no texto, no fio do discurso.

As formas marcadas assinalam o lugar do outro de uma forma unívoca. É possível detectar esse outro no discurso direto, nas aspas, nos itálicos, nos comentários etc.

Nas formas não-marcadas, o outro é dado a conhecer sem marcação unívoca (discurso indireto, ironia, metáfora, imitação).

Authier-Revuz postula que é a partir das marcas explícitas da heterogeneidade mostrada articulada com a heterogeneidade constitutiva da linguagem que se vê uma espécie de negociação entre os dois níveis de heterogeneidade.

Sintetizando Authier-Revuz na questão dos dois níveis de heterogeneidade, Brandão (1998: 43) afirma:

Impossibilitado de fugir da heterogeneidade constitutiva de todo discurso, o sujeito, ao explicitar a presença do outro, por meio das marcas de heterogeneidade mostrada, expressa, no fundo, seu desejo de dominância, sua ilusão de unidade. Em outras palavras, segundo Authier-Revuz, existe uma negociação entre a heterogeneidade mostrada *na* linguagem e a heterogeneidade constitutiva *da* linguagem em que o sujeito, movido pela ilusão do centro (...) por um processo de denegação, localiza o outro e delimita o seu lugar, para cinscunscrever o próprio território.

Para a autora, o sujeito não é um “eu” homogêneo, uno, pois tem sobre si um desconhecimento, estando afetado por uma cisão constitutiva, ou seja, uma divisão que impossibilita o acesso a si mesmo.

Entretanto, há no plano do imaginário, a construção de uma unidade, ou seja, o sujeito é dividido mas funciona imaginariamente como se fosse uno. Na verdade, é condição mesma do funcionamento do sujeito o funcionar de maneira aparentemente una, homogênea. Ele produz a ilusão de ser um *eu* total, uno e que se apropria da língua. O sujeito “esquece” que ele não é dono de sua palavra, que não é origem do seu dizer.

Para abordar a problemática da heterogeneidade mostrada no discurso, articulada a uma heterogeneidade constitutiva, a autora apóia-se no conceito de dialogismo elaborado por Bakhtin, no do interdiscurso e no de psicanálise.

Authier-Revuz retoma a problemática do discurso como produto do interdiscurso (outras formas discursivas). Ela postula que nenhuma palavra é neutra, mas inevitavelmente carregada, ocupada, atravessada pelos discursos do “outro”. Ela também se apóia na psicanálise, na medida em que questiona a concepção homogênea do discurso. A psicanálise, a partir da leitura lacaniana de Freud, através da teoria do inconsciente, produz a dupla concepção de uma fala fundamentalmente heterogênea e de um sujeito dividido. A autora mostra como a psicanálise questiona a unicidade significante da concepção homogeneizadora da discursividade, introduzindo a questão do inconsciente, pois, para a psicanálise, o sujeito é um efeito de linguagem, estando entre o consciente e o inconsciente, o que resulta numa fala heterogênea.

Entendendo o sujeito como um efeito de linguagem, a psicanálise busca suas formas de constituição não no interior de sua fala homogênea mas na diversidade de uma fala heterogênea, que é consequência desse sujeito dividido entre o consciente e o inconsciente.

Authier-Revuz afirma que o sujeito não é uma entidade homogênea, exterior à linguagem, nem a linguagem deve lhe servir para traduzir em palavras sentidos que pudessem partir de uma fonte totalmente consciente. Daí não podermos falar do sujeito como centro, como origem de seu dizer.

## 2.5. Por uma Semântica Histórica da Enunciação

Considerando-se mais uma vez a abordagem que adotamos neste trabalho, ou seja, de não perdermos de vista o trabalho de Saussure e os elementos por ele excluídos como objeto de estudo (constituindo um insistente jogo de inclusão e exclusão), encontramos na perspectiva sobre a semântica enunciativa apresentada por Guimarães (1993, 1995) o que poderíamos chamar de reposição da historicidade nas concepções de sentido e sujeito na semântica. Dialogando com um universo de formulações teóricas que inclui especialmente os trabalhos de Benveniste (1966, 1974), e Ducrot (1984),<sup>22</sup> Guimarães procura elaborar uma semântica que contempla o sentido e o sujeito na sua historicidade. Nesta perspectiva, o dizer constitui-se invariavelmente na linguagem.

---

<sup>22</sup> Além de Austin (1962), Searle (1969), Grice (1957 e 1967) etc.

Em várias concepções teóricas que tomam como paradigma a posição do recorte saussureano de exclusão do exterior da linguagem, a construção de significados se dá exclusivamente entre elementos de linguagem e, embora o próprio aspecto subjetivo seja considerado, a questão do sentido não se insere em uma perspectiva histórica.

Ao discutir a questão do sentido, Guimarães (1995: 66) elabora a concepção de significação em relação à História:

[buscaremos] tratar a questão do sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação seja vista historicamente. (...) o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo.

Ao tratar do sentido do ponto de vista da enunciação, faz-se necessário defini-la em sua especificidade no espaço teórico proposto. Para tratar a questão enunciativa, Guimarães afirma que, em sua constituição, as noções de sujeito enunciador e sua presença na linguagem são elementos essenciais. O autor define a enunciação enquanto acontecimento de linguagem:

Considero que a enunciação enquanto acontecimento é indissociada da produção de sentido na linguagem. Tratar a enunciação coloca de saída a questão do sujeito que enuncia, e assim, a questão do sujeito na linguagem.” (Guimarães, 2000b: 1).

A postura teórica que afirma que a enunciação deve ser vista enquanto acontecimento requer uma explicitação quanto ao que para o autor significa acontecimento. Acontecimento não significa cronologia nem a localização de um fato “no” tempo, ponto fixo entre um passado e um futuro no tempo, ocorrência entre um simples *antes* e um *depois*; “o acontecimento temporaliza” (*op. cit.*: 2).

Por essa via, o sujeito enunciador também não está submetido à fixação de um evento no tempo. O tempo da enunciação não é o tempo “real” somente, numa “região” específica do temporal com começo-meio-fim em uma situação dada. Sua existência extrapola o instante (tempo) em que o locutor produz um enunciado. Nas palavras de Guimarães (2000b: 4):

... o acontecimento de linguagem não se dá no tempo cronológico, nem no tempo do locutor, mas é um acontecimento que temporaliza: uma temporalidade em que *o passado não é um antes mas um recorte do memorável operado pelo próprio presente do acontecimento que tem também o futuro como uma latência de futuro no próprio presente*. O sujeito não fala no presente, no tempo, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. (grifos nossos)

Falar em papéis enunciativos implica inevitavelmente a inclusão da figura do sujeito que enuncia. Aquele que fala, ao dizer, não se refere a um

indivíduo em particular, a um ser físico, simplesmente, mas a um sujeito que se caracteriza por uma dimensão que se afasta da origem, de um sujeito senhor de si.

Logo, fica claro que a concepção de sujeito adotada pela Semântica Histórica da Enunciação resulta de um diálogo desta com a Análise de Discurso, que assume a perspectiva do sujeito atravessado pelo inconsciente, constituído pela ilusão ideológica de ser a origem do que diz.<sup>23</sup>

Com relação aos papéis enunciativos, Guimarães (1999, 2000a, 2000b) produz uma especificidade teórica para esses lugares em grande medida diferenciada da formulação apresentada por Ducrot (1984), sem dela se afastar totalmente, posto que, na base, a filiação se mantém.

Convém retomarmos em linhas gerais, a elaboração do conceito polifônico elaborado por Ducrot (1984) a fim de examinarmos de que modo ele define concepções de enunciação e sujeito. Ao apresentar a sua teoria polifônica da enunciação, Ducrot objetiva confrontar a caracterização da unicidade do sujeito.

A teoria polifônica de Ducrot sobre a enunciação estabelece lugares determinados aos papéis dos produtores do discurso. Ao recusar a idéia de um sujeito uno, Ducrot propõe uma distinção entre a figura do locutor e do enunciador. O locutor<sup>24</sup> é aquele que se dá a conhecer como responsável

---

<sup>23</sup> Lembremos aqui a contribuição decisiva que as formulações de Althusser (1976) no campo das teorias sobre a noção de ideologia tiveram para a Análise de Discurso.

<sup>24</sup> Ducrot (1984: 182) chama a atenção para o fato de que o locutor representado pelas formas do paradigma de "eu" pode não coincidir com o que ele designa auto r-empírico do enunciado, e dá o exemplo do formulário enviado pela direção da escola ao pai de um aluno, com o objetivo de autorizar o aluno a realizar alguma atividade na instituição. O papel do pai seria, simplesmente, assinar o formulário, cujos termos foram previamente elaborados por outro autor que não o pai.

responsável pelo que é dito (identificado pelo pronome *eu*, além das outras marcas de primeira pessoa).

A formulação de Ducrot propõe a possibilidade de existência de mais de um locutor para uma mesma enunciação<sup>25</sup> (no caso, por exemplo, de Paulo enunciar *Pedro me contou que não sabia*, em que se observa a presença de dois locutores diferentes: Paulo e Pedro).

O enunciador representa aquele através do qual pontos de vista são apresentados. Assim como Ducrot considera a possibilidade de mais de um locutor na mesma enunciação, o mesmo se aplica ao conceito de enunciador, apresentando a possibilidade de se ter, sob a fala de um único sujeito, perspectivas distintas e, em consequência, diferentes pontos de vista.

Retomemos a elaboração proposta por Guimarães. Na perspectiva do autor, a cena enunciativa articula duas dimensões de lugares: *lugares sociais* e *lugares de dizer*, lugares esses que se constituem pelo funcionamento da língua no acontecimento.

Guimarães define o lugar do Locutor (com L maiúsculo) como aquele que emprega a palavra e figura como a origem de um certo dizer, coincidindo, por sua vez, com o próprio tempo desse dizer. O L oferece a aparência de univocidade do dizer, resultando numa centralidade produzida pelo efeito de origem daquilo que é enunciado e muitas vezes reconhecida por marcas lingüísticas. O autor argumenta que o Locutor (L), em sua centralidade, tem sua existência e manifestação necessariamente possível

---

<sup>25</sup> Ducrot (*Op.cit.*, 190) distingue entre o locutor (L) do locutor "enquanto ser no mundo", representado por  $\lambda$ .

por uma dependência essencial com os lugares socialmente determinados. Em outras palavras, para que a fala de L seja possível, o Locutor tem de necessariamente “falar enquanto predicado por um lugar social” (Guimarães, 2000b: 10). A existência da enunciação depende dessa relação de dessemelhança/ desigualdade/ não-coincidência do L com o locutor-x.

Os lugares sociais referem-se aos *lugares sociais do locutor* (locutor-x, onde locutor é representado por letra minúscula e “x” é o predicado de “l” que pode ser locutor-jornalista, locutor-governador, locutor-índio etc).

A outra dimensão dos elementos em jogo no acontecimento enunciativo diz respeito aos *lugares de dizer* e são lugares que se apresentam como se fossem constituídos fora da História e independentes dela. Guimarães os define como “representação da inexistência social dos lugares sociais do locutor” (*op. cit.*: 10). Os *lugares de dizer* operam sob a aparência do que poderíamos chamar “não-histórico”, (pois provocam o efeito da ausência dos lugares do locutor socialmente determinados), quando, na realidade, constituem lugares definidos historicamente. Se examinarmos o enunciado *Começo o trabalho amanhã*, por exemplo, poderíamos identificar uma marca de primeira pessoa, o “eu”, que poderia estar aparentemente representando um “eu” único, individual e, nessa medida, origem de seu dizer. Seguindo essa linha, Guimarães faz nesse momento uma distinção entre locutor-x e enunciador. Para ele, *lugares de dizer* serão constituídos por *enunciadores*. Esses *lugares de dizer* podem referir-se a diversos tipos de enunciadores<sup>26</sup>, tais como *enunciador-*

---

<sup>26</sup> Para exemplos bastante ilustrativos sobre os tipos de enunciadores, ver Guimarães (2000b: 12-15). Pretendemos fazer operar essas noções como instrumento analítico na segunda parte deste trabalho.

*individual* (o Locutor se dá a conhecer como fonte do dizer), *enunciador-genérico* (o Locutor assume falar com todos os indivíduos, com a voz do senso comum) e *enunciador-universal* (o Locutor sujeito ao julgamento do verdadeiro e do falso).

É preciso ressaltar que, no caso dos *lugares de dizer*, um elemento comum os define, ou seja, o de algum modo “estar fora da História”.

Neste estudo, procuramos examinar nos capítulos de análise do *corpus* um aspecto muito pertinente e produtivo da teoria proposta por Guimarães, definido pelo autor como o conflito constitutivo que se estabelece entre os papéis do locutor e os *lugares de dizer*.

Na perspectiva da Semântica Histórica, a língua funciona porque há uma determinação histórica que a faz funcionar. Na medida em que um sujeito ocupa uma posição no interdiscurso, a língua funciona, determinada por essa posição e significando por essa posição.

Os efeitos de sentido se dão (ou seja, o sentido se produz) na medida em que a língua funciona afetada pelo interdiscurso.

Os efeitos da enunciação são, na verdade, efeitos do interdiscurso que se constituem pelo funcionamento da língua no acontecimento.

### 2.5.1. Designação e estabilidade referencial

Nas formulações teóricas apresentadas neste capítulo, a questão da referência se apresenta como uma relação da linguagem com um objeto (na perspectiva formal de Frege, por exemplo) ou como uma relação que

envolve a inclusão de um sujeito (intencional) na determinação de um objeto reconhecido no mundo.

Ducrot (1984b) questiona uma postura teórica que toma o referente simplesmente como objeto no mundo, referido pela linguagem de forma direta e unívoca, seja pela capacidade da própria linguagem de referir, seja pela ação ou intenção de um falante de fazê-lo.

O autor argumenta que o processo de constituição do objeto também se dá pelo trabalho da linguagem. Um trabalho que não está na obviedade da rotulação dos objetos no mundo, num gesto que estabelece uma relação direta entre, para lembrar Foucault, as palavras e as coisas.

Ducrot (1984b: 419) aborda a questão da referência como uma noção que apresenta dificuldades:

Encontram-se ligados à referência uma quantidade de problemas particulares: problemas que dependem ao mesmo tempo da lógica, da lingüística, da análise de discurso, da filosofia. Mas a sua raiz comum reside no estatuto ambíguo do referente que, por um lado, deve ser exterior ao discurso e que, por outro, é chamado pelo discurso, e portanto fica inscrito nele.

Em Ducrot, o estatuto da exterioridade e o problema do sujeito não se apresentam como algo fora da língua. Para Ducrot, a ação de referir é uma ação da enunciação e o referente é de certa forma objetificado, uma vez que várias falas se referem a ele. Por haver um conjunto de falas voltadas para o mesmo objeto e por falarem de determinada forma, o objeto

se constitui. Assim, ele não é algo particularizado por uma expressão lingüística; não é um objeto em si no mundo, mas é objetivado pela relação dele com as diversas enunciações que o constituem.

Ducrot busca apontar qual é a natureza da argumentação marcada na língua. A questão de um sujeito, exterior à língua, não se coloca nessa visão, ele passa a ser tomado como algo que está dentro e não como algo concebido externamente. Percebemos, aqui, uma outra questão, ou seja, o que pode ser denominada de exterioridade constitutiva.

Trata-se, portanto, de uma exterioridade que se constitui a partir do interior. Essa exterioridade constitutiva se caracteriza pelo fato de que se trata de algo que diz respeito ao que vem de fora, a uma exterioridade, mas que se coloca como sendo algo que constitui o que é de dentro, o interior. Para Ducrot, a enunciação está marcada na língua.

Considerando a posição de Ducrot ao definir o objeto que se constitui pela multiplicidade de falas a ele referidas, Guimarães desloca a noção do trabalho da linguagem sobre o objeto ao postular que a materialidade do objeto constitui-se no confronto de discursos (*op. cit.*: 74). Assim, a relação de designação passa a ser “uma relação instável entre a linguagem e o objeto”<sup>27</sup>, uma vez que a perspectiva que orienta nosso estudo não vê o objeto como algo material que pode ser diretamente e completamente identificado no mundo sem qualquer relação com a linguagem (a não ser de referência direta). A constituição do referente se dá a partir de processos de designação que não se constituem como um fim em si mesmo ou como resultado de uma ligação direta, unívoca (coisa-mundo) e linear.

---

<sup>27</sup> Guimarães, E. (1995) ao comentar sobre a questão do sentido e referência.

O que pretendemos também enfatizar é o fato de que o objeto designado não é sempre o mesmo. Ele não é, portanto, um objeto no mundo. Ele é algo construído pela significação. Só é possível o acesso a ele, ou seja, o tomar conhecimento dele realiza-se graça a uma intermediação da linguagem.

Não devemos nos esquecer de que o trabalho do interdiscurso nos efeitos de sentido que advém do pensar sobre a referência é decisivo para que confrontemos uma suposta visão positivista acerca da materialidade do objeto, materialidade esta que se constitui no encontro entre discursos.

Assim, a possibilidade de designação de um determinado objeto se dá a partir do trabalho do interdiscurso. É a interdiscursividade que constitui o objeto que, embora nem sempre seja o mesmo, funciona como se tivesse certa estabilidade. Trata-se do jogo entre a ilusão de unidade produzida pela aparente estabilidade do objeto e a efetiva dispersão do sentido pela interdiscursividade.

Concluir simplesmente esse confronto de discursos como constitutivo da relação de designação não é suficiente para sustentar afirmações ou especulações acerca de propriedades discursivas ou mesmo tipológicas. É preciso observarmos que, no nível enunciativo, esse efeito de evidência, de completude, se configura como necessário no nível referencial, sendo na verdade resultado de um trabalho da linguagem a partir desse confronto discursivo.

Deste modo, torna-se relevante, do ponto de vista analítico, o exame dos percursos de designações depreendidas de um determinado discurso.

## Conclusões Parciais

A apresentação dos conceitos aqui selecionados visou refletir acerca da noção de significação e ilustrar, mesmo de forma sucinta, o percurso tomado pelos estudos sobre a linguagem no que diz respeito à constituição das várias concepções de sentido, referência e sujeito que têm sido questões sobre os quais semanticistas têm se debruçado com o objetivo de investigá-las em níveis com grau cada vez mais alto de refinamento teórico e analítico. Dessa forma, apresentar essa base conceitual nos estudos sobre o sentido e referência nos pareceu pertinente, tendo em vista que o aparato teórico que faremos operar na segunda parte deste estudo se produz a partir desse percurso, ora por um processo de filiação, ora por um processo de exclusão ou negação.

## CAPÍTULO 3

### CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE TIPOLOGIA DISCURSIVA

*A noção de tipo não funciona como um porto-seguro, isto é, não creio que se deva – como usualmente tem ocorrido – uma vez estabelecida uma noção, endurecê-la categoricamente, estagná-la metodologicamente, perdendo assim a sua plasticidade, a sua provisoriedade, enquanto matéria de conhecimento.*

Eni Orlandi, *A Linguagem e Seu Funcionamento – as formas dos discursos*.

Quando se fala em tipo ou tipologia, não é difícil remetermos a questão à idéia de classe, de exemplar, de modelo. Falar em tipo pode nos remeter a um exemplar, no caso, de discurso, podendo ser explicitamente indicado como algo padrão, cuja descrição seria capaz de alcançar origem ou, até mesmo, originalidade.

Um tipo específico de discurso deveria ser capaz de classificação, de especificidade e do caráter de unicidade ( capacidade de ser único).

Qual seria a relevância, em termos de pesquisa, de se discutir a questão tipológica a partir de uma análise enunciativa do discurso? Por que buscar manter distinções entre um discurso em relação a outro?

### 3.1. Relevância da noção de tipo para o analista de discurso

Orlandi (1987a: 217) justifica o interesse da Análise de Discurso pela questão tipológica, classificando-o como um dilema em relação à constituição do objeto da Análise de Discurso:

a Análise de Discurso, levando em conta as condições de uso da linguagem, procura apreender a singularidade desse uso — isto é, procura distinguir um discurso de outro — ao mesmo tempo em que visa a construir generalidade — isto é, a inserção desse uso particular, desse discurso, em um domínio comum. Objetivos à primeira vista contraditórios e que revelam um dilema na constituição da análise de discurso.

A tipologia adquire, nesta perspectiva, um caráter metodológico com a função de organizar elementos do discurso que possam remeter o analista a aspectos generalizantes, tendo a ver com a possibilidade de sistematização

do discurso (generalizando certos aspectos, certos traços dos discursos). Há critérios pré-estabelecidos que vão atuar nessa tipificação.

### 3.2. Tipo e funcionamento

A Análise de Discurso recorre ao conceito de *funcionamento* discursivo para “desconstruir” a aparência de tipo de um discurso em análise.

Orlandi elabora o conceito de funcionamento discursivo (1987a: 125):

O funcionamento discursivo — é a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas. Em um discurso, então, não só se representam os interlocutores, mas também a relação que eles mantêm com a formação ideológica. E isto está marcado *no* e *pelo* funcionamento discursivo.

Na medida em que todo funcionamento discursivo é uma estruturação, podemos fazer derivar dessa estruturação, a noção de tipo. Mas a noção de tipo já é a cristalização do funcionamento, porque nessas condições se acaba criando, no uso, uma institucionalização daquele funcionamento que retorna como modelo ao falante. Dito de outro modo, há formas de discurso que se cristalizam e se tornam modelos e se institucionalizam.

Mariani (1998: 66) já discute as noções de instituição e tipologia como categorias “problemáticas, distintas, porém interrelacionadas”, levando a autora a buscar mobilizar a noção de historicidade e de memória. Em seu trabalho, ela considera (no caso de sua pesquisa sobre o PCB e a imprensa escrita) o papel do discurso jornalístico enquanto produto de uma instituição.

### 3.3. Tipologia e senso comum

Orlandi (1987a:224) aborda em profundidade a questão tipológica no texto “Sobre Tipologia de Discurso”, e nos interessa de perto a espécie de tipologia, por ela discutida, que distingue discurso político, jurídico, religioso, jornalístico etc. por ser ela uma tipologia que se coloca de forma consensual.

Em seu texto “Efeitos do verbal sobre o não-verbal”, Orlandi (1995: 36), acerca da existência de uma redução do não-verbal ao verbal enquanto um efeito ideológico, diz:

... e é este efeito que procuraremos compreender aqui... criticaremos os paradigmas que alinham o verbal, o científico, o sistemático, a escrita etc. como tendo precedência sobre o não-verbal, o heteróclito, o não escrito etc.

Segundo Orlandi, falar em verbal e não-verbal já é falar de tipologia. Ao levar em conta essa distinção, a Análise de Discurso trabalha com

categorizações que são estabelecidas mais ou menos “naturalmente”. Não se costuma discutir quais critérios são utilizados para definir a distinção; já está no senso comum do cotidiano acadêmico falar em verbal e não-verbal.

Porém, para a Análise de Discurso, trata-se de uma categorização. Faz parte do senso comum mas é preciso, ao pensarmos em categorizações, examinar de que maneira esta distinção se formou no senso comum.

As tipologias podem ser vistas como uma necessidade histórica. Se elas existem, é porque dentro da história da reflexão sobre a linguagem ou da relação do Homem com a linguagem num certo momento, distinções tipológicas tenham se tornado necessárias.<sup>28</sup>

Podemos pensar, também, em que condições de produção se formou a distinção entre dissertação, descrição e narração. Trata-se também de uma tipologia com grande popularidade na História. Outra tipologia é a distinção entre linguagem oral e escrita.

Na relação com a linguagem, há uma tendência à tipificação e à reflexão a partir de categorias tipológicas. Perceber as tipificações nas nossas diferenças culturais e dentro do nosso grupo determinado pode tornar-se tarefa difícil, uma vez que já estamos numa formação discursiva que torna essa observação menos visível.

A questão tipológica se coloca de imediato para o analista, e ele não pode ignorá-la. Se ele pretende instituir uma tipologia em seu trabalho, é preciso procurar estabelecer critérios imanentes, que tenham a ver com o

---

<sup>28</sup> Afirmação com base em anotações de aula da professora Eni Orlandi, no curso de pós-graduação *Tipologia Discursiva*, IEL, Unicamp, 1993.

que chamamos de funcionamento discursivo e não com essa exterioridade — a relação entre interlocutores ou a questão da polissemia e da paráfrase, por exemplo. Tratam-se de critérios do domínio da enunciação.

As tipologias teriam uma função heurística (Orlandi, 1994a: 48): há por trás da tipologia, se assim podemos dizer, questões fundamentais sobre a natureza dos discursos, e cabe ao analista tentar alcançá-las, conseguir explicitar princípios discursivos. As tipologias são indícios de processos discursivos que estão funcionando nos próprios discursos. Neste sentido, considerar a tipologia significa considerar sua contribuição para a teoria do discurso. “Podemos perceber o tipo de discurso como efeito de sentido, como função necessária do imaginário” (Orlandi, 1994a: 48).

A tipologia é algo que funciona no nível do imaginário e, ao se apresentar dessa forma, funciona imaginariamente. A tipologia tem uma validade para o analista; não porque ela se configura como uma tipologia real (isto é, porque o discurso realmente se organiza dessa maneira, por meio de tipos), mas porque em seu funcionamento, ela produz efeitos de sentido que, nessa relação imaginária do sujeito, se apresenta como uma questão tipológica.

Lemos diferentemente um livro de poesia e um livro de ciências. Há uma produção de sentidos diferentes porque estamos considerando o que é poesia e o que é ciência. Assim, na medida em que não reconhecemos a validade interna, real, dessas distinções, é que podemos perceber esses deslocamentos, esse efeito ideológico elementar que é produzido para o sujeito, em que as formas do dizer se apresentam como tipos.

Desta maneira, a tarefa do analista é a de estar alerta para desconstruir esses efeitos e tentar analisar como aquela tipologia se apresenta enquanto tal. Ele não deve adotar a tipologia em si, mas tentar analisar e perceber como determinada tipologia está funcionando ali para produzir sentido.

Podemos considerar aqui o ponto de maior dificuldade para o analista de discurso, ou seja, não se deixar envolver pela tipologia que lhe parece saltar aos olhos a partir de seu *corpus* de análise. É preciso que o analista esteja atento, não permitindo que o tipo que lhe parece tão natural e evidente venha estabelecer todos os critérios para a análise do recorte/ material selecionado, seduzindo-o em direção a uma “armadilha” que o afaste da noção do *como* do funcionamento discursivo. O *corpus* deixaria de ser, assim, lugar de observação do funcionamento de uma determinada tipologia.

A tipologia é um efeito de sentido (Orlandi, 1993)<sup>29</sup>. É da ordem do imaginário, e o imaginário, para a Análise de Discurso, não é ficção. Ele tem função e eficácia. O analista deve analisar, explorar as determinações ideológicas através das tipologias. Em outras palavras, explorar ideologicamente a questão dos tipos.

---

<sup>29</sup> Anotações de aulas durante o curso *Tipologia Discursiva*, ministrado no IEL em 1993.

### 3.4. Indo além da tipologia

A tipologia não deve se constituir como um fim em si mesmo para o analista de discurso. Não se trata da mera constatação de características que culminem na classificação de um tipo de discurso com o objetivo de constatar sua legitimidade ou constituição institucional.

No caso do chamado discurso ecológico, não se trata de elevá-lo à categoria dos discursos estáveis, tais como o discurso jornalístico, religioso, político, mas de perceber como esse tipo de discurso adquire estatuto de discurso 'independente'.

A questão tipológica pode ser explorada na Análise de Discurso de diversas maneiras, podendo distinguir de que forma ela atua na prática do falante. A tipologia já tem um caráter simplificador (reductor) e, em sua prática, o analista, consciente ou inconscientemente, já se aproxima do material de análise tipificando de alguma maneira esse material, ou ainda, ele já colhe o material a partir de uma tipificação imposta. Deste modo, poderíamos falar, por exemplo, dos ditos discursos consagrados, como o discurso político, pressupondo o tipo (a tipificação do material).

Seria, então, importante levar em conta a atividade de tipificação?

Toda tipologia e todo trabalho de analista de discurso que considere a questão tipológica pode levar ao aprofundamento e à reelaboração de aspectos relevantes da teoria do discurso. É mais importante o fato de que através da prática de uma reflexão sobre a tipologia, sempre há algum aspecto retórico, alguma característica do funcionamento do discurso que importa reconhecer.

A distinção entre tipo e funcionamento, tal como apresentada no item anterior, é o que permite perceber essa questão teórica mais relevante. O tipo é o produto e o funcionamento é o processo, sendo o produto o resultado de um processo de significação. Ao analisarmos um discurso, é necessário estabelecer a distinção entre o tipo e o funcionamento. Ao detectarmos características específicas de um tipo de discurso, é relevante examinar como tais marcas (traços) foram produzidas.

### 3.5. Formação discursiva e regularidade

Para Maingueneau (1987), a noção de formação discursiva (FD) é mais útil, do ponto de vista do analista, do que a noção de tipologia.

Através da noção de FD, o analista pode encontrar regularidades em materiais de diferentes tipologias. Assim, a noção de FD é a que cumpre melhor essa função, ou seja, de encontrar regularidades discursivas.

Para a AD, segundo Orlandi (1994a: 48), as tipologias não teriam nenhuma função no que se refere à busca de regularidades discursivas, uma vez que a ordem do discurso pode ser observada na dispersão e não formalmente:

Inscrever-se na possibilidade de encontrar regularidades, através da análise tipológica, é enganar-se na ilusão do conteúdo (o que o autor quer dizer?) e também na impressão de uma certa noção de sujeito do discurso como forma de subjetividade e não pontos de subjetivação (intercambiáveis).

A noção de tipo e a noção de formação discursiva, na verdade, competem, porque a noção de formação discursiva acolhe essa idéia de lugar e de dispersão de enunciado que ele configura como um lugar de significação específico. Não interessa a quantidade, o material empírico dos discursos, mas o fato de que isso constitui um lugar de significação historicamente circunscrito.

Mais freqüentemente, uma formação discursiva não corresponde a um gênero único, mas se associa a vários. Numa formação discursiva, há o panfleto, o artigo de jornal, o sermão, o manifesto etc. Na verdade, esses tipos de discurso caem todos numa mesma formação discursiva. O tipo não corresponde à formação. A Análise de Discurso não se aplica a encontrar tipos atrás dos enunciados, mas a identificar o processo de constituição histórica desse dizer. O sujeito se inscreve numa formação num processo de identificação para ele ter sua própria identidade, para produzir sentido. Para o analista, interessa muito mais buscar compreender esse processo de inscrição do sujeito e muito menos reconhecer o tipo.

Vale ressaltar, no entanto, que não devemos deixar de considerar a tipologia, porque em nível do imaginário do discurso, são os tipos que aparecem, que orientam a relação do sujeito com o discurso. Além disso, a tipologia pode auxiliar a explicitar o funcionamento institucional do discurso:

... ela estaria presente na atividade mesma do sujeito enquanto forma de dizer, organizada pelas normas institucionais. É o caso da distinção tipológica entre discurso político, religioso, jurídico, pedagógico etc., que deriva da distinção de lugares

As regularidades não significam uma contradição em relação ao caráter heterogêneo de todo discurso. Não se constituem em chancelas para que as tipologias reinem incólumes, intransponíveis. As regularidades de um discurso auxiliam o analista de discurso a compreender melhor o processo de funcionamento de um discurso e a confrontar a aparente “naturalidade” advinda da tipologia em “como” ela se constitui.

Para Orlandi (1999: 86):

O que caracteriza o discurso, antes de tudo, não é seu tipo, é seu modo de funcionamento. Os tipos resultam eles mesmos de funcionamentos cristalizados que adquiriram uma visibilidade sob uma rubrica, uma etiqueta que resulta de fatores extra-discursivos, lógicos, psicológicos, sociológicos etc.

### 3.6. Tipos “estáveis” de discurso

Institucionalmente, há elementos que conferem uma identidade estável como tipo a um determinado discurso. Assumir simplesmente a existência de tipologias sem questioná-las é afirmar a existência de regiões fechadas de sentido. Por trás das tipologias aparentemente estáveis, reside o próprio desejo (ilusório) constitutivo de serem específicas e independentes entre si. É essa evidência de senso comum que insistimos em confrontar e compreender. Os tipos de discurso são em número indeterminado e não deve ser nosso objetivo — e de nenhum analista —, tentar enumerá-los, tentar tipificar discursos. Abordaremos aqui alguns tipos de discursos quanto

às suas propriedades, não deixando de lembrar que nossa escolha está movida pelas necessidades da análise que faremos do *corpus* selecionado.

### 3.6.1. O discurso jornalístico

Carmagnani (1996: 103) elabora uma análise detalhada do discurso jornalístico e afirma que a instituição jornalística procura promover a homogeneização de sentidos , na busca do efeito de objetividade:

... a empresa jornalística ... através do jornal, busca controlar a unidade para criar o efeito de objetividade, isto é, a não interferência do Outro no discurso. Entretanto, a presença do Outro por ser constitutiva é inevitável e o discurso jornalístico, da mesma forma que outros discursos, é heterogêneo.

A autora examina, em seguida, os principais recursos empregados pelo jornal para efetivar a homogeneização dos sentidos. Dentre eles, destacamos alguns.

#### (i) Manuais de redação

Os manuais contêm normas que visam padronizar e uniformizar o que é publicado, em nome da objetividade. Em consequência da padronização, o jornal veicula uma concepção de linguagem como transparente, capaz de expressar a verdade dos fatos. Assim, opiniões não devem ser incluídas nos

o jornal veicula uma concepção de linguagem enquanto transparente, capaz de expressar a verdade dos fatos. Assim, opiniões não devem ser incluídas nos relatos, buscando uma distinta separação entre opinião e transmissão de notícia.

(ii) Critérios para seleção de notícias

Determinados fatos são publicados levando-se em consideração seu grau de relevância (definido pelo jornal); sua capacidade de “chamar a atenção”.

(iii) Pasteurização de manchetes e chamadas

O jornalista deverá observar certas restrições lingüísticas (elementos do jargão jornalístico), escolhas lexicais. Costuma ser regra, por exemplo, o emprego do verbo na voz ativa e no presente.

(iv) linguagem não-verbal (diagramação e fotografia)

Os padrões de diagramação, assim como o recurso da fotografia, nem sempre observados pelos leitores dos jornais, também buscam o ideal de objetividade. Eles procuram, por exemplo, determinar o percurso feito pelo leitor, com base no controle “das zonas de visualização da página impressa” (p. 103).

Mariani (1998: 72) destaca o que ela chama de “vocação para a informa o”, como umas das principais características do discurso da imprensa. Segundo a autora, essa voca o encontra sua aparência de naturalidade e aceita o pelo senso comum, nos próprios manuais de reda o publicados pelos jornais. Os manuais ditam regras de como um determinado material a ser publicado deva ser redigido. Essas regras incluem aspectos lexicais, gramaticais e estilísticos e têm como objetivo conscientizar o repórter ou o jornalista da importância de investir em sua capacidade e eficiência para manusear e manipular o poder intrínseco de comunica o de caráter ling stico e, assim, chegar ao significado “verdadeiro” e “correto” dos fatos relatados. Está mantida, dessa forma, a visão de que a língua   um instrumento de comunica o que pode ser utilizado de maneira competente para expressar a informa o de forma fidedigna e imparcial.

A concep o de língua, enquanto instrumento passível de manipula o, reforça, segundo Mariani, o mito da informatividade (crença da informa o objetiva, imparcial, neutra) constituindo (ilusoriamente) o discurso jornalístico enquanto lugar onde coexistem, de maneira independente e bem definida, informa o e opinião. Ao se constituir no senso comum como sendo objetiva e comprometida com a verdade, a institui o *imprensa* adquire sua credibilidade e legitimidade, buscando reforçar a idéia de institui o caracterizada pela liberdade.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> Mariani (1998) busca reconstituir como a institui o *imprensa* se constitui historicamente, entre os séculos XV e XIX, especificamente em Portugal e no Brasil. A autora investiga o papel da Igreja e do discurso jurídico na caracteriza o da censura na prática jornalística. Por um lado, o poder religioso ocupava-se da censura de todo e qualquer texto que significasse atentado   f  a aos bons costumes. Por outro, o discurso jurídico impunha regras e formas de puni o a quem estivesse ligado   prática jornalística. “Em nome do desejo de liberdade para a escrita, a atividade

Enquanto tipologia de um discurso institucional, é preciso levar em conta que o discurso jornalístico se fundamenta também em uma memória que o constitui historicamente.

### 3.6.2. O Discurso religioso

Para fins de discussão tipológica, podemos partir da definição de discurso religioso elaborado por Orlandi (1987a: 242):

... vamos caracterizar o discurso religioso como aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre — ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu — é a voz de Deus.

O parâmetro adotado pela autora é o do discurso religioso católico. A partir deste tipo de discurso, outros dizeres de outras religiões poderão ser observados, permitindo um entendimento do processo de relacionamento do Homem com o sobrenatural. Na relação com o discurso religioso, o sujeito se caracteriza pela submissão (Orlandi, 1987a: 15, 1987b: 53). Ele não confronta ou discute a validade (sempre existente) da “palavra de Deus”. Não há lugar para outro sentido, a não ser o sentido verdadeiro, o sentido da verdade.

---

jornalística foi, ao longo dos séculos, formando uma jurisprudência própria, na qual o poder de dizer algo — entendido como comunicar, informar mas não opinar — ficou inevitavelmente ligado à censura. Esta foi a forma encontrada: as leis da imprensa passam a prescrever o que pode e o que não pode ser dito. (...) Há um duplo movimento: a lei é da imprensa, pertence à ela de modo a instituí-la e, exatamente por esse motivo, pode funcionar contra ela, porque regula a liberdade que a fundamenta.”

Em relação ao discurso religioso, o aspecto profético nos interessa mais especificamente em virtude da natureza de nosso *corpus* de análise, ou seja, o discurso ecológico-político-partidário, uma vez que o elemento “apocalíptico” constitui um traço freqüente neste tipo de discurso (esse aspecto será desenvolvido mais adiante).

## Conclusões Parciais

Partimos da noção de tipologia, como elemento relevante para a teoria do discurso, em direção à questão das regularidades discursivas, em busca das propriedades de um determinado discurso. Tivemos o cuidado de enfatizar o fato que as tipologias são as primeiras que estão em evidência para o analista de discurso, diríamos, em sentido metafórico, que o tipo é “o primeiro a chegar” ao analista, podendo confundi-lo, iludi-lo, até, em sua própria “transparência” e “naturalidade”. O analista que opta por trabalhar com a questão da tipologia deverá ter presente a necessidade de estabelecer critérios e procedimentos analíticos que possam vir a explicitar e a esclarecer de que forma aquela tipologia se constitui como tal, examinando o funcionamento de determinado discurso e não simplesmente seu aspecto formal (marcas lingüísticas, por exemplo). Assim, o analista terá de lidar com dois aspectos importantes: a) a tipologia como efeito de sentido, parte de um processo imaginário e b) a tipologia como parte das condições de produção do discurso em análise.

Também não será produtivo se o analista pretende encontrar, como resultado de sua análise, um tipo puro de discurso do ponto de vista formal, fechado, com características exclusivas. No dizer de Orlandi, 1987a: 235:

Certas características que se costumam atribuir a um certo discurso estão presentes também em outros. (...) os discursos se sustentam mutuamente, por isso compartilham marcas. De um lado, não há tipos puros de discurso e, de outro, há

inclusão, aliança, sobredeterminação e toda espécie de relação, de cruzamentos entre os discursos...

Embora não se possa, através das tipologias, designar tipos fechados de discursos, é possível chegarmos, como parte dos resultados da análise, a regularidades e propriedades do discurso focado. Devemos tomar o cuidado de, a partir daí, avaliar os resultados da análise como relativos, uma vez que é sempre preciso levar em consideração o objetivo da análise em relação à natureza do texto (material).

Ao enfatizarmos e priorizarmos a questão da propriedade do discurso, ao lidarmos com a tipologia, estaremos indo além dessa própria noção, buscando compreender como aquele discurso funciona no domínio institucional.

Deste modo, pretendemos trabalhar com o conceito de tipologia aqui apresentado como uma noção complementar para a discussão dos processos designativos e sugerimos que a análise das designações no *corpus* selecionado aponta para a construção de um efeito tipológico.

## SEGUNDA PARTE

### O FUNCIONAMENTO ENUNCIATIVO NO DIZER ECOLÓGICO-POLÍTICO-PARTIDÁRIO

*...a linguagem designa as coisas de modo incompleto e inexato. Incompleto, porque não se esgotou tudo o que se pode dizer do sol quando se disse que ele é brilhante, ou do cavalo quando se disse que ele corre. Inexato, porque não se pode dizer do sol que ele brilha quando se escondeu, ou do cavalo que ele corre quando está em repouso, ou quando está ferido ou morto.*

M. Bréal, *Ensaio de Semântica*

## CAPÍTULO 4

### OS SUJEITOS DO DISCURSO ECOLÓGICO-POLÍTICO: PROCESSOS DE DESIGNAÇÃO E LUGARES DE ENUNCIÇÃO

*Juliet: 'Tis but thy name that is my enemy  
Thou art thyself, though not a Montague  
What's a Montague? It is nor hand, nor foot,  
Nor arm, nor face, nor any other part  
Belonging to a man. O, be some other name!  
What's in a name? That which we call a rose  
By any other word would smell as sweet...*

Shakespeare, *Romeo & Juliet*, Ato 2, cena 1

Pretendemos, neste capítulo, analisar o acontecimento enunciativo a partir dos processos designativos depreendidos do *corpus* selecionado. Para tanto, optamos por, inicialmente, concentrar nossa análise no *nome* do partido (Partido Verde ou *Green Party*) e no próprio gesto de siglar o nome dos partidos. Vale lembrar que os textos analisados incluem os manifestos

dos partidos, além de outros documentos, tais como programas do partido, entrevistas etc.

Poderíamos argumentar, inicialmente, que faz parte da “natureza” de qualquer manifesto (seja ele político, religioso, estético etc.) apresentar, através de uma certa regularidade de expressões lingüísticas, de relações sintáticas e mesmo de estilo, uma declaração pública de intenções, objetivos, propostas etc., na qual o nome da entidade/ instituição/ partido político tenha prioridade e destaque. No manifesto de um partido político, esse seria reconhecido por seu nome, por sua sigla. O manifesto representaria, então, um lugar privilegiado para imprimir, através do nome, legitimidade e unidade ao partido.

Também poderíamos dizer que há, sim, uma memória que reconhece o que parece ser próprio de um manifesto político; que o toma como tipo pré-existente.

Assim, em relação ao nome ou sigla do partido, gostaríamos de examinar os seguintes aspectos:

- (i) O processo de designação sobre o nome do partido nos textos que compõem o Manifesto: princípios, propostas, editoriais e entrevistas com membros do partido. Observaremos, também, o aspecto da constituição da sigla no funcionamento do nome do partido em questão; e
- (ii) A identificação dos lugares enunciativos no discurso ecológico-político-partidário e, a partir do exame das formas de designação do Partido Verde brasileiro e do *Green Party* britânico, buscar compreender seu funcionamento.

## 4.1. Organização partidária, fenômeno “naturalizado”

Examinar o processo semântico-enunciativo num manifesto de partido político tomando como ponto de partida o nome do partido implica adotar uma perspectiva que procure evitar uma circularidade da nomeação. Significa, portanto, refutar o pressuposto que acredita na auto-suficiência do nome para designar aquilo a que ele remete (Nunes, 1999: 20).

Anterior à discussão do nome de um partido propriamente dito, há uma história sobre a noção de “partido” e a própria palavra “partido” na esfera política. Vale observar que a própria nomenclatura “partido político” possui uma história.

Segundo Motta (1999), embora a existência de partidos políticos seja hoje em dia em fenômeno internacional (surgiram na Europa Ocidental e em algumas de suas colônias — EUA inclusive —, e existem hoje na maioria dos países), inicialmente o partido não significava a única forma de expressão de uma proposta ou ideário político. A autora nos lembra que, na Atenas democrática, por exemplo, partidos políticos não existiam:

havia grupos de interesse, correntes de opinião, mas nada parecido com os modernos partidos. Entre os antigos a democracia era mais direta, o cidadão participava de assembleias públicas onde se tomavam as grandes decisões. Na experiência moderna temos uma democracia representativa, indireta, na qual o cidadão escolhe representantes para defenderem seus pontos de vista junto ao Estado. Foi o caráter

representativo da democracia moderna que levou ao surgimento dos partidos. (*op.cit.*: 16)

Chacon (1998) faz um levantamento detalhado da história dos partidos brasileiros. Segundo o autor, na época que precedeu a independência política do Brasil, o termo “partido” ou mesmo “facção” eram palavras malvistas, sendo sempre utilizadas em sentido pejorativo. Em 1822, o redator do *Correio do Rio de Janeiro*, por exemplo, referia-se a “partido” como equivalente de “cabala”, como “aquele que se arroga um poder que não tem” (*op. cit.*: 23). No mesmo ano, criou-se o primeiro partido brasileiro “de fato”, o Partido da Independência.<sup>31</sup>

Podemos observar, assim, que a questão político-partidária está remetida a uma memória que a interpreta a partir de uma posição pré-construída, ou seja, trata-se de algo que se coloca no nível de uma moral, enfim, daquilo que representa o *bem* ou o *mal*.<sup>32</sup>

Trata-se, portanto, de uma “etimologia” que atribui um sentido negativo à palavra partido.

Schmitt (2000: 7) aponta o caráter de pouca credibilidade que os partidos políticos no Brasil gozam no imaginário brasileiro :

---

<sup>31</sup> Chacon relata que, em 1821, a imprensa escrita listava as facções pré-partidárias atuantes no Rio de Janeiro. Eram os grupos denominados: os constitucionais, os republicanos e os “corcundas”; equivalendo aos partidos de “centro, esquerda e direita” daquela época. Os “corcundas” eram considerados reacionários, favoráveis ao retorno do domínio colonial português.

<sup>32</sup> Trecho do Manifesto Integralista de Outubro (1932): “Enquanto não virmos o Brasil organizado, *sem o mal dos partidos*, o Estado brasileiro exprimindo classes, dirigindo a Nação pelo cérebro de suas elites, não descansaremos na propaganda que nos impomos.” Chacon (1998: 341) (grifos nossos).

Os regimes democráticos contemporâneos têm como um de seus principais requisitos a liberdade de organização partidária. É possível, entretanto, identificar na opinião pública e nos meios de comunicação brasileiros uma difusa avaliação pessimista sobre os partidos políticos no Brasil. Alguns chegam até mesmo a duvidar de sua existência efetiva.

Outro aspecto interessante no processo de constituição do fenômeno que hoje nos parece óbvio, ou seja, o partido político no sentido moderno do termo, diz respeito a sua “consolidação” na Grã-Bretanha, a partir do século XIX.<sup>33</sup> Ainda segundo a pesquisa feita por Chacon (1998), os partidos regulares se estabeleceram na Grã-Bretanha a partir de 1832, época em que surgiu a chamada “*Reform Bill*”, dando margem ao registro eleitoral, o que estimulou o estabelecimento de partidos permanentes com registro. Paralelamente a esse processo britânico, os Estados Unidos da América do Norte desenvolviam seus próprios padrões de organização partidária, constituindo-se também com base em contribuições recebidas reciprocamente dos partidos britânicos.

---

<sup>33</sup> Chacon (*op.cit.*: 12) relata que em Atenas a.C., “competiam pelo poder político os grupos, classificáveis de “partidos” apenas em sentido amplo, dos pedianos (patricios contrários às reformas democratizantes de Sólon), paralianos (plebeus adeptos de “isonomia”, ou igualdade dos direitos civis e políticos, e da “isotelia”, ou igualdade quanto aos deveres de serviço militar e de pagamento de impostos) e diacrianos (pobres camponeses das montanhas)”.

## 4.2. Nomeação de partidos

*Partidos que tenham incorporado siglas menores foram considerados como a mesma legenda após o referido processo, ainda que possam ter alterado seus nomes (...)*

Schmitt, *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*

(grifos nossos)

Nosso *corpus* nos permite uma observação inicial a respeito da maneira através da qual partidos políticos são designados.

Nos documentos do partido verde britânico *Green Party*, assim como na literatura em ciência política em língua inglesa, “*party*” é a única palavra empregada para se referir àquela organização partidária. Já no caso brasileiro, vários termos são utilizados para supostamente referirem os partidos políticos.

O quadro abaixo ilustra o repertório que caracteriza *partido* nos documentos nas duas línguas, o inglês e o português:

Documentos ingleses	Documentos brasileiros
“party”	“facção” “legenda” “legenda oposicionista” “legenda situacionista”

	<p>“sigla”</p> <p>“sigla partidária”</p> <p>“nome”</p> <p>“aliança”</p> <p>“movimento”</p> <p>“agremiação”</p> <p>“agremiação partidária”</p> <p>“agremiação partidária brasileira”</p> <p>“agrupamento partidário”</p> <p>“agrupamento partidário nacional”</p> <p>partido de oposição</p> <p>os pequenos</p> <p>micropartido</p> <p>sigla de existência efêmera</p> <p>associações</p> <p>organizações</p> <p>organizações partidárias</p> <p>O PT; o PRONA etc.</p>
--	--

Na reforma partidária que aconteceu em 1965 no Brasil, a palavra “partido” não estava autorizada a acompanhar nenhuma das legendas. Segundo Schmitt (2000: 34), a determinação ao AC-4 era no “sentido de que se constituíssem organizações provisórias com atribuições de partidos, e não partidos políticos propriamente ditos (...)”. É a partir dessa determinação

que a organização partidária do Brasil naquela época se traduziu no bipartidarismo que durou todo o regime autoritário e que esteve representado pela ARENA — Aliança Renovadora Nacional — e pelo MDB — Movimento Democrático Brasileiro. Essas duas instituições partidárias não eram designadas explicitamente como “partidos”. Esse dado histórico nos leva a concluir que a hoje tão familiar e “natural” designação uniformizadora “partido” nem sempre representou a nomeação de partidos políticos restrita à construção “partido x”. Assim, “legenda” parece ser um termo de valor genérico, mais abrangente, e que contém a palavra “partido”.

#### 4.2.1. O(s) nome(s) do Partido Verde

A denominação predominante em todos os documentos do partido verde brasileiro é uma sigla, *PV*, antecedida sempre pelo artigo definido “o”. Há, portanto, sistematicamente, o sintagma *o PV*, e, conseqüentemente, a impressão de que se trata sempre de um mesmo e único *PV*. O mesmo ocorre nos documentos do partido verde britânico, sempre designado pelo sintagma *the Green Party*.

[1] “**O Partido Verde (PV)** se forma para lutar pela liberdade, paz e ecologia (...)” (Manifesto - PV)

[2] “**O PV** defende o papel do poder público no combate à miséria (...)” (Manifesto do PV)

[3] “**O PV** se identifica com os princípios democráticos e pluralista (...)”  
(Manifesto do PV)

[4] “**O PV** não se aprisiona na estreita polarização esquerda versus direita.”  
(Manifesto do PV)

[5] “**O PV** é um partido de pessoas sérias, criativas (...)” (Alfredo Sirkis,  
presidente do PV)

[6] “**The Green Party** places both personal and political change at the heart  
of its response to ecological crisis (...)”. (Green Party Manifesto)

[7] “**The Green Party** values the diversity of ways in which people relate to  
each other and the natural environment.” (Green Party Manifesto)

[8] “**The Green Party** offers not a panacea, but a foundation for a new way of  
life.” (Green Party Manifesto)

[9] “**The Green Party** will endeavour internationally to initiate and develop an  
Animal Rights Division within the United Nations Organisation.” (Green Party  
Manifesto)

A ocorrência predominante do SN o *PV* poderia, a princípio, indicar a unicidade do nome, do referente (pois se trataria sempre do mesmo “partido”) e, por consequência, a univocidade do próprio partido.

Quando se tem um nome próprio, ele não pode receber determinação, posto que está marcado por uma univocidade. Mas mesmo que em um momento ele pareça estar saturado, trata-se de um efeito que está nessa relação. Por essa via, poderíamos sugerir que a sigla como nome de partido tem o efeito de saturação do nome próprio, ou seja, o nome não pode ser

nada além da própria sigla. Esse efeito se dá no nome próprio e é por isso que ele significa.

Neste momento, é importante retomarmos a formulação de Guimarães (1999: 4) no que diz respeito à questão da deriva enunciativa:

... não há texto sem o processo de deriva de sentidos. Esta deriva enunciativa incessante é que constitui o texto. O interessante desta deriva é que ela se dá exatamente nos pontos de estabelecimento de identificação de semelhanças, de correspondências, de igualdade.

A possibilidade de um sentido tornar-se outro (Pêcheux, 1983) sugere que desconfiemos, para efeito de análise, da regularidade de uma aparente mera repetição de uma sigla, de um nome.

#### 4.2.2. O funcionamento dos nomes do partido e o gesto de siglar

*Por muy conocida que sea una sigla, nunca se empleará sin que la primera vez vaya precedida de su enunciado completo... Esto puede evitarse con las siglas muy conocidas, aunque no se sepa bien qué significa.*

Libro de estilo de EL PAÍS

O que poderíamos dizer a respeito do funcionamento do nomes de partidos políticos? É preciso considerar o efeito da sigla no funcionamento

do nome de um partido, seja o nome formado por siglas ou por seu desmembramento, no movimento da combinação de letras que pretende formar uma unidade. A sigla é a maneira consagrada e convencional de se referir a um partido político. Ao mesmo tempo em que pode representar uma “economia” lingüística, a sigla reclama uma interpretação, uma “explicação”, uma “tradução”, funcionando como uma espécie de código que precisa ser decifrado.

Uma vez decifrado, produz-se uma estabilidade referencial e, por sua vez, um efeito de univocidade de sentido.

É preciso lembrar que a acrossemia está tomada aqui como unidade lexical, com um comportamento caracteristicamente nominal do ponto de vista lingüístico.<sup>34</sup> A acrossemia forma siglas, acrônimos e siglônimos. A sigla se realiza letra por letra, mesmo no caso de derivados (como “petista” (de PT), por exemplo).

Quando uma sigla se escreve como se pronuncia, ou seja, com o próprio nome das letras por extenso, diz-se que se trata de um siglônimo<sup>35</sup>. É o caso de PV (pevê), que forma o siglônimo do Partido Verde.

Tomemos o caso de alguns partidos brasileiros. Temos o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e o Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB).

---

<sup>34</sup> Cf. Paulo Moura (2000). Dicionário electrónico de siglas e acrónimos. Mestrado em Lingüística (Novas Tecnologias. Aplicações ao Estudo e Ensino do Português), FLUL, Portugal.

<sup>35</sup> Cf. José Augusto Carvalho, *Jornal Universitário, Brazilian Open University*, 2001.

Dentre os siglônimos aqui listados, poderíamos sugerir uma aproximação entre o *PV* e o *PT*, por exemplo. Se desmembradas, as siglas representam, respectivamente, *Partido Verde* e *Partido dos Trabalhadores*. A operação de adjetivação regida pela preposição (no caso do *PT*, em “dos Trabalhadores”) ou pelo item lexical “verde” em *Partido Verde*, desaparece com a sigla, levando à criação de um efeito de aproximação das duas siglas, até mesmo dos dois partidos. Essa aproximação pode ser ainda sugerida pelo elemento de familiaridade (o já conhecido) provocado por uma semelhança fonética: *pevê/ petê*.

No contexto brasileiro, os partidos são tradicionalmente reconhecidos e referidos por suas siglas cujas formas não sigladas trazem elementos que determinam o item lexical “partido”, num processo de adjetivação pelo emprego de adjetivos propriamente ditos (*Partido Comunista*) ou de locuções adjetivas (*Partido dos Trabalhadores*).

Nessa relação de adjetivação, o nome do partido favorece o reconhecimento de forma quase óbvia, do grupo social e de posições ideológico-partidárias que o membro do partido supostamente representa (*comunistas, trabalhadores*).

Em relação aos membros do partido ou seus simpatizantes, há um modo de designação derivado da sigla. Este é o caso do *PT* (*Partido dos Trabalhadores*), cujos membros ou militantes são referidos como “petistas”. A sigla, aqui, determina o sujeito partidário, que faz parte do partido. No caso do *PCB* (*Partido Comunista Brasileiro*) os membros são referidos como “comunistas”. Já em relação a outros partidos, a sigla não

designa o sujeito partidário. É o que acontece com o *PSDB*, cujos membros são designados por “tucanos”.

Alguns partidos recorrem, ainda, a uma construção que indica pertencimento: “ele é PFL, “os do PSDB”, “ela é PDT” etc.<sup>36</sup>

No caso do *Partido Verde (PV)*, seus membros são conhecidos como “os verdes”, designação que exige um trabalho de análise para que se possa identificar seu processo de configuração<sup>37</sup>.

Se examinarmos como os partidos em outros países se (auto)referem, notaremos diferenças de padrões. É o caso do próprio Partido Verde na Inglaterra (nosso objeto de comparação principal), chamado *Green Party* e nunca *GP*, diferentemente do *PV* brasileiro. Vale ressaltar também o caso de outros partidos majoritários na Inglaterra (*Labour Party*, e não *LP*; o *Liberal Democrats* e não o *LD*). Os partidos nos Estados Unidos também não recorrem a siglas (Partido Republicano, e o Partido Democrata, por exemplo).

Esse elemento da recorrência ou não à sigla nos oferece indícios sobre o processo de nomeação e de designação não somente no âmbito da política partidária organizada institucionalmente. O ato de se referir ao partido por meio de siglas ou de nomes completos, não abreviados, também

---

<sup>36</sup> Partidos alemães, por exemplo, também recorrem a siglas : FDP (*Freie Demokratische Partei*) e seus membros são referidos como *die Liberalen*; outro exemplo é o CDU *Christliche-Demokratische Union*, cujos membros são conhecidos como *die Christdemokraten*; *Die Grünen* (os Verdes) refere-se ao partido e aos membros do partido. Na Espanha, país que também faz uso de siglas, os partidos líderes são o *the PP*, *Partido Popular*, e a oposição *PSOE*, *Partido Socialista Obrero Español*.

<sup>37</sup> Aqui, não só o “verde” determina o partido, como também o “partido” determina “verde”, pois o *verde* é encontrado no senso comum em outros lugares, com outros sentidos (além daquele restrito às questões da *natureza*): “fruta verde”; “sinal verde”; “ele está verde (doente)” etc.

parece apontar para o modo como os sujeitos do partido, ou a eles de alguma forma ligados, se configuram pelo trabalho da/na linguagem.

Com relação ao *Partido Verde*, objeto de nossa investigação, sua sigla ou nome do partido busca dar unicidade a esse próprio nome (próprio) e, por conseguinte, ao próprio partido como uno, único, diferenciável em relação aos outros partidos políticos.

Dar nome a um partido também é uma questão legal, que passa pelo jurídico, pela oficialização do que aquela sigla refere. Nomear diz respeito, também, à questão de filiação (diz-se estar filiado ao partido X).<sup>38</sup>

Haveria para um mesmo “objeto”, dois nomes próprios, ou seja, o “Partido Verde” é também o PV. Tratar-se-iam, aqui, de dois nomes diferentes para o mesmo objeto?<sup>39</sup>

Embora, como dissemos, haja predominância da sigla (PV), parece-nos necessário confrontarmos essa aparente estabilidade da sigla e do SN e examinarmos as outras designações que aparecem nos documentos selecionados.

Os enunciados que seguem ilustram o fenômeno do partido político em questão referido como:

*PV*

[10] “O PV luta pelo fortalecimento do movimento ecologista e pela realização de suas propostas.” (Princípios)

---

<sup>38</sup> De que lugar nomeia-se um partido? Em que medida o nome do partido é significativo?

<sup>39</sup> Cf. discussão de Frege a respeito da questão da formação dos nomes, retomado em Pêcheux (1988: 103).

### *Os verdes*

[11] “Os verdes repugnam o ecodesenvolvimento como caminho para combater a miséria e o desperdício.” (Princípios)

### *O Partido Verde*

[12] “O Partido Verde considera que o eleitorado deve voltar a ser consultado, no início da próxima década, sobre a questão [do Parlamentarismo].” (Manifesto do PV, Princípios)

### *O Partido Verde no Brasil*

[13] “... com o inegável avanço político registrado no país nos últimos anos, amadurecem as condições para a criação de um Partido Verde no Brasil.” (Manifesto do PV)

### *O poder público*

[14] “O poder público deve estimular a democratização dos meios de comunicação social, particularmente da mídia eletrônica.” (Programa - PV)

### *A ecologia urbana*

[15] “A ecologia urbana deve encaminhar através de empresas capacitadas tecnicamente, com uma relação transparente e democrática com a população... a descentralização e democratização dos serviços de distribuição de águas ...” (Programa - PV)

## *O urbanismo verde*

[16] “O urbanismo verde defende o conceito de usos múltiplos com ruas onde se compatibilize o residencial com o comercial, espaços culturais e de lazer etc.” (Programa - PV)

Um primeiro comentário a fazer diz respeito à predominância da sigla do partido *PV* nos documentos analisados.<sup>40</sup>

Do ponto de vista semântico-enunciativo, referir-se ao partido seja pela sigla *PV* ou por expressões como *Partido Verde* ou *os verdes*, não significa que se trata de uma questão de estilo apenas, com o intuito de evitar repetições no texto, mas de pontos através dos quais é possível observar manifestações de deriva enunciativa. Assim, há uma enunciação que nomeia o partido, *Partido Verde*, e outra que o abrevia, *PV*.

Embora a elaboração de um manifesto como documento pressuponha como referente um único partido, descrito em um texto que contribua para a promoção de uma unidade tanto do nome/ sigla quanto do próprio partido, podemos observar que a relação que se estabelece entre essas designações (a - g) configura-se a partir do que optamos por chamar aqui de “hierarquia ou escala designativa”. Nesse sentido, (a – g) deveriam referir igualmente um único elemento: o partido político em questão, e simplesmente a sigla do partido (*PV*), na categoria de nome próprio, seria auto-suficiente e suficiente para designar o partido político e garantir sua identidade.

---

<sup>40</sup> Podemos sugerir que a sigla pode ser abreviação com a função de simplificar ou pode tornar-se algo a ser decifrado.

Tomemos o seguinte enunciado:

[17] “O **PV** faz parte de uma família política internacional, **os verdes**, que cresce em todo o mundo, desde o final dos anos 70.”

Nessa suposta hierarquia, o sintagma *os verdes* funciona como um hiperônimo das outras designações.

Em [17], o *PV* não é o mesmo que *os verdes*, apesar da aparente equivalência. Aqui, *os verdes* se configuram em dimensões mais abrangentes em relação ao *PV*, que é, por sua vez, parte de um organismo maior, superior e que está em movimento (*uma família... que cresce em todo o mundo*).

Nos enunciados seguintes, as duas designações poderiam ser facilmente intercambiáveis no nível sintático:

[18] “O **PV** defende no campo institucional a reforma do estado, a federação, o poder local, a democracia participativa e o parlamentarismo.” (Programa do PV, Princípios)

[19] “**Os verdes** buscam na ecologia política novos caminhos para os problemas do planeta nessa virada do milênio.” (Programa do PV, Princípios)

No fio do discurso, a relação sintática entre os elementos do enunciado poderia ser expressa da seguinte forma:

## **UMA ENTIDADE**

PV/ os verdes

## **DEFENDE/ BUSCA ALGO**

reformas/ novos caminhos

## **EM ALGUM LUGAR**

no campo institucional, na ecologia política

A não univocidade do nome do partido pode ser estendida também em relação a outras designações presentes nos seguintes enunciados do Programa do partido:

[20] “O **PV** deve organizar-se junto às comunidades locais, **obter o poder** através dos diversos níveis do legislativo e executivo, para a execução do programa verde no plano local, regional e nacional.” (Programa do PV)

[21] O **PV** defende o **papel do poder público** no combate à miséria absoluta e na proteção dos mais desfavorecidos que não podem ser abandonados ao espontaneísmo muitas vezes massacrante do mercado.” (Programa do PV)

[22] O **poder público** precisa intervir para abrir caminho a essa mutação tecnológica que a lógica atual do mercado mundial está entretendo.” (Programa do PV)

[23] Cabe ao **poder público** por fim à tutela exclusiva do **poder político** sobre as concessões de rádio e TV.” (Programa do PV)

Nos enunciados acima, observamos a “sobreposição” de dois termos “independentes” que se transformam em um “mesmo”. Inicialmente, em [19], *PV* e *poder* se apresentam separadamente, ou seja, o *PV* almeja obter o *poder* ainda não alcançado. Em [20], ainda o *PV* defende o papel do poder (que ele, o partido quer obter), que agora passa a ser público.

Em [21] e [22], *PV* e *poder público* se fundem e o *poder público* passa a ocupar o lugar antes designado ao *PV*. Inicialmente, o *PV* não está previsto no *poder público*; está fora dele. Em seguida, o *PV* passa a assumir o próprio *poder (público)*.

Em [22], o *PV* ou o partido como *poder público* estabelece nova distinção entre ele (o poder público) e o *poder político*. Não haveria, assim, nada de *político* no *poder* obtido pelo *PV*. O partido passa de *PV* (sigla predominante) a *poder*. O que ainda se encontra como proposta, já se enuncia como realização.

Por outro lado, a hierarquia se mantém em outro lugar e o processo de designação do nome do partido no universo político-partidário se dá de forma diferente. Por essa via, o Partido Verde é designado por “partido nanico”, “sigla de aluguel”, “pequeno partido”, “opção política minoritária”, “alternância”, nas seguintes formulações:

[24] “...é neste contexto de um certo risco que ressurge a truculenta e tola proposta de reduzir artificialmente o panorama político-partidário a três ou quatro partidos, liquidando-se aquilo que pejorativamente denominam “**partidos nanicos**”. É verdade que alguns dentre eles representam “**siglas de aluguel**” a serviço de políticos fisiologistas de **outros partidos menores**. Outros, no entanto constituem opções políticas legítimas embora **minoritárias** dentro da sociedade.” (Alfredo Sirkis, Editorial do PV)

[25] “A chamada “cláusula de barreira”, hoje apresentada como arma para acabar com os **pequenos partidos**, na verdade já existe na nossa atual modalidade de voto proporcional.” (Editorial do PV)

[26] “esse expurgo **dos pequenos** pretendido por setores ligados ao governo (particularmente o PFL) e defendida pelo próprio presidente, tenderia a empobrecer e confundir ainda mais o quadro político.” (Editorial do PV)

[27] “O governo não pode tornar sua hegemonia sufocante a ponto de fazer do “rolo compressor” a quintessência de sua política, sinalizar a **alternância** como algo inviável ou esmagar os espaços de expressão e representação de **minorias** que eventualmente não lhe agradem.” (Editorial do PV)

Ao examinarmos as formulações acima, observamos que estamos diante de um outro processo de designação do Partido Verde: trata-se do *Partido Verde como minoria*. O discurso do PV tenta “afastar” do seu discurso as designações que ocupam o lugar da “minoria”, por meio do uso de aspas em termos-chave dos enunciados (partidos nanicos, siglas de aluguel). Authier-Revuz (1982 *apud* Indurski, 1997), argumenta, em relação

ao uso das aspas, que pode tratar-se de um recurso para manter o discurso do outro à distância, marcando-o como diferente, enfim, como outro discurso. Assim, o *Partido Verde* emprega essas designações para poder condená-las e em seguida, rejeitá-las, afirmando-as como lugar do discurso do outro (os partidos mais “poderosos”).

Ao fazer referência a essas designações, o Partido Verde busca reforçar uma definição do partido, construindo um *discurso sobre si próprio*.<sup>41</sup>

Por meio de uma espécie de *ato de denúncia*, o locutor do PV (l-pv) parece querer conscientemente demonstrar mais uma vez o caráter univocizante do nome do partido ilusoriamente explicitado em sua aparente auto-suficiência, invariabilidade e concisão. Ao rejeitar a designação de “partido nanico”; classificando-a de “pejorativa”, o discurso do *Partido Verde* aponta para um modo de convivência dessa própria designação com as outras em relação às quais uma filosofia definida como “verde” supostamente se identifica.

Essa designação embora rejeitada, acaba sendo assumida pelo *locutor-Partido Verde* por meio de outras designações, através de um discurso *sobre* o partido supostamente construído pelo *outro*, não legitimado a representá-lo. O *locutor-pv* rejeita, a partir da perspectiva de um enunciador individual, a designação pejorativa e assume, a partir de um enunciador genérico, a designação de pequeno.

---

<sup>41</sup> Ao analisar os efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST, Indursky (1999: 176) retoma a distinção elaborada por Orlandi (1990: 37) entre o *discurso sobre* e o *discurso dos* (no caso, dos sem-terra). Em nossa análise, nos parece produtivo articular o *discurso sobre* o PV com o *discurso do PV*, em materiais publicados pelo próprio partido.

É justamente por meio de um *discurso sobre* o Partido Verde que o próprio discurso do Partido Verde se constrói e se autodesigna, construindo também seu sentido de legitimidade partidária. Assim, o PV ao rejeitar a designação de “partido nanico” absorve-a na auto-referência como “partido pequeno”<sup>42</sup>, “minoritário”, “partido menor”, “pequeno partido”, definindo-se como “espaço de expressão e representação das minorias”.

#### 4.2.3. Os sentidos de “verde” e de “green” nos partidos

Um elemento do nome do partido que também merece destaque refere-se ao adjetivo “verde/ *green*”, que qualifica o partido.

Os dois partidos que estamos examinando têm o “verde” ou o “*green*” no nome: *Partido Verde (PV)* e *Green Party*.

O *Green Party* foi fundado em 1972 (cf. capítulo 3) inicialmente com o nome *The People Party*. Um problema enfrentado com o nome “*People*” tem a ver com a possibilidade de ter esse nome confundido com o *the people’s party* (o partido do povo), designação mais associada ao partido inglês *Labour Party*, que daria ao partido verde uma inclinação socialista (designação que os membros do partido verde inglês sempre procuraram

---

<sup>42</sup> Referências ao Partido Verde no mundo enquanto um partido “pequeno” permeiam o discurso ecológico-político. Na conferência do *Green Party* (Inglaterra, setembro 1999), o principal orador do partido, Clir Mike Woodin, afirmou: “...we may not have won any seats in the Welsh assembly, but our vote there established us clearly ahead of any of the other smaller parties, and showed that victory will be within reach next time.” (“... nós podemos não ter adquirido nenhuma cadeira na assembléia de Gales, mas nosso voto lá nos estabeleceu claramente à frente de qualquer um dos partidos menores, e mostrou que a vitória estará ao alcance da próxima vez”). (Tradução nossa)

evitar, sendo que muitos deles, inclusive, ainda rejeitam a descrição de “esquerda”).

A palavra *ecologia* tornou-se popular nos anos 70, o que motivou a mudança do nome do partido de *People* para *Ecology Party*. Por volta de 1978, houve uma tentativa de apresentar o partido como *Eco*, com o intuito de conferir-lhe uma imagem mais moderna e de mais rápida assimilação. Entre os anos de 1977-80, Fleming (um dos líderes do partido) apresentou uma proposta de mudança de nome, sugerindo a palavra *Eco*. Segundo ele, *eco* era “*a short word, easy to say, easy to combine with other words, less academic sound than Ecology, more usable in speeches and articles and free of the cumbersome suffix ‘ology’.*” (*History of the Green Party*, 2001).<sup>43</sup>

Com a tentativa de mudança do nome, os representantes do partido acreditavam ser possível também mudar a imagem que o partido verde tinha junto ao eleitorado britânico, revelando a crença que os líderes do partido tinham no potencial transformador do nome no processo de configuração da entidade partidária. Esse gesto de renomear o partido de *Ecology* para *Eco* sinaliza que o fracasso ou sucesso nas urnas pode em grande medida ser determinado pelos sentidos que se depreendem do nome da entidade partidária.

A renomeação do partido verde inglês se dá através de uma operação em etapas que se constitui de pelo menos dois movimentos: o primeiro diz respeito ao desmembramento da palavra *ecology*, ou seja, identifica-se o ponto onde a divisão pode ocorrer, levando-se em consideração a característica morfológica da palavra – *eco* + *ology*. É preciso livrar o nome

---

<sup>43</sup> *History of the Green Party*. Cf. o endereço <http://www.greenparty.org.uk>.

do partido (e por conseguinte, o próprio partido) das amarras de uma especificidade que o limita, no caso do *Ecology Party*, de uma certa rigidez acadêmica indesejável. O segundo movimento avalia o valor dos dois elementos pós-divisão e decide pelo corte e eliminação do sufixo *-ology*, presente em nomes dados a várias áreas científicas, tais como *Sociology*, *Psychology*, *Biology*, *Ecology* etc. A renomeação pretende, ao se afastar de *-ology*, intervir no processo de configuração da interlocução do partido verde, ao tentar provocar um efeito de sentido de aproximação com um número maior de locutores (eleitores em potencial) por meio da negação do espaço “acadêmico” que o sufixo *-ology* parece demarcar. Em princípio, *Eco* representaria para o partido uma “liberdade” proporcionada pelo novo nome traduzida em sua abrangência na convivência quase sem restrições com outras palavras, formando outros nomes, com uma familiaridade entre si resultante de um processo quase “natural”. Aproximar-se-iam, assim, regidas por *eco*, inúmeras palavras compostas: ecossistema, ecoturismo, *eco-friendly*, *eco services*, *eco-fuel*, *eco rafting*, *eco-justice*, *eco-school*, *eco press* etc. Observamos, portanto, um deslocamento da especificidade científica de *-ology* para a abrangência e, por que não dizer, para o poder de diluição desta mesma especificidade de *eco*.

Por essa via, o nome representa a latência de um futuro com a promessa de redimensionar o presente, mostrando-se capaz de se livrar do incômodo do fracasso do presente, desencadeando um novo tempo para o partido. Um tempo em que, com o novo nome, o partido teria a chance de se desvencilhar do “estorvo”, do “embaraço” da realidade depositada no velho (e “*cumbersome*”) nome — *Ecology* —, depositário das razões das

dificuldades ou da impossibilidade de acesso do partido ao sucesso político. Enfim, em um nome reside não só o momento da (re)nomeação do partido, mas também estabilização da complexidade de sua própria história no contexto político.

Em 1983, a eleição de 28 MPs (*Members of Parliament*) do Partido Verde alemão estabeleceu a política verde como uma nova força partidária. Pensava-se que ao sucesso do *Die Grünen* seguiria o sucesso do partido verde inglês. Entretanto, *Eco* não causou o efeito esperado (a renomeação não operou mudanças) e o partido decidiu manter-se como *Ecology Party* até 1985. Segundo Stephen Lambert<sup>44</sup> (membro fundador do partido), a mudança para *Green Party*, em 1985, foi definitivamente influenciada pelo sucesso do partido alemão *Die Grünen* ao obter cadeiras no parlamento em 1983, algo que ainda não foi alcançado no Reino Unido. Para Lambert, os membros da cúpula do partido não viam razão para que o partido inglês não fosse também bem sucedido como o alemão. Pensavam, sim, que o nome *Ecology* poderia estar de alguma forma impedindo esse sucesso, posto que o eleitorado britânico poderia pensar tratar-se de um partido com outros ideais. Como outros partidos “verdes” estavam se estabelecendo na Europa e no mundo todo, o partido verde inglês acreditava que *ecology* era um conceito complexo demais para ser comunicado ao público em geral. Além disso, o termo “*green*” estava se tomando uma abreviação útil para “ecológico/ ambiental”. Desta maneira, a mudança do nome acabou sendo feita, após duas tentativas anteriores fracassadas.

---

<sup>44</sup> Segundo entrevistas concedidas por e-mail.

A mudança do nome para *Green Party* contou com a resistência inicial de alguns membros do partido por acharem o novo nome, ou seja, *green*, muito simplista e sujeito a más interpretações. Segmentos do partido acreditavam que a mudança do nome de *Ecology* para *Green* também significaria um deslocamento do “puro ambientalismo” para incluir mais questões sociais, dando ao partido uma ênfase mais radical.

O *PV* brasileiro, fundado em 1986, espelhou-se nos partidos verdes europeus, adotando o nome *Partido Verde*. Quais seriam os sentidos de “verde” possíveis a partir da análise do item lexical “verde”, “*green*” ou mesmo o termo em alemão “*grünen*”? Tratar-se-ia de simples “empréstimo” ou tradução do termo, no caso do partido brasileiro?

Certamente, a nomeação do *PV* brasileiro, inspirou-se na tradição dos partidos ecológicos europeus, os quais, em sua maioria, incluem *verde* em seus nomes<sup>45</sup>.

O termo “verde” na Alemanha, por exemplo, se constitui de sentidos que vão além da equivalência verde = ecológico<sup>46</sup>. Desde sua importância nos contos de fada (sempre ambientadas nas florestas alemãs), “verde” esteve associado a lugar de cura, tanto física quanto psicológica. O “verde” torna-se sinônimo de “retiro”<sup>47</sup>, onde se busca refúgio contra as doenças encontradas nas cidades. Embora lembremos que o *Green Party* inglês mudou seu nome para *Green* por influência do relativo sucesso do partido alemão e por ceder à crescente popularidade do termo no mundo, a

---

<sup>45</sup> É o caso, por exemplo, de *Die Grünen* (Alemanha), *Les Verts* (França), *De Groen* (Holanda) e o próprio *Green Party* inglês.

<sup>46</sup> Agradeço à professora Carmen Zink Bolognini por me fazer atentar para os significados de *verde* na cultura alemã, em relação às culturas inglesa e brasileira.

<sup>47</sup> No Rio de Janeiro, emprega-se a gíria “cair no verde”, que significa “fugir para o campo, esconder-se no mato” (cf. Aurélio), também com a conotação de “ir em busca de algum alívio”.

discursividade que sustenta “green” nos dois partidos não é a mesma. Até os anos 70, na Inglaterra, “greens” estava muito mais associado no senso comum às verduras que eram consumidas nas refeições e muito pouco apreciadas pelas crianças<sup>48</sup>. Hoje o termo já está associado a questões ambientais e pode-se referir a alguém como “green” (*He is green*), no sentido de *environment friendly*, ou seja, alguém preocupado com o meio ambiente.

Quanto à cor *verde*, ela está mais associada à cor mais comum encontrada nas ervas e nas folhas das árvores; na vegetação em geral. Diz-se *verde* também da fruta que ainda não está madura; diz-se também da madeira que não está seca. Pode também significar em nossa cultura estado de não-maduro, inexperiente.

Nem sempre o *verde* está associado à vida. Em seu dicionário de símbolos, Chevalier (1995: 941) aponta para o significado ambivalente do termo:

se ele é capaz de tudo atravessar, é portador tanto de morte quanto de vida. Pois, e é aqui que a valorização do símbolo se inverte, ao verde dos brotos primaveris opõe-se o verde do mofo, da putrefação — existe um verde de morte, assim como um de vida. O verde da pele do enfermo opõe-se ao verde da maçã e embora as rãs e as lagartas verdes sejam divertidas e simpáticas, o crocodilo, escancarando a goela verde, é uma

---

<sup>48</sup> O Green Party, levando em consideração o sentido de “green” como “verduras pouco apreciadas”, propôs a criação de adesivos para campanhas eleitorais com a seguinte frase: “Greens are good for you.”

visão de pesadelo, portas dos infernos abrindo-se no horizonte para aspirar a luz e a vida. O verde possui uma força maléfica, noturna, como todo símbolo feminino. A linguagem o demonstra — podemos ficar verdes de medo ou verdes de frio. A esmeralda, que é a pedra papal, é também a de Lúcifer antes de sua queda.

Enquanto Chevalier aponta para o significado do *verde* também como oposição a tudo que é vida, a cromoterapia também identifica o caráter ambivalente de verde, definindo-a como a cor do equilíbrio, capaz de estabilizar tanto a mente quanto as emoções, atuando no sentido de integrar aos hemisférios esquerdo e direito do cérebro, favorecendo a desintoxicação e combate a certos problemas cardíacos. Entre os aspectos negativos relacionados com o verde estão a náusea, o veneno, a inveja e o ciúme.<sup>49</sup>

Essa digressão para a o exame do termo *verde* na simbologia ou na cromoterapia tem o propósito de demonstrar que *verde* produz sentidos outros que não aqueles com os quais os ecologistas estão familiarizados. O *verde* habita outros dizeres e trazem outras crenças e concepções da realidade associadas à cor. A ambivalência do termo apontada brevemente nesta seção pode também ser ilustrada pelo surgimento de termos produzidos pela associação a *verde* valendo-se de um discurso ecológico, mas por oposição à vida. O exemplo que trazemos é o substantivo *green bullet*, definido como *an environmentally friendly bullet*. Vejamos o trecho do

---

<sup>49</sup> Cf. Robison, Denise (2001) "Cromoterapia – a arte e o poder das cores". <http://www.escelsanet.com.br/sitesaude/artigoscadastrados>.

artigo de Martin Mittelstaed, “*Green bullet kills people, not the environment*”, publicado no *The Globe and Mail*, de 21 de julho de 1999:

*The so-called 'green bullets' have the same lethal characteristics as conventional ammunition, but use tungsten instead of lead in their colours.*<sup>50</sup>

#### 4.3. Constituição dos lugares de enunciação: *lugares sociais e lugares de dizer*

Um manifesto<sup>51</sup> político não conhece o individual, pois, para ser manifesto, ele precisa enunciar de um lugar plural, coletivo e, se possível, até mesmo universal. Observamos nos manifestos, o desejo constitutivo de poder falar para muitos (todos) em nome de todos (muitos).

O manifesto apresenta teses, estando a configuração do processo enunciativo regido a partir das noções do verdadeiro e do falso (“submetido ao regime do verdadeiro e do falso”; Guimarães, 1999). Especialmente no caso dos partidos verdes, a tematização da questão ambiental como elemento central dos seus dizeres e a argumentação do discurso ecológico-político-partidário giram em torno da legitimidade que lhe é conferida pela voz da ciência, principalmente no processo de elaboração e divulgação do diagnóstico para uma suposta “crise” ecológica.

---

<sup>50</sup> Cf. arquivos da WordSpy <http://www.logophilia.com/WordSpy>.

Em Guimarães (1999: 8),

O espaço de enunciação é assim decisivo para se tomar a enunciação como uma prática política e não individual ou subjetiva nem como uma distribuição estratificada de características.

No discurso ecológico-político, o Locutor “PV” se coloca como lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer.<sup>52</sup>

O partido apresenta-se como origem do que se diz no manifesto do Partido Verde. O PV é o responsável pelos princípios e propostas enunciadas em seus documentos. Seria simples chegar a essa conclusão a partir de um enunciado do tipo “base”: “O PV enuncia (diz) algo e é responsável por isso.” Poder-se-ia nisso acreditar pela freqüência com que o nome do partido é mencionado no fio do discurso e pela forma como ele se apresenta, ou seja, sempre iniciando os enunciados, as formulações, em sentenças “bem-comportadas”, adequadas do ponto de vista da organização sintática da língua: SVO/C : sujeito + verbo + complemento ou objeto. Essa aparente regularidade (logicamente estabilizada) daquele que fala está em formulações do tipo:

*The Green Party affirms the importance of individual freedom and self expression.*

*The Green Party aims to create a just, equitable and sustainable society.*

---

<sup>52</sup> Adotamos aqui a distinção entre locutor e enunciator elaborada por Guimarães (1999a) e entre o que o autor designa como *lugar de sujeito* e o que a AD define por *posição de sujeito*.

*O PV defende a redistribuição da renda, a justiça social, o papel regulador e protetor do poder público...*

Se acreditamos que o Locutor é um lugar que se constitui em sua própria disparidade, ou seja, o Locutor apresenta-se como origem do que diz por “falar” de lugares estabelecidos socialmente, no caso do discurso ecológico-político, podemos reconhecer que o *PV* ou o *Green Party* representam sua aparente referência à fonte de seu dizer.

Assim, o lugar social do locutor que enuncia no manifesto dos partidos em questão poderia ser facilmente identificado como o “político”, o “militante político”, o “membro do partido”, os “membros da cúpula do partido”, ou os “líderes do partido”. Esses lugares sociais sem dúvida autorizam o “partido” legitimando o seu dizer, mas é também preciso confrontar esta estabilidade através da qual se tem a impressão de que se trata tão-somente dos locutores-x elencados acima. Nossa análise pretende ir um pouco além de uma certa obviedade dos *lugares sociais* (os locutores-x) identificados nesse primeiro momento, procurando examinar a existência de outros locutores, enunciando a partir do lugar do partido. Veremos como os elementos que a cena enunciativa coloca em jogo, ou seja, *lugares sociais* e *lugares de dizer*, mobilizam relações que produzem efeitos de sentido que estabelecem posições antagônicas responsáveis por apagamentos e contradições no discurso ecológico-político-partidário.

Chama a nossa atenção, inicialmente, um primeiro aspecto a ser analisado, ou seja, uma característica predominante no *Green Party* e praticamente ausente nos documentos do *PV*. Trata-se do emprego do

pronome “we” (e termos correlatos) no *Green Party* e de sua ausência no PV. O uso recorrente do paradigma do “nós” (*we*) nos dizeres do *Green Party* e a ocorrência exclusiva da terceira pessoa do singular no PV nos convida a uma análise que pode revelar indícios de alguma particularidade desses universos políticos. Portanto, o exame do comportamento dessas formas no *corpus* se apresenta como um elemento privilegiado para observarmos a disparidade constitutiva do Locutor e do locutor-x, e do conflito também constitutivo entre *lugares sociais* (papéis de locutor) e *lugares de dizer* (enunciadores), lembrando novamente Guimarães, ao postular que a disparidade e o conflito constitutivos do processo enunciativo também estão em conflito com a centralidade do Locutor, que não percebe a própria ilusão de sua univocidade. Neste sentido, a ilusão da univocidade do Locutor, vista no âmbito do dizer ecológico-político-partidário, tende a favorecer a estabilização dos processos de produção de sentidos, que tendem a (aparentemente) se homogeneizar, reforçando, assim, a crença de que no discurso ecológico quem enuncia é fonte do dizer (através de marcas de representação da origem seja em *we*, *the party*, *o PV*) e este dizer é algo que estaria até mesmo acima de interesses partidários.

#### 4.3.1. Efeitos da presença e da ausência das formas da primeira pessoa do plural (nós/we)

Voltamos a afirmar que o que nos chama mais a atenção quanto aos efeitos da primeira pessoa do plural no nosso *corpus* é o fato de que enquanto há uma predominância do “we” nos documentos do *Green Party*,

há praticamente uma ausência do pronome “nós” nos documentos do Partido Verde brasileiro. Assim, acreditamos que o exame do seu funcionamento tanto no universo político-partidário britânico quanto no brasileiro poderia ser produtivo para a discussão acerca do jogo enunciativo no discurso ecológico-político.

Poderíamos simplesmente afirmar que o emprego do *nós/ we* não passaria de uma questão de estilo, escolha “consciente” de alguém encarregado do “marketing” político dos partidos em questão ou que naturalmente estaria referindo-se aos membros do partido, enquanto grupo que se reúne para elaborar um manifesto político. Também não nos parece suficiente simplesmente considerar o recurso ao pronome “we” como uma maneira deliberada por parte do sujeito enunciador de “camuflar” intenções ou manipular conscientemente posições ideológicas em seu discurso. Interessa-nos, sim, investigar de que modo o funcionamento do pronome de primeira pessoa do plural nos documentos dos Partidos Verdes em questão pode favorecer a compreensão do trabalho da interdiscursividade em nosso *corpus* de análise.

Ao se referir ao pronome “we”, Fairclough (1989:127) retoma a distinção entre “we” inclusivo (que incluiria tanto o leitor quanto o autor) e o *we* exclusivo (que se refere ao escritor/ falante e talvez outros, mas que não inclui o interlocutor) e aponta para o grau de abrangência referencial que pode advir do seu emprego.

Beard (2000: 44) faz um levantamento dos principais efeitos advindos do uso dos pronomes em discursos de políticos britânicos. O autor destaca dois grupos de pronomes de primeira pessoa: (i) primeira pessoa do

singular em *I, me, myself, mine*, ou (ii) primeira pessoa do plural em *we, us, ourselves, ours*. As formas da primeira pessoa do plural, ainda segundo Beard, podem indicar uma variedade de referências:

- (i) as formas podem estar se referindo ao “I” e a um outro (por exemplo, *we* = um ministro e o primeiro ministro);
- (ii) elas podem se referir ao *I* e a um grupo (*we* = ministro + governo + partido político);
- (iii) elas podem se referir ao *I* e ao país como um todo (*we* = ministro + povo britânico); e
- (iv) elas podem se referir ao *I* e ao restante da humanidade (*we* = ministro + pessoas no mundo todo).

Beard justifica a tradicional predominância de “*we*” em documentos e discursos de políticos britânicos, através do que ele classifica de “vantagem” da forma plural sobre as formas da primeira pessoa do singular. O autor considera uma “desvantagem” o emprego das formas da primeira pessoa do singular (*I/ me/ myself/ mine*) porque elas “mostram claramente onde está o culpado se algo sai errado”. Por outro lado, a vantagem das formas do plural reside no fato de que elas ajudam a dividir a responsabilidade, especialmente quando se trata de decisões políticas mais complexas, ou quando as notícias são incertas.

Assessores de políticos, quando da elaboração dos discursos de políticos ou documentos de partidos políticos, parecem ter de enfrentar a

decisão de qual pronome utilizar, segundo quanta responsabilidade seus “clientes” estão dispostos a assumir.

Passamos, agora, a analisar o funcionamento do “nós” (e de seus paradigmas) nos documentos do *Green Party* e a ausência do “nós” (explícito) nos documentos do *Partido Verde brasileiro (PV)*.

#### 4.3.2. A abrangência do “we” no *Green Party*

Lembramos que nossa análise leva em consideração o emprego do “we” e de todas as formas a ele relacionadas, tais como “us”, “our”, e “ours”.

Interessa-nos examinar como se dá a construção da referência para esses elementos de primeira pessoa do plural.

O quadro abaixo relaciona os vários usos de “we” nos documentos do *Green Party* e seus respectivos referentes.<sup>53</sup>

<b>USO</b>	<b>Referentes</b>
<i>We1</i>	O partido
<i>We2</i>	Britânicos
<i>We3</i>	Nações européias de primeiro mundo/ Grã-Bretanha
<i>We4</i>	Os seres humanos/ a humanidade

<sup>53</sup> Esta seção está organizada tomando por base o trabalho de Indurski, F. (1997), especialmente com relação à minuciosa análise que a autora desenvolve do uso do pronome “nós” no discurso presidencial da Terceira República brasileira.

Nem sempre esses usos de *we* estão explicitados lingüisticamente.

O primeiro uso de *We*<sup>1</sup> tem como referente o *partido*, de acordo com o que podemos observar nas seqüências abaixo:

[28] “**The Green Party** affirms the importance of individual freedom and self expression. **We** believe people should be free to make their own decisions on matters which do not adversely affect others.” (Green Party of England and Wales – Statement of Core Principles, updated: May 18, 2001)

[29] “More and more people are trusting the Green Party to provide not just the ideas, but also the political leadership to make them happen. At the last European elections British Green MEPs were elected for the first time. **We** hold seats in the London Assembly and Scottish Parliament. We have more councillors now than ever before.” (Green Party General Election Manifesto 2001)

[30] “**We** emphasise democratic participation and accountability by ensuring that decisions are taken at the closest practical level to those affected by them.” (Green Party of England and Wales – Statement of Core Principles, updated: May 18, 2001)

[31] “Electoral politics is not the only way to achieve change in society, and **we** will use a variety of methods to help to affect change, providing those methods do not conflict with **our** other core principles.” (Green Party of England and Wales – Statement of Core Principles, updated: May 18, 2001)

Nessas formulações, o partido procura reafirmar seu lugar como entidade partidária com legitimidade institucional. Em [30], o partido enuncia

do lugar social do partido (*I - Green party*) para a ele extrapolar em “*we will use a variety of methods to help affect change*”.

O uso de *We2* refere-se àqueles que são originários do país no qual o partido exerce suas atividades — a Grã-Bretanha. Vejamos a seguinte formulação:

[32] “*The effect of resource depletion would be countered if **Britain** were competitive as a trading nation, at least for a short time. As **we** are not, the country theoretically could find itself unable to purchase metals from abroad to manufacture the exports needed to pay for food.*” (*Green Party Manifesto, 1995, PB 210* )

Aqui, “*we*” representa a Grã-Bretanha do ponto de vista do poder econômico do país, ameaçado pelo efeito da exploração de recursos não-renováveis.

Um outro uso do pronome, *We3*, tem como referente as nações industrializadas, chamadas de Primeiro Mundo, incluindo também a Grã-Bretanha, de acordo com as seqüências abaixo:

[33] “*Since the beginning of the Industrial Revolution, society has expected continual increases in material affluence for the people of the world. **Some nations, such as our own, have indeed become very rich but within them there is still abject poverty. The poor nations of the world are becoming poorer as wealth continues to be transferred to the rich nations from the poor ones.***” (*Green Party Manifesto, amended March 2000, PB 103*)

[34] *“The **nations of the Third World**, envious of the Industrial World’s affluence and resentful of past imperialism and exploitation, cannot be expected to be magnanimous when given the choice between their own economic survival and ours.”* (Green Party manifesto, amended March 2000, PB 212)

[35] *“The legitimate interests of **all people** are of equal value. **The Green Party** rejects all forms of discrimination whether based on race, colour, sex, religion, national origin, social origin or any other prejudice. **We** accept the need for social institutions to protect the interests of the powerless against the powerful.”* (Green Party Manifesto, amended March 2000, PB 303)

Nas formulações [33, 34 e 35] “we”, em nome do partido, estabelece uma divisão entre nações ricas e pobres, entre o Primeiro Mundo e o Terceiro Mundo, entre os poderosos e os sem poder. Demarcam-se, assim, lugares definidos a partir do aspecto econômico.

Enquanto *We2* e *We3* enunciam do lugar do Primeiro Mundo, o campo de referência de *We4* expande-se para a coletividade dos seres humanos, de toda a humanidade, sem distinção de povos ou especificidade geográfica. Nesse caso, *We4* recebe ênfase por meio das expressões “*humans*” e “*human beings*”, como uma forma de explicá-lo, necessitando, assim, de uma “marca” designativa buscando garantir um sentido único. As formulações seguintes ilustram esse uso de “we”:

[36] *“**As human beings**, we all have the potential to live co-operatively and harmoniously with each other, and with reverence and respect for the*

*complex web of life of which we are part.” (Green Party Manifesto, amended March 2000 PB 106)*

[37] **“We humans** are responsible for protecting or damaging life on earth.”  
(Green Party Manifesto, amended March 2000, PB 309)

[38] {43} *“Only a minority of people realize that we cannot go on indefinitely exploiting and wasting the natural resources of a finite world. If humans continue to promote policies which require the unlimited consumption of raw materials, it will lead not to more riches, even for the few, but poverty for all”*  
(The Green Party Manifesto)

Em [38], “we” refere-se também aos seres humanos, mas àqueles se deram conta da negatividade da exploração e desperdício dos recursos naturais. “We”, aqui, associa-se ao segmento “*only a minority of people realize*”, enquanto “*humans*” pode estar referindo àqueles que “*continue to promote policies which require the unlimited consumption of raw materials*”. Assim, enquanto em [36 e 37] “we” representa a *humanidade + partido*, em [38], o partido distancia-se desta mesma humanidade. Parece ser razoável afirmar que essa exclusão do partido do grupo “daqueles que contribuem para a destruição do meio ambiente” é reforçada pela negativa que acompanha o “we”, como em “*we cannot go on...*”, o que equivaleria dizer “nós, do partido verde, pessoas conscientes, não queremos partilhar da destruição do meio ambiente”.

Outras formulações parecem apontar para esse mesmo efeito de exclusão, como, por exemplo, o partido na posição de observador das questões ambientais:

[39] *“Interdependence The Green Party recognises that humankind depends on its environment for its welfare, and conversely that human activities have a critical impact on environmental processes, with serious implications for the welfare and survival of other species. Therefore the proper relationship between humanity and its environment should be one of interdependence within it, not control over it. Like all forms of life, we take from others and give back in return. We should ensure that human activities contribute to, rather than destroy, the richness of life.” (The Green Party Manifesto, amended March 2000).*

Nessa formulação, o partido apresenta-se como porta-voz não só da humanidade (ora “dependente”, ora “destruidora” do meio ambiente) como também da própria natureza em *“we should ensure that human activities contribute to, rather than destroy, the richness of life”*.

Observamos, neste processo de exclusão do partido no “we”, o distanciamento do partido (e, por sua vez, dos britânicos) de toda a humanidade na responsabilidade pela destruição ambiental. A esse processo de exclusão, associa-se o We2 (lugar da Grã-Bretanha) como nação de Primeiro Mundo, líder entre outras nações para a construção de um “mundo melhor”.

[38] *“We must play our part in **building a better world** based on peaceful coexistence and mutual respect. There are many barriers to overcome — debt, poverty, and conflict — but **Britain should take a strong lead** and*

*encourage other nations to join us.” (Green Party General Election Manifesto 2001)*

Ao mesmo tempo em que em [38] a Grã-Bretanha é colocada em posição de forte liderança (na verdade, no lugar da nação-líder), em [39], há a rejeição de uma estrutura hierárquica dependente de líderes e seguidores.

[39] *“We seek a society in which people are empowered and involved in making the decisions which affect them. We reject the hierarchical structure of leaders and followers, and, instead advocate participatory politics. For this reason the **Green Party** itself does not have an individual leader.” (PB 443)*

[40] *“We must secure a peaceful and just world future. We can only do this through common security, not mutual threat. We must end exploitation between nations and agree a fair distribution of resources. As a colonial power, **Britain** sowed the seeds of many of today’s conflicts. We [Britain] must use our wealth and influence to help resolve them. We must also reform the institutions that make them worse. We should lead by example, not force, to a fairer global future, free of debt, poverty and weapons of mass destruction.” (Green Party General Election Manifesto 2001)*

O primeiro “we” em [40] pode incluir *partido + seres humanos* em geral e seu sentido é vago. É típico do discurso político a recorrência ao *we* inclusivo, buscando construir consenso, apelando para a cooperação do ouvinte — o que permite configurar o processo de construção da interlocução, aproximando, por exemplo, partido e eleitor em potencial e fazendo com que o eleitor tenha a impressão de que faz parte das

sugestões e das estratégias apresentadas pelo partido para solucionar problemas ambientais. Dessa forma, constrói-se uma imagem de aparente igualdade entre as pessoas, fazendo-as crer em sua efetiva participação no processo de tomada de decisão e detentoras de idéias originais. À medida que avançamos na formulação [40], percebemos que “we” se transforma em *Grã-Bretanha*, reforçando o lugar de nação com liderança econômica e política. Em “*we should lead by example, not force*”, o locutor-partido se apresenta como guardião do mundo e da natureza, abandonando, agora, a força, e apagando um passado de colonização de vários países.

#### 4.3.3. Ausência da forma explícita do “nós” no PV

Vimos anteriormente, através de um exame das designações do *Partido Verde*, que nem sempre quem ocupa “lugares” sintaticamente observáveis é simplesmente o *PV*, ou o nome do partido. Além disso, e principalmente, a cena enunciativa não se reduz à simples identificação dos *lugares de dizer* no nível intradiscursivo.

Enunciados do tipo “*The Green Party values the diversity of ways in which people relate to each other and the natural environment*” (Manifesto do *Green Party* inglês) e “*O Partido Verde pretende ser um canal de expressão de novas idéias...*” (Manifesto do *PV* brasileiro) são possíveis porque, em um manifesto político, somente o próprio partido possui legitimidade para fazê-lo, através de um lugar social que o autoriza a enunciar de uma forma e não de outra.

De acordo com o que afirmamos na introdução a esta seção, é um traço observado, no Manifesto do *PV*, a ausência total do pronome “nós” e das outras formas a ele associadas (“nosso(s)”, “nossa(s)”, “nos” e a desinência referente à primeira pessoa do plural).

Em vez do termo “nós”, a ocorrência predominante é da referência ao *PV* pela sigla, com o verbo na terceira pessoa do singular. Predomina, portanto, as formas “O *PV* ...” ou “O Partido Verde”, aspecto que pode ser ilustrado pelas seqüências abaixo:

[41] **O Partido Verde se define** como um movimento de cidadãos e não de políticos profissionais ou homens de aparelho. **Considera** que o povo brasileiro está descontente com a chamada “classe política” e almeja um tipo de representação e ação mais eficiente, desinteressada e moderna. (Manifesto do *PV*)

[42] **O Partido Verde pretende** ser um canal de expressão das novas idéias que surgiram, nos últimos anos, na sociedade brasileira. **Ele pretende** contribuir para a formação de um grande movimento ecológico, pacifista e alternativo, capaz de influenciar os destinos da nação brasileira, neste limiar do século XXI. (Manifesto do *PV*)

Anteriormente (cf. p.113), sugerimos que o discurso do *PV* é muito mais um discurso *sobre* do que um discurso *de*. Avançamos na nossa sugestão para interpretá-lo como um *discurso do* partido, que se apresenta como um *discurso sobre* o partido.

Retomando Orlandi (1990: 37), na discussão que ela oferece com relação ao conceito de “discurso sobre”, temos a seguinte formulação:

“Consideramos que os “discursos sobre” são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos. É no “discurso sobre” que se trabalha o conceito da polifonia. Ou seja, o “discurso sobre” é um lugar importante para organizar as diferentes vozes (dos discursos de).”

Embora esteja claro que empiricamente é o Partido Verde que produz o que é dito em seus documentos, na verdade, o funcionamento enunciativo desses dizeres se caracteriza por uma complexidade nada evidente.

O discurso do PV é um discurso sobre a “natureza” e sobre outros conceitos como a relação homem-natureza ou sobre o próprio papel do partido político.

A forma exclusiva da terceira pessoa do singular (“o PV defende...”) funciona de maneira a criar um efeito em que ao mesmo tempo que fala de si próprio, é como se o partido falasse de um *outro*. Isso provoca um efeito de distanciamento e aproxima o dizer do partido verde brasileiro de uma voz universal, observador de uma realidade, com um olhar onipresente, onisciente, que conhece toda a realidade, em todos os tempos (passado, presente e futuro). Este olhar, ao estabelecer uma distância de *expert*, favorece a produção de diagnósticos e prescrição de soluções para os problemas ambientais. Este aspecto dos dizeres do PV brasileiro pode ser ilustrado pelas seqüências abaixo:

[43] “Considerando a crescente impotência dos estados nacionais, mesmo os das nações mais poderosas, de controlar os fluxos da especulação financeira internacional e o **aprofundamento das desigualdades na relação norte-sul; o aumento da exclusão, do desemprego e das injustiças sociais; as ameaças ambientais em escala planetária, como o “efeito estufa”, a deterioração da camada de ozônio e a proliferação nuclear; os verdes** devem tomar a iniciativa de **propor** formas supranacionais de controle democrático sobre as movimentações especulativas de capitais, sobre o fluxo de produtos e serviços que não contemplem em seus países de origem a sustentabilidade econômica, social e ambiental, e as agressões ao meio ambiente de efeito global.” (Programa do PV)

[44] “O **PV propõe** reduzir as emissões automotivas, industriais e domésticas de gases de efeito local (particulado em suspensão, SO<sub>2</sub>, CO, NO<sub>x</sub>, hidrocarbonetos, ozônio, etc...) de forma articulada com medidas de redução das emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e de metano que contribuem para o chamado efeito estufa (ou aquecimento global) dentro da meta de redução das emissões em 20% até o ano 2005.” (Programa do PV)

Nas seqüências [43] e [44], o *l-pv* faz *afirmações* sobre a realidade (a existência de “movimentações especulativas de capitais”, de “emissões automotivas... de gases”, do “efeito estufa” etc.) ao mesmo tempo que apresenta soluções para problemas ambientais (“reduzir as emissões”, “propor formas de controle”).

Na terceira pessoa do singular, o PV é designado como “parte de uma família política”. Vejamos o seguinte enunciado:

[45 ] “O **PV faz parte de uma família política internacional, os verdes**, que cresce em todo o mundo, desde o final dos anos 70. Se relaciona com os partidos e movimentos verdes de outros países com base na autonomia, fraternidade e solidariedade. Se propõe a desenvolver uma estratégia conjunta e uma ação coordenada em favor do desarmamento, da desnuclearização, do ecodesenvolvimento, da solução negociada dos conflitos e do respeito às liberdades democráticas, justiça social e direitos humanos em todos os países mundo.” (Programa do PV)

Inicialmente, a expressão “uma família política internacional” chama nossa atenção. A constituição do partido se dá em termos de constituição e organização de uma família.

Em primeiro lugar, a família tem um nome, ou seja, *os verdes*. Trata-se de uma família jovem, nasceu no “final dos anos 70”, e que ainda continua crescendo “em todo o mundo”. Em meados dos anos 80, o PV brasileiro vem juntar-se à “família” já estabelecida dos verdes. Uma família envolve a descendência de pessoas de origem partilhada.

Pertencer à *família dos verdes*, significa eliminar a especificidade do lugar do PV em relação aos outros partidos verdes do mundo. O PV torna-se parte da “família” dos verdes (*1-pv+todos os pvs*), relacionando-se com os

seus membros (“partidos e movimentos verdes de outros países”) através do que lhes é comum, ou seja, “a autonomia, fraternidade e solidariedade.”

Contrariamente ao que se observa em [45], a formulação [46] aponta para a especificidade do lugar do PV brasileiro, com existência própria demarcada pelo *l-pv brasileiro*:

[46] “**O Partido Verde, no Brasil**, tem ainda outras responsabilidades. É parte integrante de um bloco social e político que trava a luta mais ampla contra a opressão, a desigualdade, a fome, a miséria, a prepotência das elites, a corrupção, o atraso cultural e outros resquícios do autoritarismo.”  
(Manifesto do PV, Princípios)

Nesta formulação, não estão sendo considerados os outros partidos verdes do mundo. Assim, *l-pv* e *l-pv+todos os partidos verdes* convivem no mesmo espaço de constituição dos dizeres do Partido Verde brasileiro.

Como membro da “família verde”, o PV atua aparentemente de maneira uniforme, através da “fraternidade e da solidariedade” [45]. Não é, entretanto, o que se observa no exame da seqüência [47], em que a “unidade da família **política** dos verdes” é demarcada por um outro elemento da especificidade do PV brasileiro (*l-pv-esquerda*), ou seja, “o PV identifica-se com o ideário de esquerda”.

[47] “O PV não se aprisiona na estreita polarização esquerda versus direita. Situa-se à frente. Está aberto ao diálogo como todas as demais forças políticas com o objetivo de levar à prática as propostas e programas verdes.

**O PV identifica-se com o ideário de esquerda** no compromisso com as aspirações da grande maioria trabalhadora da população e na solidariedade com todos os setores excluídos, oprimidos e discriminados.” (Programa do PV)

#### 4.3.4. Lugares de dizer – negação de lugares sociais

Uma outra dimensão do processo enunciativo volta-se para o exame do enunciador ou enunciadores.

O discurso ecológico-político é um lugar privilegiado para que o lugar do enunciador se identifique com o lugar do universal. Em sua relação com o “dizer o verdadeiro”, trata-se de um lugar que se coloca acima de refutações e confrontos, pois, a partir do lugar da verdade, homogeneiza-se e apresenta-se fora do social e, por conseguinte, fora da História. Baseando seu *dizer verdadeiro* em fatos, o enunciador-universal no discurso ecológico-político torna-se aparentemente independente da História e das próprias condições de produção desse discurso.

As formulações seguintes ilustram esse aspecto da cena enunciativa:

[48] *“Life on Earth is under unprecedented pressure.”* (Green Party Manifesto)

[49] *“The Earth is a steady state system, as are the organisms that inhabit it...”* (Green Party Manifesto)

[50] *“An expanding world population demands food supplies.”* (Green Party Manifesto)

[50] *“An expanding world population demands food supplies.” (Green Party Manifesto)*

[51] *“The diversity of species living on this planet is a manifestation of its ecological complexity. This diversity sustains and strengthens all ecosystems so that they are able to withstand shocks to their functioning, such as earthquake or disease.” (Green Party Manifesto)*

[52] “As cidades estão inseridas no ecossistema que constituiu seu berço; elas são construções humanas sobre um território geográfico, geológico e condições climáticas que interagem incessantemente e condicionam sua vida...” (Manifesto do PV)

[53] “A poluição atmosférica é uma das principais causas de degradação das saúdes nos centros urbanos e periferias industriais.” (Manifesto do PV)

Estamos diante de um enunciador que profere verdades baseadas em fatos. Notemos o uso de verbos no presente, como afirmações que descrevem uma verdade.

Em [53], “a poluição atmosférica” não se refere a uma poluição atmosférica de um determinado lugar ou tempo em condições específicas. Essa afirmação “verdadeira” se pretende válida para o fenômeno “poluição atmosférica” no mundo, no próprio planeta. Não há particularização do fenômeno, ele se apresenta como verdade universal. Assim, é nessa medida que compreendemos o enunciador-universal como estando no “nível do verdadeiro e do falso”: ele se apóia na pré-existência de uma verdade.

## Conclusões Parciais

A análise do *nome* do partido político mostrou como se configura o processo de designação no dizer ecológico-político-partidário em sua aparente estabilidade. O *nome* que parece conter uma unidade referencial incontestável, é capaz de transformação, podendo, assim, tornar-se outro.

Através da análise dos processos de nomeação do partido foi também possível identificar o funcionamento enunciativo do dizer ecológico-político-partidário, caracterizado pela existência de lugares sociais diversos e em relação de não-coincidência entre os partidos em questão.

Foi possível perceber no *corpus* analisado que os *lugares de dizer* que revelam a predominância do enunciador do tipo universal, constituindo-se, por sua vez, em um “traço” do discurso ecológico-político-partidário, que busca apoiar seu dizer na verdade científica, geralmente incontestável no nível do senso comum. Esse aspecto contribui para a aparência de homogeneidade de um discurso em que a própria temporalidade do discurso científico é “descartada”.

## CAPÍTULO 5

### CONSTRUÇÃO DA REFERÊNCIA EM DIZERES SOBRE O MEIO AMBIENTE

*(...) paradoxalmente, o desejo de destruir o Presente em nome do Passado e do Futuro envolve sua própria contradição: a abolição de todos os tempos. Congelamento. Eterno agora. (...) O universo será parado. O movimento cessará e (...) reinará um presente infinito. A história, junto com os poetas, é banida da república ideal de Platão. E de Jesus e de Lutero e de Marx e de Mao e de todos os outros.*

*Amós Oz, A caixa preta*

Uma pergunta inicial: do que fala o discurso ecológico? O senso comum responderia, sem hesitação, que todo dizer no âmbito do ecológico-político-partidário refere-se necessariamente à *natureza*, e seria ainda mais específico, ou seja, à necessidade de defesa da *natureza ameaçada*.

Este capítulo tem como desafio tentar dar visibilidade a um deslocamento que há nos dizeres sobre o meio ambiente, especificamente no que concerne à política partidária ecológica. Partiremos da hipótese de que esses dizeres promovem a construção de uma ruptura decisiva entre o que é *natureza* e o que é *humano*. O lugar dessa ruptura pode ser observado no momento em que as “coisas no mundo” se deslocam do lugar da subjetivação para se reduzirem e se transformarem em puro referente, como se o real falasse por si só, ou reclamasse um dizer sobre si independentemente do papel do sujeito que enuncia; como se não houvesse um trabalho de linguagem sobre esse “real”. Do ponto de vista de uma análise enunciativa, observamos uma ocorrência sistemática de formas lingüísticas operando para a constituição dessa ruptura. Faz-se necessária, no entanto, uma ressalva. A separação em dois lugares diferentes, o *natural* e o *humano*, produz a própria ilusão da separação, mas ela só funciona dessa maneira porque o sujeito-enunciador é tomado por uma posição tal que o seu dizer produz certos efeitos, através do trabalho de certas formas lingüísticas. Trata-se de um funcionamento deste lugar de sujeito, lugar que não inclui o intencional, e que faz o dizer ir em determinada direção.

Partindo do exame das ocorrências de nominalização (e em menor medida, os casos de voz passiva) — algo que se apresenta como sistemático no *corpus* de análise, objetivamos sustentar o argumento que sugere que a forma de dizer a natureza é também um modo de “naturalizar” as coisas, o mundo, posto que o sujeito é excluído do processo de construção da referência.

Assim, se tudo é “natureza”, o próprio “humano” passa a ser a “coisa”, criando um processo de objetificação da natureza e da sociedade. Observamos, dessa forma, uma (re)divisão do mundo como efeito desse processo designativo.

A base enunciativa do discurso ecológico-político-partidário se apóia sobretudo no destaque que se observa a determinadas noções de valor-chave para que o discurso ecológico ganhe “corpo”, “espessura” e, até certo ponto, “especificidade”. Um dos argumentos mais recorrentes no discurso ecológico-político diz respeito à busca da heterogeneidade (ele se diz heterogêneo) para justificar sua consistência, em relação a outros discursos ditos políticos.

Os trechos seguintes, encontrados nos manifestos do *PV* e do *Green Party* ilustram as orientações políticas explicitadas pelas duas organizações:

[54] **“O PV não se aprisiona na estreita polarização esquerda versus direita.** Situa-se à frente. Está aberto ao diálogo como todas as demais forças políticas com o objetivo de levar à prática as propostas e programas verdes. O PV **identifica-se com o ideário de esquerda no compromisso com as aspirações da grande maioria trabalhadora e na solidariedade com todos os setores excluídos, oprimidos e discriminados.** Defende a redistribuição da renda, da justiça social, o papel regulador do poder público em relação aos desfavorecidos e os interesses da maioria dos cidadãos, não só diante do poder econômico, como dos privilégios corporativistas. **Mas não segue os cânones da esquerda tradicional,** da mesma forma que **questiona a atual hegemonia neoliberal,** duas vertentes do

paradigma produtivista do século XIX. Os verdes buscam na ecologia política novos caminhos para os problemas do planeta nessa virada de milênio.” (Manifesto do PV, Princípios)

[55] “(...) *this Manifesto is more than a statement of a new ideal and a list of steps by which it can be achieved, it is a challenge to the established view of the nature of our present social, political and economic system. It is such a radical challenge that it can only be borne by a new, independent political party, for it requires the existing political forces to change too many of their basic philosophies. From henceforward **the main political battles will not be between Left and Right in the traditional sense, but between the supporters of a steady state economy and of growth.***” (The Green Party Manifesto, Philosophical Basis)

As várias noções-chave que são apresentadas de forma recorrente no nosso *corpus* parecem constituir sinais da evidência de que a política ecológico-partidária em geral se baseia em uma certa homogeneidade, ou desejo de homogeneidade como sinônimo de “harmonia” (ou conquista de harmonia) e encontro de soluções (para as catástrofes ambientais previstas). Parece haver uma espécie de “acordo” entre os vários representantes do discurso “verde” quanto a uma seleção de elementos indispensáveis na discussão ambientalista.

Deste modo, examinar de que forma se configuram os sujeitos no discurso ecológico-político — assim como os referentes que são produzidos a partir desse discurso — parece tarefa essencial se quisermos alcançar um certo nível de compreensão em relação ao seu funcionamento.

Propomo-nos, ao analisarmos o discurso de partidos verdes, examinar como algumas dessas noções estão construídas enunciativamente. Para tanto, estaremos selecionando enunciados que apontem uma compreensão para a forma como se configuram a noção de *natureza* (e sua relação com as noções de crise, apocalipse e risco) e a concepção de sustentabilidade ambiental.

Inicialmente, gostaríamos de examinar como se dá o processo de designação do conceito de *natureza*, adiantando que já é possível perceber que sua constituição está associada à idéia de “crise ecológica”.

Podemos antecipar uma interpretação em relação a essas noções selecionadas. Todas já se apresentam como algo dado, já posto, já-lá, com um efeito de evidência quanto a sua legitimidade e caráter essencial. Em outras palavras, seria como afirmar que o discurso ecológico-político como um todo, em sua capacidade de abrangência (seja ele partidário ou não) já teria como elemento essencial e fundamental em sua constituição a referência à natureza, à crise ambiental e à única solução possível para a crise, ou seja, o modelo do desenvolvimento sustentável. Esses referentes se apresentam como elementos “naturais” que estariam compondo e constituindo um discurso ecológico supostamente mais “nobre”, mais abrangente, perpassando os domínios da ciência, da filosofia e da religião. Dessa forma, o discurso ecológico-político-partidário (assim como os discursos dos grupos defensores do meio ambiente) teria sua legitimidade social e poder de persuasão garantidos ao explorar temas tão irrefutáveis (porque verdadeiros) para o senso comum, não havendo assim, possibilidade de questionar seu discurso. O próximo passo seria, então, a

própria ação (mesmo o próprio “desejo” de ação já seria suficiente) na realidade para algo já acordado tanto no senso comum (já que “todos estariam no mesmo barco”<sup>54</sup>) como em esferas mais específicas (com referência àqueles que possuem de fato poder para uma ação efetiva). Enfim, a defesa do meio ambiente, representado por seu referente maior e de interesse comum a toda a humanidade — a *natureza* —, estaria acima até mesmo de qualquer motivação ideológica.

É, portanto, nosso objetivo neste capítulo, pela via da análise enunciativa, confrontar esse efeito de evidência dessas noções, examinando, para tanto, os processos de designação que as constroem.

Vale lembrar que a relação de designação “é uma relação instável entre a linguagem e o objeto”<sup>55</sup>, uma vez que a perspectiva que orienta nosso estudo não vê o objeto como algo material que pode ser diretamente e completamente identificado no mundo sem qualquer relação com a linguagem (a não ser de referência direta). A constituição do referente se dá a partir de processos de designação que não se constituem como um fim em si mesmo ou como resultado de uma ligação direta, unívoca (coisa-mundo) e linear.

O que pretendemos também enfatizar é o fato de que o objeto designado não é sempre o mesmo. Ele não é, portanto, um objeto no mundo. Ele é algo construído pela significação.

Não devemos nos esquecer de que o trabalho do interdiscurso nos efeitos de sentido que advém do pensar sobre a referência é decisivo para

---

<sup>51</sup> Cf. Capítulo 6.

<sup>52</sup> Guimarães, E. (1995) ao comentar sobre a questão do sentido e referência.

que confrontemos uma suposta visão positivista acerca da materialidade do objeto, materialidade esta que se constitui no encontro de discursos.

Concluir simplesmente esse confronto de discursos como constitutivo da relação de designação não é suficiente para sustentar afirmações ou especulações acerca de propriedades discursivas ou mesmo tipológicas. É preciso observarmos que, no nível enunciativo, esse efeito de evidência e de completude se configura como necessário no nível referencial, sendo, na verdade, resultado de um trabalho da linguagem a partir desse confronto discursivo.

Torna-se, assim, relevante, do ponto de vista analítico, o exame dos percursos de designações depreendidas de um determinado discurso.

## 5.1. Designando relações com a “natureza”

Iniciaremos nossa análise examinando o que “natureza” designa (e como) nos documentos do *PV* e do *Green Party*, especialmente nos manifestos dos partidos.

Buscaremos também identificar quais elementos no nível enunciativo estão funcionando para, de certa forma, “mascarar” a instabilidade dos processos de designação.

Podemos afirmar, que de modo geral, os discursos sobre o meio ambiente (seja no campo das ciências sociais, políticas e ecológicas propriamente ditas) tomam como ponto de partida a relação dos seres

humanos com o resto da natureza, ou seja, trata-se da relação do sujeito com o que vem a ser natureza, nos níveis do simbólico e do imaginário.

O discurso ecológico-político-partidário também se apóia no pressuposto de que deve haver uma ação política para que aquilo que se designa por “natureza” seja respeitado e que não seja destruído. Apóia-se, assim, na idéia de que há, incontestavelmente, uma crise geral da natureza.

Ponting (1995: 172) argumenta que o debate acerca do relacionamento do ser humano com a natureza passa por um discurso da moral e da ética, o qual decidiria o grau de legitimidade e propriedade das ações humanas sobre a natureza. Em outras palavras, qual seria o estatuto do ser humano (único, que, na História do conhecimento, teoriza sobre sua própria relação com a natureza) em relação à natureza, ou seja, tratar-se-ia de uma relação de igualdade ou de superioridade?

Assim, a força persuasiva<sup>56</sup> dos partidos verdes residiria na contemplação de um dilema universal, que teria a capacidade de representar toda a espécie humana, sem exceção.

Ainda segundo Ponting, nos últimos duzentos anos, o discurso da economia permeou o debate sobre a questão Homem-natureza, girando principalmente em torno do aproveitamento racional de recursos naturais e sua distribuição e exploração, tendo em vista a não interrupção de processos de desenvolvimento. Assim, mesmo fazendo parte da natureza, teria o Homem a obrigação moral de cuidar e zelar pelo resto da natureza (sendo ela considerada ou não uma criação divina)?

---

<sup>56</sup> São inúmeros os estudos acerca da força argumentativa do discurso político-partidário. Ver, por exemplo, Osakabe, H. (1979).

### 5.1.1. Univocidade da natureza

A “natureza” no discurso ecológico-político parece referir-se a uma só, ou seja, enquanto elemento que possui unidade. Observemos os seguintes enunciados:

[56] “A simples preocupação conservacionista **da natureza**, sem uma sensibilidade social, só pode agravar a miséria e abrir caminho a uma **devastação ambiental ainda maior** no futuro.” (PV, manifesto)

[57] “Nunca na sua história a humanidade esteve tão ameaçada: os riscos de proliferação nuclear, a corrida armamentista, a **devastação cada vez maior da natureza**, os repetidos desastres ecológicos, a fome, o desperdício, as desigualdades sociais, a violência crescente nos grandes centros urbanos.” (Manifesto do Partido Verde)

À primeira vista, poderíamos ser levados a crer que não haveria realmente outra possibilidade a não ser a de aceitarmos o termo “natureza” como referindo a “natureza” no mundo, enquanto elemento familiar, conhecido e com valor saturado<sup>57</sup> (completo) pelo senso comum, reforçado pela convivência, por uma espécie de “sensação” (ou até mesmo certeza) de pertencimento e ausência de equívoco em sua localização no mundo. Assim, a “natureza” (e não importa que esta seja aquela dos partidos verdes) da qual se fala seria o equivalente fiel e único possível da “natureza” exterior, visível em todo e qualquer discurso, enfim, “natural”. Ela, “a

---

<sup>57</sup> No sentido em que o termo é trabalhado por Indursky, F. (1997) e Zoppi-Fontana, M. (1999).

natureza”, com sua realidade e equivalência com sua exterioridade, estaria acima de qualquer tentativa de refutação de seu caráter de verdade/verossimilhança.

O que esta expressão — “natureza” — estaria designando se configuraria, assim, como independente do trabalho da linguagem e do encontro de discursos. Por esta via, analisar processos de designação seria não só inviável como significaria um gesto inócuo. Não haveria, portanto, nada (mais) a ser dito (já dito), nada a se perguntar (diante da evidência referencial) e o acontecimento enunciativo perderia sua temporalidade (estaríamos diante de uma verdade no mundo de caráter irrefutável e permanente) pois sempre há a possibilidade do risco de desastres ecológicos.

No enunciado [56], a “natureza” é apresentada inicialmente como uma, única. Um exame mais cuidadoso dessa seqüência aponta para a “quebra” dessa unicidade, quando se admite que a natureza pode ser “devastada” (“devastação ambiental”). Convivem, assim, a existência de uma única natureza (“da natureza”) e a sua destruição. Além disso, a expressão “ainda maior” (em “devastação ambiental ainda maior”) significa a existência da degradação da natureza (ambiental). Ao falar em “devastação ambiental **ainda maior**”, admite-se a destruição da natureza anteriormente ao que se afirma no enunciado.

Relação semelhante pode ser estabelecida ao examinarmos o enunciado [57], especificamente na seqüência “devastação **cada vez maior** da natureza”, em que estão significadas a pré-existência de uma devastação ambiental, a existência de uma devastação atual **maior** do que a que houve

no passado, além da afirmação de **uma natureza** (“da natureza”). Poderíamos, além disso, aproximar os dois enunciados ([56 e 57]) numa relação de equivalência entre **“devastação ambiental ainda maior”** (enunciado [56]) e **“devastação cada vez maior da natureza”** (enunciado [57]). Neste momento, “ambiental” e “natureza” estão em relação de sinonímia, tornando-se intercambiáveis — o que contribui para a construção da abrangência designativa de *natureza*, reforçando, ao mesmo tempo, a estabilidade do referente (pois se tem o efeito de que se trata de um mesmo “objeto” no mundo) e denunciando, paradoxalmente, uma vagueza referencial deste mesmo objeto, cuja especificidade “escapa” a uma mesma configuração lexical, uma vez que “ambiental” e “natureza” não são a mesma coisa.

Outro elemento que auxilia nessa relação de equivalência é o efeito provocado pelas expressões sublinhadas “ainda maior” e “cada vez maior” ao intensificar o efeito de “devastação” nos dois enunciados.

Faltou-nos falar do trabalho do item lexical “devastação” não só nos dois enunciados mas também nos documentos dos partidos como um todo. “Devastação” e outros termos a ela correlatos (“destruição”, “ameaça”, “desastre ecológico”, “poluição do meio ambiente”, “agressões ambientais” etc.) sustentam todos os elementos enunciativos associados à *natureza* no discurso ecológico-político, e isso implica dizer que a *natureza* aparentemente una estará sempre e definitivamente marcada no discurso em questão por algo que a ameaça em sua estabilidade. Tratar-se-á, sempre, de uma *natureza* em movimento, de uma *natureza* modificada num

presente, produto de dois passados<sup>58</sup>: um primeiro passado, mais distante, em que a *natureza* era sacralizada, equilibrada, e um segundo passado, ponto de origem e referencial do início de um processo de destruição do qual o presente é testemunha.

O recorte que segue ilustra como o processo de desestabilização da natureza se configura:

[58] “[ O PV] defenderá uma sociedade cada vez mais descentralizada, em todos os níveis, onde nenhum grupo, econômico, político ou cultural possa impor sua hegemonia ou a dos seus interesses, sobre os demais. Onde nenhum interesse econômico ou político possa continuar devastando a natureza, poluindo o meio ambiente e ameaçando a vida para servir sua sede de lucro e poder.”

Mais uma vez, estamos diante das equivalências comentadas anteriormente: *natureza* e *meio ambiente*. A elas acrescenta-se agora “a vida”, harmonizada pelo verbo “continuar”, que por sua vez rege no gerúndio “devastando”, “poluindo”, “ameaçando”.

Passemos a examinar o que *natureza* designa nos documentos do *Green Party*.

A unicidade/ não-unicidade da *natureza* é tecida numa amplitude que se estabelece por equivalências e alternâncias designativas. Observemos, inicialmente, as seqüências abaixo:

---

<sup>58</sup> Arriscaríamos dizer que haveria ainda um terceiro passado (aqui apagado), em que a natureza era a inimiga a ser dominada, explorada pela ação do Homem. Voltaremos a esse ponto.

[59] *“Traditional politics divides humans from **nature** and the individual from society. The rejection of this way of seeing the world is fundamental to Green philosophy. Rather than set them against each other, the Green Party seeks **healthy interdependence** of individual, **nature** and society.”* (The Green Party Manifesto, PB106)

[60] *“Even Tony Blair has spoken about the need for a green industrial revolution and has said, I quote: “The evidence grows daily of the dangers of indifference to our duty to **treat nature with respect** and care for our **environment**.”* (Green Party Manifesto Amended 19 March 2000)

Examinando o recorte [59], percebemos que “*nature*” está representada como algo que tem existência própria, independente de outras entidades, tais como “*individual*” e “*society*”. Faz parte da filosofia do partido buscar interdependência entre essas entidades elencadas. Em [60], “*nature*” permanece como uma, embora seja possível identificar uma relação com outro termo (“*environment*”) produzindo um efeito de equivalência de valor entre eles, articulados pelo trabalho do paralelismo “*our duty to **treat nature with respect and care for our environment***”.

Os enunciados seguintes evidenciam esse efeito de equivalência entre “*nature*” e “*environment*”:

[61] *“Industrialised countries are dramatically **out of balance with nature**. It would take a land area more than twice the size of Britain to produce all our food and raw materials, and to absorb our waste and pollution. Because there is only one Britain, we use other people’s land and expect the*

**environment** to soak up our pollution and waste. The results are all around us: climate change, **deforestation**, **toxic chemicals in the environment**, the spread of deserts, the **loss** of species and habitats.” (Green Party General Election 2001 Manifesto)

[62] “**Conservation of land and natural resources** will be very important in order to **protect the natural environment** from **pollution and degradation.**” (Green Party Manifesto Amended 19 March 2000, PB 421)

Em [61], “*nature*” volta a ser designada como algo que possui unidade, “equilíbrio” (“*balance*”), embora esse equilíbrio esteja sendo ameaçado pela ação humana (“*industrialised countries*”). Essa propriedade da natureza é reforçada no item lexical “*environment*”, sobrecarregado pela poluição industrial. O enunciado [62] ilustra um outro aspecto do processo de equivalência e alternância que consiste em qualificar “*environment*” como “*natural*”, resultando em “*natural environment*”, criando, assim, um efeito de aproximação das designações para uma mesma “natureza”.

O processo de equivalência e alternância prossegue, expandindo-se para expressões tais como “*ecosystem*”, “*biosphere*”, “*natural world*”, “*global environment*”, “*life on Earth*” e “*richness of life*”. Vejamos como isso ocorre nos seguintes enunciados:

[63] “*We are losing our life support systems, our right to self-determination and access to resources. The gradual insidious **murder of nature** is an invisible form of violence because it's **destroying eco-systems** and killing people.*” (Green Party Manifesto Amended 19 March 2000)

O enunciado [63] ilustra a relação entre termos como “murder” e “destroying” produzindo a aproximação entre “nature” e “eco-systems” como termos equivalentes. Observamos, além disso, que o conceito de “destruição” (“destruction”) e “dependência” (“dependence”) operam como “fios condutores”, organizando, nas seqüências analisadas, as demais equivalências entre “nature” e os outros termos, e, por sua vez, entre todos os termos entre si.

Nas seqüências [64 - 70], estamos diante dos conceitos de “destruição” (“destroy”), “deterioração” (“deteriorating”), “ameaça” (“threatened”), “exploração” (“exploitation”), “degradação” (“degradation”), e “dano” (“damage”). Esses conceitos, acompanhados ou não de advérbios (“is deteriorating rapidly”) ou adjetivos (“massive destruction”), contribuem para criar um efeito de homogeneização do objeto “natureza”.

[64] “Global unemployment is now at its highest since the 1930s, poverty and the gap between rich and poor nations are growing, and the **global environment is deteriorating rapidly.**” (Green Party General Election Manifesto, 2001)

[65] “Like all forms of life, we take from others and give back in return. We should ensure that human activities **contribute to, rather than destroy, the richness of life.**” (Green Party Manifesto Amended 19 March 2000)

[66] “**Life on Earth** is under immense pressure. The **environment** around us is **threatened with massive destruction.**” (Statement of Core Principles Updated: May 18, 2001)

[67] *“The fact that many people's basic needs are not met has far reaching consequences. This is expressed as anxiety, insecurity, and aggressive behaviour towards others, and **exploitation of their environment**.”* (Green Party Manifesto Amended 19 March 2000, PB 109)

[68] *“We live in a world where the degree of poverty and **environmental destruction** is shocking.”* (Green Party General Election Manifesto 1997)

[69] *“A little more than a decade ago, the Cold War was the biggest threat to world security, freedom and development. Now it is imperative to stop the **environmental degradation** that's causing suffering and injustice to millions of people, and threatening the future of humanity.”* Anna Bragga is Prospective Parliamentary Candidate for Green.

[70] *“New legislation should be introduced to make producers liable for **environmental damage**. Permitted development rights should be removed from mobile phone masts. International agreements must be reached to ban trade in waste, protect the genetic diversity of crop seeds, safeguard wilderness areas such as Antarctica and **minimise** the disruption to indigenous peoples and **environmental damage** caused by resource extraction.”* (Green Party General Election Manifesto, 2001)

A ocorrência dessas expressões em outros dizeres produzem sentidos diferenciados mas, aqui, articulam-se para dar visibilidade e consistência a um mesmo referente, ou seja, trabalham em relação de sinonímia com *natureza*, acentuando sua aparente homogeneidade, além de, paradoxalmente, revelar a heterogeneidade do conceito. Termos como *“biosphere”*, *“ecosystem”*, *“environment”* têm uma história nas ciências biológicas, principalmente, e é desse universo que se faz o “empréstimo”

desses conceitos pelo discurso ecológico-político-partidário. Nos documentos do *Green Party*, é possível perceber que eles são empregados de forma a serem intercambiáveis (quase sinônimos), e diante da dificuldade de se recuperar sua especificidade, somos levados a interpretá-los em seu efeito de vagueza — aquele mesmo efeito observado nos documentos do *PV* no início desta seção. Dessa forma, nesse ponto, os dizeres produzidos nos dois lugares (*Green Party* e *PV*) se aproximam, criando-se um efeito de identificação entre as duas instâncias — o que vem reforçar o nosso argumento de que o conceito de *natureza* produzido no interior do discurso ecológico-político-partidário caracteriza-se pela não-homogeneidade.

De maneira sucinta, a título de ilustração, retomamos alguns desses conceitos, na forma como eles são definidos nas ciências da ecologia.

*Biosfera* é um termo técnico empregado para definir a parte da Terra onde há vida. Segundo Southwick (1980), a biosfera poderia ser comparada a um envelope fino que cobre a maior parte da Terra. Não é encontrada, no entanto, nas extremidades polares, nas montanhas mais altas do mundo, nas profundezas dos oceanos ou nos desertos mais extremos. O conceito de *ecossistema* é definido como qualquer unidade espacial ou organizacional que inclui organismos vivos ou substâncias não-vivas interagindo para produzirem troca de materiais. Tal termo é mais abrangente que *meio ambiente*, por exemplo, sendo empregado para se referir a um lugar definido onde um organismo vive, incluindo os traços físicos e biológicos do lugar. Assim, um *ecossistema* incluiria *meio ambiente*. Por sua vez, *mundo* (ou *Terra*) é definido como corpo no espaço no qual vive o ser humano. *Mundo*

pode ser, ainda, definido como *planeta*, especialmente aquele que contenha vida. *Terra* também costuma ser definida em relação à presença humana.

Como podemos perceber a partir dessas breves definições dos conceitos que permeiam os documentos — especialmente os do *Green Party* —, há especificidades dos termos em questão que não são contempladas nas formulações dos partidos.

Notamos, assim, uma configuração mais complexa da designação de “*nature*” nos documentos do *Green Party*, com extensão ainda mais abrangente se compararmos aos documentos do *PV*.

## 5.2. Natureza: conflito entre três passados

Sugerimos anteriormente que a designação “devastada” harmoniza os vários sentidos que produzem o efeito de homogeneidade aparente do referente *natureza*, produzindo a equivalência *natureza = meio ambiente = ambiente = ecossistema = biosfera = mundo natural*.

Essa relação de equivalência cria um efeito de homogeneização do objeto “natureza”, associando a ele um outro conceito: o da “destruição”. Esse convívio quase necessário e/ ou inevitável no discurso ecológico-político-partidário, ou seja, da “natureza” e da “destruição”, solicita uma reação ou ação. Para retornar à “harmonia” com a natureza, torna-se necessário interromper processos de “destruição” por meio de formas de “preservação” e de “conservação”. Torna-se, enfim, “natural” o discurso em “defesa” da natureza (ou seriam “naturezas”?). No entanto, a “defesa” da

natureza não é algo assim tão óbvio, pois que a “destruição” pressupõe um “agenciamento” deste processo que precisa ser explicitado. No conceito de “defesa” convivem “destruição” + ação de alguém que destrói.

Observemos o seguinte excerto retirado do *Programa do Partido Verde Brasileiro*:

[71] “...é necessário:

- o poder público investir diretamente e estimular investimento privado na criação de empregos com utilização intensiva de mão de obra na **proteção e recuperação ambiental**: reflorestamento, reconstituição de áreas degradadas, proteção e conservação de florestas e parques, reciclagem de lixo, saneamento básico e despoluição hídrica, educação ambiental e sanitária, ecoturismo, entre outros...” (Programa do PV)

Inicialmente, podemos depreender que, embora o termo *natureza* não seja citado diretamente, há uma definição em itens do que vem a ser “meio ambiente”, que por sua vez acaba fazendo referência a elementos no mundo que a constituem. Em *proteção e recuperação ambiental*, há um efeito de sentido que nos leva a interpretar a natureza como algo que foi de alguma forma “prejudicado”, ou seja, passou de um estado de completude para um estado “de falta”.

Após os “dois pontos” (:) o referente “natureza” é dado a conhecer através de uma lista de elementos que diferem entre si, indicando um processo de reconstrução a partir de uma ausência. Trata-se de “re”

florestar (devolver à floresta o que dela foi tirado); “re” constituir áreas; “re”ciclagem de lixo (orgânico — “natural” ou não —); “des” poluição etc.

O movimento ecológico na Europa Ocidental é sem dúvida originário da crise pós-industrial que se estabeleceu no continente ao longo das últimas décadas. Trata-se da “crise” que se seguiu a partir do impacto político e das repercussões econômicas do choque dos preços do petróleo durante os anos setenta e que perturbou o cenário político. O surgimento dos partidos verdes espelharam o crescente desequilíbrio no próprio meio político e, além disso, com públicos cada vez mais preocupados com as conseqüências negativas de três décadas pós-guerra de crescimento econômico contínuo, seguidas pelas mais recentes ameaças de recessão econômica. O Relatório do Clube de Roma, de 1972, “Limites ao Crescimento”, captou essa ambivalência com relação ao materialismo. O tom de desconforto marcou um divisor de águas, resultando no questionamento econômico e na rejeição à complacência a ele associada. Essa preocupação foi reforçada por uma crescente insatisfação em alguns setores da sociedade (os chamados “de esquerda”, os jovens, em particular) com o fato de que o Ocidente cada vez mais recorria às armas nucleares. Uma preocupação paralela era com a crescente dependência em energia nuclear para fins industriais pacíficos. (O’Neill, 1997)

A “crise” ou “estado de crise” ou “natureza ameaçada”, na verdade, tem sua origem economicamente motivada, não estando necessariamente ligada a uma concepção de natureza que a concebe como algo ameaçado, em risco.

A militância ambiental não se originou necessariamente a partir da constatação de uma “destruição da natureza”. O debate em torno da questão ambiental em seus vários níveis sempre esteve mediado por signos, concepções de sujeito e da noção de tempo<sup>59</sup>.

Observemos os seguintes enunciados:

[72] “[Um dos 12 valores básicos do Partido Verde] a Ecologia: a preservação do meio ambiente, o ecodesenvolvimento (ou desenvolvimento sustentável) , a reciclagem e a recuperação ambiental permanente.

Para fazer frente a essa realidade é necessário:

b) o poder público investir diretamente e estimular investimento privado na criação de empregos com utilização intensiva de mão de obra na proteção e recuperação ambiental: reflorestamento, reconstituição de áreas degradadas, proteção e conservação de florestas e parques, reciclagem de lixo, saneamento básico e despoluição hídrica, educação ambiental e sanitária, ecoturismo, entre outros...” (Programa do PV)

[73] “*Millions across the globe are condemned to misery by our neo-colonialist banks and international financial institutions.*” (C. Mike Woodin, porta-voz do *Green Party*, 10/09/1999)

[74] “*People, animals and plants are threatened with a massive destruction of their environment.*” (*Green Party Manifesto*)

[75] “*Conventional politics are destroying the very foundations of our well-being.*” (*Green Party Manifesto*)

---

<sup>59</sup> Não constitui preocupação deste estudo discutir se há ou não mudanças no meio-ambiente, ou se a natureza está sendo realmente ameaçada de destruição.

[76] *“Only a minority of people realize that we cannot go on indefinitely **exploiting and wasting** the natural resources of a finite world. If humans continue to promote policies which require the unlimited consumption of raw materials, it will lead not to more riches, even for the few, but poverty for all.”*  
(Green Party Manifesto)

[77] *“The Green Party places both personal and political change at the heart of its response to the **ecological crisis** ...”* (Green Party Manifesto)

O processo da designação do meio ambiente como “natureza ameaçada de destruição” mobilizado pelo partido verde coloca ênfase na “natureza” através de objetos que dela fazem/ fariam parte silenciando a existência de sujeitos. Observamos uma objetificação ou reificação do Homem em relação ao meio ambiente. Dito de outra forma, os referentes são constituídos por um processo de designação que os torna “coisas”, há, dessa forma, uma reificação, uma objetificação do referente.

Um elemento lingüístico que consideramos privilegiado para examinarmos esse fenômeno de reificação do referente anteriormente observado, assim como a aparente estabilização das designações sobre a natureza como “entidade ameaçada”, diz respeito à *nominalização* e à *voz passiva*. Examinemos os seguintes enunciados:

[78] *“Irresponsible **land use planning, degradation of land** through human activity and **changes in land quality and availability**, mean that land must be damaged in such a way as to ensure sustainable human development and safeguard biodiversity.”* (Green Party Manifesto)

[79] “**Conservation of land and natural resources will be very important in order to protect the natural environment from pollution and degradation.**” (Green Party Manifesto)

[80] “**We believe our towns and cities should be structured in such a way as to maximise resource conservation.**” (Green Party Manifesto)

[81] “Considerando o **aprofundamento das desigualdades** na relação norte-sul; o **aumento da exclusão**; do desemprego e das injustiças sociais; as **ameaças ambientais** em escala planetária, como o efeito estufa, a **deterioração da camada de ozônio e a proliferação nuclear...** os verdes devem tomar a iniciativa” (Manifesto do PV)

[82] “A **má disposição de resíduos industriais**, alguns altamente poluentes, contamina o solo, o lençol freático e causa danos gravíssimos à saúde das populações afetadas.” (Manifesto do PV)

[83] “O Brasil é um dos países do mundo com **mais natureza e vida a defender** e, simultaneamente, um dos países onde elas estão sendo mais rapidamente **devastadas pela voracidade** dos modelos econômicos, **predatórios**, do capitalismo **selvagem**, pelo descaso e inoperância do estado e pelo ainda **baixo nível de consciência e organização** dos cidadãos. Acreditamos que esse quadro possa ser modificado e que as **condições** para tanto nunca estiveram tão **favoráveis** como agora, apesar de tudo.” (Manifesto do PV, Propostas, 1986:10)

Os enunciados revelam como o discurso dos partidos verdes reforça a noção de “destruição” da natureza através de itens lexicais tais como:

“ameaças ambientais”; “devastação ambiental”; “desigualdades”; “deterioração”; “*crisis*”, “*threatened*”, “*under pressure*” etc.

É interessante notar que, por serem apresentados como “objetos”, no fio do discurso não há como identificar os sujeitos agentes dessas práticas.

As nominalizações observadas nas formulações [78 - 83] representam o resultado de uma transformação lingüística que impede a identificação dos sujeitos que atuam no processo de constituição da “crise” ambiental. Parece-nos razoável afirmar que o funcionamento de transformações lingüísticas como a nominalização e a voz passiva nos documentos dos partidos verdes pode disponibilizar indícios do processo de construção de uma certa *especificidade da relação Homem-natureza*, mesmo que a princípio isso pareça paradoxal, posto que no início do capítulo, dissemos que essa relação é de ruptura.

Ao teorizar a respeito da nominalização, Kress (1979: 18) postula:

*In understanding any process, causality is of crucial importance. If casual steps are clearly indicated – those who started an action are specified, the effects are shown, and those affected are mentioned — then our judgements can be made on reasonably secure grounds.*

Kress refere-se ao “comportamento” de grupos sintáticos SVO (Sujeito, Verbo, Objeto) e SV (Sujeito, Verbo). Segundo o autor, os principais grupos sintáticos são:

-*Ação (action)*: SVO (transitivo), um agente age sobre um objeto;

- *Acontecimento (event)*: SV (intransitivo), envolvendo um agente e uma ação;
- *Relacional (relational)*: o verbo estabelece uma relação de ser, tornar-se, ter (*being, becoming, having*), entre os elementos de uma sentença (*clause*);
- *Mental (mental)*: envolve cognição (verbos como “*know*”, “*think*”), percepção (“*hear*”, “*notice*”) e emoção (“*like*”, “*fear*”). Eles são geralmente realizados como sentenças transitivas. Ex. *It is thought that...; It is feared that...; It has been heard that... It has been noticed that...* etc.

A *nominalização* pode ser definida como a conversão de processos (grupos) verbais em nominais, o que provoca o efeito de ocultar o próprio processo sintático (uma vez que o tempo verbal e a modalidade não são indicados) e geralmente não especifica os elementos, de modo que fica implícito quem faz o que a quem (Fairclough, 1991: 179).

Observemos que tipo de transformação de nominalização sofreram os enunciados abaixo:

[a] “...Irresponsible **land use planning, degradation of land** through human activity and **changes in land quality...**” (*Green Party Manifesto*)

[b] “... o **aprofundamento das desigualdades** na relação norte-sul; o **aumento da exclusão**; do desemprego e das injustiças sociais; as **ameaças ambientais** em escala planetária, como o efeito estufa, a **deterioração da camada de ozônio e a proliferação nuclear...**os verdes devem tomar a iniciativa.” (Manifesto do PV)

[c] “...a uma **devastação ambiental** ainda maior no futuro...” (Manifesto do PV)

[d] “A **má disposição de resíduos industriais...**” (Manifesto do PV)

Se tomarmos o enunciado [a] a fim de recuperar a estrutura SVO podemos observar as transformações pelas quais ele passou:

*Land use planning* equivaleria a

[Someone] [*plans/ planned/ is planning*] *the use of land in an irresponsible way* [*someone is irresponsible*]

*degradation of land*

[someone] [*degrades/ is degrading*] *land*

Processo semelhante pode ser observado com o enunciados do PV [b], [c] e [d]:

*Aumento da exclusão*

[alguém] [*provoca o aumento*] [*da exclusão*]

[alguém] [*exclui*] [*alguém/ algo*]

*Proliferação nuclear*

[alguém] [*prolifera*] [*nuclear*]

### *Devastação ambiental*

[alguém] [devastar] [o ambiente]

### *Má disposição de resíduos industriais*

[alguém] [dispor de resíduos industriais] [mal]

Explicitamos as transformações lingüísticas sofridas pelos enunciados acima, não porque acreditamos que, ao recuperar tais transformações, desvendariamos os lugares atribuídos aos sujeitos enunciadore, mas para mostrar que a superfície lingüística pode apresentar a simplicidade da forma à primeira vista, dando a impressão de se tratar de relações precisas e definitivas. A nominalização “transforma” com freqüência processos abstratos em “objetos” sem complexidade.

Embora possamos recuperar, em parte, possíveis transformações ocorridas nos exemplos acima, é possível observar certa indistinção e indefinição dos sujeitos das práticas de destruição da natureza. Esta indistinção do agenciamento<sup>60</sup> produz o efeito de estabilização da designação da “crise” (que passa a ser a única possibilidade de referência para o meio ambiente) e uma especificidade do próprio agenciamento, silenciando outras possíveis designações para “natureza”.

Após o exame das transformações mencionadas acima, também é possível perceber que o sujeito “agente” que se configura intradiscursivamente se constitui em entidades abstratas: *proliferação*; *má disposição*; *devastação*; *degradation* etc. São substantivos abstratos

---

<sup>60</sup> Não se trata de um indivíduo que age no mundo dotado da plena consciência do seu dizer.

resultantes de uma transformação significativa, ou seja, enunciados que passam da estrutura SVO para a nominalização. Cada um dos itens lexicais tomados individualmente implica uma síntese de ordem sintática. Na forma superficial resultante da transformação, o que vemos, como leitores, é a versão verbal da ação que foi realizada, e dessa forma, nossa atenção é direcionada para o que está presente na superfície lingüística e “desviada”, por assim dizer, do que “já não está mais lá” .

Um outro efeito dessas transformações reside na mudança do conceito que passa de verbo a substantivo. Kress (1979 e 1987) sugere que verbos em inglês, por exemplo, tendem a se referir a ações ou processos e que substantivos costumam se referir a objetos, conceitos e noções abstratos.

Assim, o fenômeno da devastação, da degradação ambiental como atividades que foram iniciadas e realizadas por determinados sujeitos sociais, num lugar e tempo determinados, passa agora a ter existência autônoma, podendo aparecer como o sujeito “agente” numa nova formulação lingüística.

### 5.3. Natureza sustentável: a construção de um objeto

No debate ecológico-político-partidário, a questão da “preservação do meio ambiente” está ligada a uma concepção de “natureza” como elemento que contém o “ser humano”. A natureza é vista, assim, como um elemento abrangente que englobaria os demais elementos do planeta (uma vez que,

numa visão “verde” do mundo, aparentemente não haveria separação entre homem e natureza).

Nos últimos anos, observamos uma significativa tentativa de reconfiguração da relação Homem-natureza através do discurso do “meio ambiente sustentável” e de formas de desenvolvimento “sustentáveis” (Macnaghten & Urry, 1998). Papéis sociais e responsabilidades institucionais são necessariamente redefinidos a partir desse paradigma. Atualmente, qualquer discussão a respeito de questões ambientais passa invariavelmente pela noção de sustentabilidade.

### 5.3.1. Sujeito e natureza

O que a entrada do “humano” provoca nas formulações dos dois partidos?

A relação de dependência a qual nos referimos (cf. 5.1.) nos remete invariavelmente à discussão no contexto político do papel do “agenciamento humano” (ação humana) no meio ambiente.

No que diz respeito à política partidária, a configuração da interlocução se dá através do estabelecimento de uma relação do Homem e suas práticas cotidianas, nas quais acredita-se que o sujeito encontraria motivação para se informar a respeito de questões ambientais a ponto de participar efetivamente da defesa da natureza. Na forma partidária que busque verificar como percepções sobre o meio ambiente permeiam a atividade humana, a dimensão institucional é determinante.

Sob o prisma da sustentabilidade, em princípio, ambientalistas estariam compartilhando da mesma linguagem ou retórica. O termo foi cunhado a partir da definição elaborada no Relatório Brundtland, em 1987 e, mais tarde, endossada por governos dos países que participaram da conferência Rio-92. A definição de sustentabilidade elaborada por Brundtland diz: *“sustainable development is defined as development which meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs”* (WCED, 1987).

Nos documentos dos partidos verdes, essa “natureza” e, por sua vez, o próprio “mundo”, é designado como algo que se revela como sendo “finito”. Essa característica da natureza e tudo que a ela está ligado como algo que tem “um fim”, um limite, embasa a posição dos chamados “*greens/verdes*” em direção a algo que seja “sustentável”; ou seja, uma sociedade “sustentável”.

Dobson (1991: 05) resume a crítica feita pelos “verdes” a nossa vida cotidiana em relação à expectativa humana de aspirar crescimento infinito em um planeta que é finito em tamanho e capacidade:

*Resources are finite, say the Greens<sup>61</sup>, yet we extract and use them as if they were limitless. We make little effort to control population growth, despite the finite amount of land on which to*

---

<sup>61</sup> Dobson (*op. cit*) (entre outros autores), faz uma distinção entre os “greens” (com “g” minúsculo) que se referem àqueles que pensam que os problemas ambientais serão resolvidos dentro do atual sistema econômico e político que criou o próprio problema, e os “Greens” (com “G” maiúsculo), que segundo o autor, referem-se aos que acreditam que uma sociedade sustentável só poderá ser alcançada através de uma mudança fundamental no sistema. O autor também sustenta a distinção entre “ambientalistas” e “Verdes”. Enquanto os “ambientalistas” procuram “tratar os sintomas” do problema ambiental, os “Verdes” buscam atacar as causas.

*put people and from which to feed them. We pour our waste and pollution into the land and sea as though they could absorb it forever. All this, for Greens, means that we are living 'unsustainably'.*

Dessa forma, para os *Greens*, a solução para os problemas ambientais estaria em uma sociedade dita sustentável, a qual encontraria maneiras de diminuir a extração de recursos naturais e a produção e consumo de produtos/mercadorias, ao invés de maximizá-los.

Nos documentos dos partidos verdes — tanto no *PV* brasileiro como no *Green Party* britânico —, o conceito do “sustentável” está dado aprioristicamente, já determinado por “desenvolvimento”. Trata-se do “desenvolvimento sustentável” apresentado como única possibilidade e como um dado sobre o qual não haveria controvérsia.

Tomemos os seguintes enunciados encontrados nos manifestos dos partidos verdes:

[84] *“The Green Party (...) is committed to **creating a society in which individuals, through their ability to satisfy their basic needs more fully, are then able better to contribute to future sustainability.**” (Green Party Manifesto, PB 403)*

[85] *“A critical examination for the management of a growth economy and its effects on society has revealed that the trend towards centralization of industry and government, while apparently necessary for the maintenance of the system, often works against the interests of the people in general. It*

*follows that **decentralization in all forms plays an important part in the scenarios presented for a sustainable society.***” (Green Party Manifesto, PB 306)

[86] *“An integral part of this principle is that mankind should take care not to damage the ecological equilibrium of nature. **This need not imply a return to a pre-technological existence...**”* (Green Party Manifesto, PB 303)

[87] *“There is a complex and in some respects an uneasy relationship between the **ideal of decentralization** and the fifth principle of **overall democratic coordination**, which must be world-wide if an ecological, **sustainable way of life is to be a reality.**”* (Green Party Manifesto, PB 307)

[88] *“The Earth's physical resources are finite. We threaten our future if we try to live beyond those means, so **we must build a sustainable society that guarantees our long-term future.**”* (Green Party Manifesto, Amended 2000)

[89] *“We can, nevertheless, identify a number of principles upon which a **truly sustainable society will be based.**”* (Green Party Manifesto, Amended, 2000)

[90] *“The central integrating principle underlying all Green Party policies is that **all human activities must be indefinitely sustainable.** They must neither use resources faster than they can be replaced, nor create effects or products which cannot be assimilated indefinitely by the environment.”* (Green Party Manifesto, Amended 2000)

[91] *“A **sustainable society can be prosperous, but it cannot have continually rising affluence (...)** Some redistribution of income will be required. What wealth there is must be shared in such a way **that everyone***

*has a guarantee of economic security, otherwise people will not heed ecological restraints in their daily lives.” (Green Party Manifesto, amended, 2000)*

[92] **“Os verdes propugnam o ecodesenvolvimento (ou desenvolvimento sustentável) como um caminho para combater a miséria e o desperdício. Isso significa gerar trabalho e empregos de forma intensiva na preservação e recuperação ambiental e desenvolver novos setores da economia baseados em **tecnologias limpas e não poluentes.**” (Manifesto do PV)**

A separação entre o “natural” e o “humano” produz e justifica o lugar da “sustentabilidade”, pois a atividade humana é tida como a maior responsável pela degradação ambiental. Nos enunciados [81, 82, 83], vemos a afirmação do lugar da ruptura Homem-natureza, pois se espera que o Homem possa se conscientizar e construir uma sociedade mais equilibrada, mesmo sem abrir mão das formas de desenvolvimento.

Em vários momentos da nossa análise, nota-se que a separação Homem X natureza, configurada como uma lacuna, como algo a ser corrigido, é o que, na verdade, sustenta o discurso “verde”. Sem essa separação, ou sem o constante fazer referência a ela, o discurso ecológico-político-partidário se esvazia, perde seu eixo, sua força persuasiva. Assim como nos estudos semânticos, o que lhe moveu durante muito tempo está na tentativa ou no desejo de reposição de uma falta (de um ficar de fora) no discurso ecológico-político-partidário; o desejo de restituição do Homem ao estado de completa harmonia com a natureza (que talvez nunca tenha

passado de um desejo romântico) acaba por se tornar uma espécie de utopia ou de questão aberta que está no cerne de sua existência, justificando-a e legitimando sua relevância. Dito de outra forma, o discurso ecológico-político-partidário só pode enunciar desse lugar, ou seja, dessa separação constitutiva em torno da qual esse discurso se constrói e se alimenta. Cabe retomarmos o enunciado:

[59] *“Traditional politics divides humans from nature and the individual from society. The rejection of this way of seeing the world is fundamental to Green philosophy. Rather than set them against each other, the Green Party seeks healthy interdependence of individual, nature and society.”*  
(*Green Party Manifesto*, PB 106, amended March 2001)

A “tradição” a que se refere esse excerto não se configurou historicamente somente na perspectiva política. A superioridade do Homem frente à natureza não se produziu somente pela via política e não é, portanto, privilégio desse universo. Todo discurso sobre o meio ambiente no contexto partidário tem a possibilidade de existência (e de algum grau de eficácia no cenário político) irremediavelmente atrelada à condição de considerar tanto o conceito de sustentabilidade como o tratamento da divisão Homem X natureza.

## Conclusões parciais

O que sustenta a tese da “sustentabilidade”, tanto no *PV* como no *Green Party*, é o dilema da “reposição” do *humano* na *natureza*, e é a permanência dessa mesma ruptura que constitui o discurso ecológico-político-partidário. O discurso ecológico-político-partidário se alimenta e se reproduz nessa separação que lhe serve de base — que é, ao mesmo tempo, ponto de partida e de chegada. A ruptura Homem X natureza é a condição da possibilidade de existência do discurso ecológico-político-partidário.

O objeto “natureza” é um objeto que não é sempre o mesmo, mas funciona como se tivesse uma estabilidade, como se toda a vez que falássemos de “natureza” estivéssemos concordando sobre o fato de que estaríamos falando da mesma coisa, embora, com freqüência, estejamos falando de coisas diferentes. Assim, esta instabilidade significativamente real do objeto se apresenta sob a forma de uma estabilidade desse mesmo objeto, e é esse o jogo que se dá entre uma ilusão de unidade e de fonte do dizer e a efetiva dispersão do sentido pela interdiscursividade, pois o sentido se constrói na medida em que o interdiscurso faz a linguagem significar.

O processo de construção da significação se dá pelo fato de haver uma dispersão dos sentidos, um deslize da própria designação.

## CAPÍTULO 6

### O EFEITO METAFÓRICO NA POLÍTICA “VERDE”

*“Following Lacan, we see all our knowledge of nature (and indeed, society!) as essentially metaphorical”*

M.A. Hajer

Este capítulo tem por objetivo principal examinar como a metáfora, em relação à ecologia, produz uma concepção de natureza que contribui para a configuração do processo de designação no âmbito do discurso ecológico-político.

Nossa opção analítica em torno da questão metafórica se justifica por uma forte “insistência” observada nos documentos que compõem nosso *corpus* de análise quanto à necessidade ou “desejo” de alcançar uma forma de pensar “verde”, essência da filosofia ecológico-política. Nessa medida, parece-nos relevante observar como o elemento metafórico contribui para o

funcionamento enunciativo dos dizeres sobre o meio ambiente no universo político-partidário.

Teoricamente, partimos do pressuposto de que sentidos metafóricos constituem todo e qualquer discurso. Apoiamo-nos no dizer de Pêcheux (1990), que adota uma concepção de metáfora e de metonímia como elementos integrantes de todo processo de produção de sentidos. Produzir sentido é metaforizar sempre. O postulado de Pêcheux contraria uma concepção reducionista da metáfora vista como desvio de um sentido em relação a sua literalidade (seu aspecto “comum”) e pressuposta origem. Nessa visão, a metáfora consiste em apresentar um referente (um ser ou idéia) nomeado, através de outro nome ou expressão.

Outros estudiosos da questão da metáfora vão além do seu caráter lingüístico e a consideram como estratégia argumentativa, ou seja, como recurso empregado quando se pretende convencer o interlocutor (Pereiman & Olbrecht-tyteca (1970). Searle (1981), por exemplo, aborda a escolha “consciente” do locutor por uma expressão metafórica, motivado por sua força comunicativa. Fairclough (1991: 194) argumenta que a metáfora não é um simples adorno superficial estilístico. Ao significarmos por meio de uma metáfora, estamos construindo uma realidade de determinada forma e não de outra.

A questão metafórica também foi explorada por Lakoff & Johnson (1980). Os autores desenvolvem o termo “*conceptual metaphor*” (metáfora conceitual) para designar um processo que consideram constitutivo da forma como nós, seres humanos, concebemos o mundo, ou seja, acreditam que

nosso sistema conceitual ordinário (processos que envolvem como pensamos e agimos) está configurado metaforicamente.

Lakoff & Johnson (*op. cit.*: 7) argumentam que uma análise da questão metafórica deve ir além do aspecto puramente lingüístico (a metáfora não se refere somente às palavras que utilizamos) e buscar abranger conceitos que formulamos:

*Metaphorical expressions in everyday language can give us insight into the metaphorical nature of the concepts that structure our everyday activities.*

Nessa concepção, as metáforas só podem ser expressas lingüisticamente porque estão na base do sistema conceitual humano, o que significa dizer que por estarem arraigados em nossa cultura, os conceitos metafóricos exercem um *trabalho* de caráter imperceptível e até mesmo inconsciente.

Alguns conceitos metafóricos encontram-se tão naturalizados em determinada cultura que as pessoas chegam a ponto de sentirem dificuldade para delas “escapar” em seu discurso, pensamento, ação. A nosso ver, essa parece ser a maior contribuição de Lakoff & Johnson na discussão sobre o conceito de metáfora, ou seja, o argumento de que há expressões metafóricas que permeiam nossa fala habitualmente, mas que já nem poderíamos considerá-las enquanto metáforas, dado o seu caráter “natural”. Faz-se necessário uma ressalva em relação à abordagem da metáfora elaborada pelos autores em questão. O tratamento dado por Lakoff &

Johnson à questão metafórica está apoiado numa concepção cognitivista, dependente de um procedimento de raciocínio do ser humano.

Assim, afastamo-nos dessa concepção de metáfora, pois nosso esforço neste trabalho é mostrar que o processo metafórico não está preso à literalidade.

## 6.1. Funcionamento de figuras de discurso

Ao examinarmos as formulações presentes no *corpus* de análise observamos que, em princípio, trata-se de um discurso que recorre sobretudo ao que o senso comum reconheceria como “metáforas” e o que optamos por chamar de “metáforas óbvias”.

Interessa-nos examinar como metáforas (óbvias) explícitas no fio do discurso e reconhecidas no nível do senso comum funcionam enunciativamente e contribuem para configurar o caráter (imaginário) de “greeness” (o “ser verde”) e para formular uma possível concepção do que vem a ser a “essência” da natureza e sua relação com a atividade política.

O que aqui chamamos de “metáfora óbvia” tem a ver com o que tradicionalmente optou-se por designar *metáfora propriamente dita*, num reforço da idéia entre o sentido literal e o sentido figurado. Em outras palavras, são termos que são tradicionalmente passíveis de classificação, quando uma palavra ou frase estabelece uma comparação entre duas idéias. Faz-se necessário levar em consideração que reflexões sobre o conceito de metáfora passam por uma tradição da relação metafórico-literal.

Através da recorrência das figuras de discurso (aqui estamos emprestando o termo *figuras de discurso* no sentido em que ele é usado por Grigoletto (1998) para se referir àquelas expressões que, pelos estudos tradicionais sobre figuras de linguagem, designariam as metáforas explícitas), podemos compreender um dos aspectos do processo designativo nos dizeres sobre o meio ambiente em relação ao funcionamento metafórico e sua contribuição para a ilusão da estabilidade referencial.

Ao usar o termo "figuras de discurso", gostaríamos de estar contemplando uma abordagem da perspectiva discursiva em relação à metáfora, ou seja, tomando-as não como desvios, mas como "deslize ou transferência" (Pechêux, 1990).

Postulamos que o funcionamento metafórico no discurso ecológico-político-partidário organiza os conteúdos de um conhecimento científico que justifica a razão da existência da política verde e o modo pelo qual se constrói e se percebe a natureza.

Por essa via, as metáforas contribuem para a construção de uma única maneira de dizer a realidade, silenciando, portanto, outras.

As metáforas vão articular entre si diferentes enunciadores, mas com aparência de discurso homogêneo, enunciado pela voz do partido e em relação a um referente único, objeto identificável no mundo, ao qual se pode ter acesso e sobre o qual tudo se pode conhecer.

A hipótese que pretendemos seguir (reforçando a análise do capítulo 5) é a de que não há uma única "natureza" esperando ser salva, seja por grupos ambientalistas, seja pela política partidária "verde". Pelo contrário, é

a multiplicidade de “naturezas” que acaba por produzir, também pelo trabalho metafórico, um “mundo natural” aparentemente único. É essa multiplicidade que constrói a “causa verde”. A metáfora estaria, assim, funcionando como um modo de caracterizar as designações dos dizeres sobre o meio ambiente.

### 6.1.1. Metáfora diretriz : *a salvação da natureza*

É consenso entre os vários dizeres sobre o meio ambiente nos mais variados domínios em que eles são formulados (política, antropologia, educação, geografia, ecologia, ciências sociais etc.) que o objetivo final e crucial seja o que se convencionou chamar de “salvação da natureza”. Essa expressão, construída no interior de diferentes discursos — e também na relação entre esses discursos —, adquire valor de senso comum com a tendência de ir além das “fronteiras” ou especificidades das diversas áreas do conhecimento humano, chegando a produzir uma objetividade que a deixa até mesmo fora da história ou da ideologia. Em outras palavras, o “lugar” aparentemente objetivo, ou que se pretende “neutro”, acaba produzindo um desconhecimento desse próprio lugar.

No caso da política partidária, a figura “salvação da natureza” constitui elemento “diferenciador” dos partidos verdes em relação às outras legendas, embora eles pretendam, como afirmam, dar conta de outras questões de cunho social e econômico. O senso comum reiterado pelos diversos discursos da academia legitima a “bandeira” partidária de

“salvação da natureza” que, por sua vez, permite a organização argumentativa das formulações dos partidos verdes sobre o meio ambiente. Como resultado, a “salvação da natureza” torna-se uma figura que aqui funciona como diretriz do processo metafórico depreendido do exame do discurso ecológico-político-partidário.

Essa metáfora diretriz, por assim dizer, nos permite tirar conclusões a respeito de um efeito de homogeneidade que ela produz em relação ao conjunto das outras figuras do discurso observadas no *corpus*. A metáfora diretriz articula e dá coerência a toda uma orientação discursiva, especialmente quando essa metáfora “central”, em razão de sua presença freqüente, habitual, já não é mais percebida enquanto metáfora, mas como expressão que retrata de modo fiel uma realidade tal como ela é, ou seja, independentemente de qualquer intermediação pela linguagem. É como se a metáfora pudesse falar tudo a respeito do objeto referido (a natureza, o meio ambiente), como se “sempre soubesse” o que se passa com ele, o que seria o melhor para ele, como ele realmente é e do que necessita; enfim, fornecer um diagnóstico sobre o mundo.

Assim, a natureza “ameaçada” precisa ser “protegida” para ser “salva”. São inúmeras as formulações, encontradas no *corpus*, que contemplam a proteção e defesa da natureza. Apresentamos algumas para iniciarmos nossa discussão:

[93] “*Conservation of land and natural resources will be very important in order to **protect the natural environment** from pollution and degradation.” (Green Party Manifesto, amended 2000)*

[94] “Green Party recognises the limits of humanity's powers to observe and understand natural processes and therefore recognises the necessity for **protecting biodiversity for its own sake.**” (Green Party Manifesto, amended 2000)

[95] “O PV pretende (...) a criação de uma guarda florestal voluntária, constituída de seringueiros com a missão de defender as reservas extrativistas, protegendo-as de desmatamentos e queimadas”. (Manifesto do PV)

[96] “É objetivo do PV: 3.2. SALVAR AS CRIANÇAS CARENTES: Uma política de **salvação física e cultural de milhões de crianças abandonadas**, principal problema social do Brasil, através da mobilização de recursos nacionais e internacionais e uma política de assistência local comunitária.” (Manifesto do PV)

[97] “... investir diretamente e estimular investimento privado na criação de empregos com utilização intensiva de mão de obra na **proteção e recuperação ambiental**: reflorestamento, reconstituição de áreas degradadas, proteção e conservação de florestas e parques.” (Manifesto do Partido Verde)

Tentaremos demonstrar, a seguir, como o trabalho metafórico trabalha certas expressões que, por sua vez, articulam-se para, de certa forma, “multiplicar” o seu efeito de caracterização do processo de designação no discurso ecológico-político-partidário.

Inicialmente, argumentamos que as figuras observadas se articulam e se integram mediante uma *metáfora bélica*, tornando o mundo um “campo

de batalha” e colocando os sujeitos desse processo em lugares, posições antagônicas, apesar da presença de uma outra metáfora que permeia os discursos sobre o meio ambiente, ou seja, a metáfora do “mesmo barco”:

[98] “A proposta verde deve estar comprometida até a raiz dos cabelos com a erradicação da miséria e com a libertação da classe produtiva do jugo dos interesses econômicos, isso no entanto não significa privilegiar uma classe em detrimento de outra e esta é a grande diferença ideológica da proposta verde, que não procura dividir o mundo em explorados e exploradores, porque **estamos todos no mesmo barco**”. (Manifesto do PV, Propostas, 1986: 29)

A metáfora do “mesmo barco” significa que todos nós, seres humanos, compartilhamos dos mesmos recursos naturais (e finitos) do planeta, além dos meios para o desenvolvimento, e que, a menos que aprendamos a cooperar como uma única entidade global, correremos o risco de uma catástrofe comum. Esse conceito apareceu nos anos 80 em relação às ameaças nucleares, mas acabou sendo empregado com referência a outros riscos ambientais tais como chuva ácida, destruição da camada de ozônio e efeito estufa, que passaram a ser considerados riscos que transcendiam as fronteiras nacionais (Macnaghten & Urry, 1998).

O “estar todos no mesmo barco” poderia, inicialmente, sugerir que haveria uma mesma realidade partilhada por todos, sem exceção e no mesmo nível. Barcos são meios de transporte geralmente menores que navios (talvez mais frágeis) utilizados em travessias sobre águas (que

podem estar calmas ou agitadas) em uma certa direção, com um destino a cumprir. O “barco da crise ecológica” pretende significar que a crise e a ameaça de destruição ambiental atinge a todos sem exceção. Todas as nações, todos os povos estariam sendo afetados da mesma forma, pelos mesmos problemas ecológicos e sociais. Lembra-nos o discurso apocalíptico, que se trata de um barco que pode ficar sem rumo, a menos que todos se conscientizem da necessidade de salvar a natureza da exploração desenfreada. O caminho, então, para escapar da deriva, seria a sustentabilidade, caminho insistentemente perseguido pelos dizeres dos partidos verdes e imaginariamente construído como uno, apesar da heterogeneidade do próprio conceito. Os ocupantes do mesmo barco (“todos”) não formam um grupo homogêneo, além de não poderem evitar uma hierarquia determinante. A análise dos lugares sociais e dos *lugares de dizer*, apresentada no capítulo 4, nos fornece elementos para identificar as posições dos ocupantes desse barco. O piloto, aquele que dá direção ao barco e conduz os passageiros são as nações industrializadas, representantes do Primeiro Mundo, idealizadores e teóricos da sustentabilidade e produtores de novas tecnologias.

É a metáfora do “mesmo barco” que sustenta o funcionamento e a eficácia tanto da metáfora bélica quanto da metáfora “salvação da natureza”. Ela contribui para referir o mundo como entidade com potencial para a harmonia, para a ausência de uma relação sem conflitos ou oposições entre os seus vários componentes. Essa relação de dependência entre essas

figuras não é óbvia e requer um trabalho analítico para que seja possível a compreensão de alguns sentidos que a partir dela são produzidos.

### *A metáfora bélica – o mundo como um campo de batalha*

Ainda procurando elaborar melhor a nossa argumentação inicialmente sugerida no que diz respeito à ruptura que se estabelece nos dizeres sobre o meio ambiente entre *humano* e *natureza*, torna-se pertinente apresentar e discutir a metáfora bélica. Retomamos, aqui, o que foi dito anteriormente, ou seja, que a metáfora bélica, de certa maneira, organiza as figuras de discurso apreendidas na análise do material selecionado. Embora as figuras aqui elencadas produzam a aparência de homogeneidade dos discursos sobre o meio ambiente em vários domínios do conhecimento humano, é possível observar o trabalho da *metáfora bélica* favorecendo o reforço da ruptura humano-natureza e evidenciando contradições em outra figura de efeito homogeneizador do processo designativo, ou seja, a metáfora do “mesmo barco”.

A dimensão da ruptura Homem-natureza pode ser observada em formulações que reconhecem o estabelecimento de uma “guerra” declarada à natureza:

[99] ***“We are waging an undeclared war on the natural world. In just over forty years, 140,000 miles of wildlife-rich hedgerow and more than 95% of unimproved meadows have been lost. Original-growth woodland has all but disappeared and an area the size of Bristol is concreted over every year. 17% of Britain’s invertebrate species and five-ninths of our bird species are in***

*decline. Our antipathy to the natural world infects our farms, laboratories and trade practices, where animals are treated as commodities. They are even hunted for fun.” (Green Party General Election Manifesto, 2001)*

[100] “O Brasil é um dos países do mundo com **mais natureza e vida a defender** e, simultaneamente, um dos países onde elas estão sendo mais rapidamente **devastadas pela voracidade** dos modelos econômicos, **predatórios**, do capitalismo **selvagem**, pelo descaso e inoperância do estado e pelo ainda baixo **nível de consciência e organização** dos cidadãos.” (Manifesto do PV, Propostas, 1986:10)

[101] “O Partido Verde não pretende o monopólio de nenhuma dessas **bandeiras que defende**, sabe que em torno de cada uma delas encontrará **aliados** noutros partidos e na sociedade em geral. Considera, no entanto, que a sua formação e atuação independente será uma contribuição importante nessa **luta**”. (Manifesto do PV, Propostas, 1986:09)

[102] “(...) dificilmente existirá outra nação onde a potencialidade da causa ecológica seja tão grande. Também dificilmente existirá outra nação onde a **urgência dessa luta** seja tamanha”. (Manifesto do PV, Propostas, 1986:10)

[103] “A Constituição em matéria ambiental deve corresponder ao **erguimento de uma paliçada** defensiva dos indivíduos e associações perante o poder econômico e o poder do Estado”. (Manifesto do PV, Propostas, 1986: 41)

[104] [O PV] considera necessária uma tomada de posição em bloco das nações **vítimas da rapina** promovida pelos bancos e administrada pelo FMI, pela reformulação completa do sistema financeiro internacional que favorece

essa **nova forma de pirataria e agiotagem** em escala planetária.  
(Manifesto do PV, Propostas, 1986: 54)

[105] “Um dos grandes desafios da proposta verde é **indicar os caminhos** do crescimento econômico e a preservação da natureza ao mesmo tempo, propondo **formas mais suaves de vida** sobre o planeta e isso envolve a participação nos centros de decisão e de poder, disputar eleições — e ganhá-las — formar organizações populares mobilizadas permanentemente, que atuem em todos os níveis de poder, pois permanecer **à margem**, como **pregam** alguns conservacionistas, é **entregar o ouro para os bandidos.**”  
(Manifesto do PV, Propostas, 1986: 29)

[106] “Nós, os Verdes, compartilhamos com muitas outras pessoas e grupos o movimento pacifista da esperança, assim como **o temor** com respeito ao nosso futuro”. (Manifesto do PV, Propostas, 1986: 65)

Embora a metáfora do “mesmo barco” possa sugerir um consenso a respeito do próprio mundo enquanto entidade física observável, ela acaba gerando oposições e alternâncias a respeito da “natureza” e do meio ambiente de modo metafórico. São essas oposições e alternâncias que passaremos a analisar em seguida, lembrando, mais uma vez, que não há uma “natureza” única a ser “salva”, e que nem sempre se trata de “salvar a natureza”.

Observamos, aqui, mais um elemento que indica a existência de mais de uma forma de representação do que é designado como “natureza”. Essas naturezas derivam e ao mesmo tempo fornecem recursos para vários tipos

de contestação e objeções em relação a transformações no que se chama de “natural”.

### *Natureza Ameaçada*

Essa noção, construída também metaforicamente, pode ser observada em variadas formas: em relação a espécies raras e sob o perigo de extinção; na percepção da natureza como um conjunto de recursos não-renováveis que deveriam ser preservados para gerações futuras; no sentido da natureza como um conjunto de sujeitos detentores de direitos (especialmente animais, mas incluindo também plantas); na noção de natureza como um corpo saudável e puro sob ameaça de poluição, de degradação.

A *natureza ameaçada* produz conceitos que ora funcionam por oposição, ora por alternância e que podem ser observados nos enunciados selecionados abaixo:

*(i) natureza equilibrada, estável x natureza frágil, indefesa*

[107] “*The earth is a **steady system**, as are the organisms that inhabit it: thus the only natural and probably sustainable economic system is one that obeys the same laws.*” (Manifesto, 1995)

[108] “... *mankind should take care **not to damage the ecological equilibrium of nature.***” (*The Green Party Manifesto*, 1995)

Nos enunciados [107] e [108], a natureza, designada como “*earth*” (Terra), é um sistema estável, em equilíbrio, com leis naturais que regulam todos os organismos que constituem o planeta.

[109] “*The Green Party places personal and political change at the heart of its response to **the ecological crises** and is committed to creating a society in which individuals, through their ability to satisfy their basic needs more fully, are then able better to contribute to **future sustainability**.*” (PB 403)

[110] “*(...) **the threat of global warming** can only be averted through a shift to renewable, non-polluting sources of energy and a reduction in **humanity’s greedy expectations**.*” (PB 205)

As formulações [109] e [110] trazem a noção de crise ecológica, de desequilíbrio do sistema estável referido no enunciado [110], deslocando também a estabilidade de todos os organismos que fazem parte do meio ambiente, neles incluindo a ação humana como elemento desencadeador das “ameaças” à natureza (“*humanity’s greedy expectations*”).

Nos enunciados [111], [112] e [113], o sistema estável (steady system) [107] é designado como “finito”, sujeito a ter um fim, ou frágil, “pequeno”, talvez “incapaz” de sustentar a vida, em [114].

[111] “*(...) we cannot go on indefinitely exploiting and wasting the natural resources of a **finite world**...*”

[112] “*(...) on a **finite world**, there is not an infinite supply of natural resources.*”

[113] “*Land is also in limited supply.*”

[114] “(...) de nada adiantarão a excelência de nossas organizações, a distribuição justa das riquezas, a felicidade dos povos, se nosso **pequeno planeta** tornar-se **incapaz** de sustentar a vida humana. A questão ecológica dever ser o **pano de fundo** de todas as outras **lutas** importantes da humanidade, devido à sua urgência e falta de alternativas já que a **humanidade não dispõe de outro lugar para viver.**” (MPV, 1986: 28)

As formulações [115 - 118] permitem articular, pelo lugar de pertencimento à natureza, o humano e o não-humano, ou seja, o ser humano é designado como espécie em extinção, que aqui se equivale aos animais em extinção, estes geralmente referidos como não-humanos no discurso ambientalista. Ao ocupar o lugar da “espécie em extinção”, o humano, por outro lado, acaba por ocupar um “não-lugar”, pois se observa uma exclusão do humano das atividades que produzem a “ameaça à espécie”, tais como “poluição”, “invasão química”, “criminosos ecológicos” etc. Em outras palavras, no dizer ecológico-político-partidário, o homem está ao mesmo tempo *dentro* e *fora* da natureza. Quando está fora é responsável pela devastação ambiental e quando é considerado parte integrante da natureza, torna-se vítima da degradação.

[115] “Nossa **espécie vive ameaçada** pela poluição, invasão química dos alimentos, por **criminosos** ecológicos impunes, pela **catástrofe** nuclear e, principalmente, pela destruição desigual das riquezas, o que gera miséria,

discriminações, **escravização pelo trabalho** remunerado abaixo das necessidades do trabalhador e a fome”. (MPV, 1986:27)

[116] “Esta imagem falsa da Ecologia ... tem contribuído para reduzi-la a uma coisa meio lírica, identificada com passarinhos e borboletas, verde e sanduíche natural e distanciada da **mais séria de todas as ameaças: a extinção da espécie humana**”. (MPV, 1986: 27)

[117] “*Our lives are made up of millions of **decisions which shape the future of our planet.***” (Leaflet Green Party, England, 1997)

[118] “***Depletion** dates themselves are useful mainly in defining the **degree or urgency with which any particular threat of resource depletion has to be tackled.** What is more significant is that these **predictions** are made at all, for it shows that there is universal acceptance that we will exploit all our resources to the point of depletion. This means that society must accept that either we, our children or our grandchildren will have to live through times of gradually increasing hardship and scarcity of resources until, ultimately, some are no longer available. In other words, whatever decisions to curb the consumption of resources are not taken by us will have to be borne by our descendants. For our generation to shrink the responsibility for these decisions is the ultimate social cowardice.*” (PB 204)

## (ii) *Homem como parte da natureza x Homem separado da natureza*

A oposição ou alternância entre o homem como parte do meio ambiente e dele excluído pode ser ilustrada pelos enunciados a seguir. Quando o Homem faz parte da natureza, ela é designada como uma

“complexa teia de vida” que exige “respeito”. Trata-se de uma natureza caracterizada pela “pureza”, “poder moral”, para ser venerada, apreciada, apresentando até mesmo propriedades “sagradas”. Nesse processo, o Homem/ a humanidade é “dependente” do meio para a sua sobrevivência:

[119] “(...) **respect for the complex web of life of which we are all part.**”  
(*Green Party Manifesto*)

[120] “*The Green Party seeks **healthy interdependence** of individual, nature and society.*” (*Green Party Manifesto*)

[121 ] “**Humankind depends on its environment for its welfare.**” (*Green Party Manifesto*)

[122] “**The human species is a latecomer to the biosphere. Our survival depends upon the continued survival of all the ecosystems which evolved before us.**” (*The Green Party Manifesto, Amendment 2001*)

Na exclusão do Homem da natureza, esta passa a ser designada como “explorada”, “dominada” pelo próprio Homem; quando vista pelo Homem como sua “inimiga” [124], algo a ser utilizado e “descartado” [125]; cabe a este exercer controle sobre o meio ambiente. A justificativa para tal intervenção, para a exploração da natureza está na crença de que o Homem não faz parte dela.

[123 {59}] “*Traditional politics **divides humans from nature and their individual from society.***” (*Green Party Manifesto*)

[124] “O sistema industrial de civilização vem conduzindo a sociedade cada vez mais para um beco sem saída. Neste contexto a existência humana foi entendida apenas no sentido da exploração e do **domínio do homem sobre o homem e sobre a natureza**, na qual se via **sempre uma inimiga**”. (Manifesto do PV, Propostas, 1986: 67)

[125] “**Nosso planeta não é descartável** e de nada adiantará acumularmos riquezas individuais ou **tomarmos o poder se a Terra tornar-se incapaz de sustentar a vida!**” (Manifesto do PV, Propostas, 1986: 29)

## Conclusões Parciais

As oposições e alternâncias aqui analisadas não devem ser interpretadas como categorias fixas e rígidas, estanques umas das outras e definidas nos/ pelos sentidos que produzem. Caminhar por essa via implica novamente sermos seduzidos pela homogeneidade de sentidos que temos nos esforçado para confrontar. Na verdade, elas têm a função de organizar a análise e tornar mais evidente alguns aspectos do jogo metafórico que permeiam os dizeres sobre o meio ambiente no âmbito da política partidária, fornecendo alguns subsídios para a compreensão dos processos designativos depreendidos da análise do *corpus* e para a própria noção de designação. A observação das oposições e alternâncias apresentadas permite, em certa medida, consolidar a concepção da relação designativa adotada neste estudo, qual seja, da instabilidade constitutiva no processo de construção de um objeto pela linguagem. As oposições e alternâncias

convivem, se articulam entre si e se confrontam, num constante movimento dos sentidos.

Argumentamos que o funcionamento das figuras estava sempre em relação de correspondência com a metáfora diretriz “salvação da natureza”, que, por sua vez, funciona através de uma inter-relação com a metáfora “no mesmo barco”. Essa relação, capaz de produzir uma espécie de “fio condutor” do processo designativo, organizando as designações sobre “natureza” e “meio ambiente”, através de figuras que invariavelmente seriam remetidas ao efeito de senso comum da metáfora diretriz, acaba por revelar que o objeto no mundo (a natureza) não define sua materialidade, ou, se podemos dizer, sua “realidade”, de forma transparente, unívoca e definitiva. A “natureza” que se apresenta como “sistema estável”, “pura” e “sagrada” é também a “natureza” “frágil”, “explorada” ou, ainda, “nociva”, “inimiga”, que “provoca relações de dependência”. Dizer, por um lado, que a *natureza* é “equilibrada” e, por outro, que é “agressiva”, sinaliza para uma instabilidade materialmente observável na construção desse objeto. Não se trata do mundo fisicamente definido pela ciência, mas sim do objeto que a linguagem descreve, que a linguagem refere.

Não consciente dessa dispersão designativa, a voz do senso comum acredita que a “natureza” enunciada nos documentos dos partidos verdes é a única natureza a “ser defendida”.

É também relevante apontar que a metáfora diretriz produz uma estabilização designativa que aponta para um funcionamento enunciativo do lugar do universal, do já-lá, do já dito. Produz um conhecimento sobre o mundo que se apresenta sem rupturas e sem História. Uma concepção de

metáfora desatrelada da dicotomia tradicional sentido literal — sentido figurado parece ser capaz de ao mesmo tempo perceber a produção da aparente estabilização designativa e referencial e pôr em evidência a deriva dos sentidos, apontando, mesmo que a princípio pareça paradoxal, para a latência de outros sentidos.

As metáforas têm a capacidade de produzir a aparência de univocidade de um discurso através de uma fixação parcial dos sentidos advindos de sua interpretação. As concepções de natureza (e as atitudes em relação a ela) aqui discutidas revelam um caráter por vezes contraditório, não havendo, portanto, formas simples que levem as pessoas a “salvarem o meio ambiente”, mesmo estando sob a influência de metáforas do tipo “estamos no mesmo barco”.

Outro aspecto que merece ser observado diz respeito à possibilidade de se postular que o funcionamento de algumas figuras de discurso observadas nas formulações aqui selecionadas provoca um efeito de sentido que aponta para uma ilusória especificidade do discurso.

Assim, se levarmos em consideração o trabalho metafórico (figuras do discurso) e suas implicações para a questão tipológica, poderíamos sugerir que as figuras do discurso contribuem para a construção de uma tipologia aparentemente estável, associada ao discurso ecológico de modo generalizante.

## CONCLUSÃO

“(...) toda descrição (designação) já é um momento de algum esquema argumentativo.”

Žižek, S. *Um Mapa da Ideologia*

É chegado o momento de tentarmos sugerir algumas conclusões às quais chegamos após esse percurso de análise.

O presente estudo partiu de um interesse no chamado *discurso ecológico*, em razão da presença, cada vez mais significativa, de enunciados “ecológicos” no cotidiano. Julgamos, então, pertinente, do ponto de vista acadêmico, tentar conhecer aspectos do funcionamento enunciativo desse discurso.

Para desenvolver nosso estudo, optamos por analisar o discurso ecológico-político-partidário. Selecionamos, então, nosso *corpus*, composto por documentos (manifestos, propostas de governo etc.) produzidos por partidos verdes, especificamente o PV brasileiro e o Green Party inglês.

Adotando o aparato teórico e metodológico da Semântica Histórica da Enunciação, buscamos examinar processos de designação e constituição de referência no *corpus* selecionado. Tomamos os documentos produzidos pelos partidos verdes como textos “inaugurais”, lugar que revela a convivência de várias vozes reunidas em textos, aparentemente dirigidos à defesa de um objetivo comum.

Neste contexto, nossa pesquisa procurou identificar processos de instauração e produção de sentidos a partir da identificação de processos de designação, buscando confrontar, através da análise proposta, a aparente

estabilidade das designações e a univocidade do nome próprio (o nome do partido).

O exame dos processos de designação neste estudo envolveram (i) a análise da nomeação dos partidos; (ii) o gesto de siglar os partidos políticos e a constituição da sigla no funcionamento do nome dos partidos; (iii) os vários sentidos de *natureza*; (iv) a configuração da relação homem-natureza e (v) o conceito de *sustentabilidade*.

O gesto que aqui tentamos empreender, ou seja, de nos debruçarmos sobre conceitos de designação e modos de referência para compreendermos processos de construção de sentidos no discurso ecológico-político-partidário, produz efeitos e conseqüências para se pensar a questão da significação vista de uma maneira abrangente.

Foi-nos possível perceber, graças também à articulação do aparato teórico adotado e do material de análise selecionado, a efetiva relevância de se manter em aberto a questão da exterioridade da linguagem, questão que historicamente se (re)apresenta para todo semanticista e que, por sua própria natureza, recusa adotar o conclusivo, instigando, assim, novas pesquisas.

Nossa análise mostrou que o discurso ecológico-político-partidário, seja ele proferido pelo Green Party ou pelo PV, constitui-se como resultado de uma *tensão essencial* em que o modo de organização social e econômica capitalista tem papel determinante na configuração do elemento que representa a base do seu maior argumento (argumento-chave), ou seja, o eixo norteador do debate ecológico no âmbito da política partidária – o *desenvolvimento sustentável* (a sustentabilidade).

O dizer do discurso ecológico-político-partidário elabora-se em torno de um *conflito/dilema* que é a “reposição” do elemento humano como parte integrante da natureza. Ele tenta produzir uma sacralização relativa da natureza (pois que algum desenvolvimento precisa ser mantido de forma contínua, daí “sustentável”) inconsistente com a idéia totalizante da modernidade (construção predominantemente oriunda na europa industrializada de primeiro mundo) ao mesmo tempo que recorre a a concepções pós-modernistas de inclusão da subjetividade.

Observa-se, assim, um dualismo conflitante entre um pseudo-abandono de uma concepção modernista do mundo, em que a natureza ocupa posição “inferior” ao homem, que tem por meta, inclusive para a sobrevivência, subjugar e dominar a natureza em prol do progresso e do desenvolvimento tecnológico.

Essa tensão anteriormente mencionada se apresenta nessa relação provavelmente irreconciliável entre humano X natureza, quando esse desejo de inclusão e retorno tem na sua base o pensamento moderno. Permanecem em luta a visão modernista, lugar das totalidades, da ciência (que prioriza o objeto, em detrimento do sujeito) e a visão pós-moderna, em que a natureza adquire superioridade sobre o homem, que passa a ser aquele que destrói, que não observa os valores intrínsecos da natureza (vítima hoje, carrasco amanhã, pois que ela pode se vingar). A sustentabilidade, propõe o respeito à natureza, ao mesmo tempo que reconhece o preenchimento das necessidades de gerações futuras e o direito ao conforto, a uma vida material digna.

Este trabalho também pretende contribuir para estabelecer uma reflexão acerca da questão tipológica como efeito, como mais um lugar de promoção da estabilidade referencial. O dizer ecológico-político-partidário produz este efeito, apesar da heterogeneidade das designações que contribuem para o processo que o configura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado* (Trad. M.J. Evangelista). RJ: Ed. Graal (Tít. Original: *Positions*, 1976), 1987.
- \_\_\_\_\_. *Positions*. Paris: Editions Sociales, 1976.
- AUSTIN, J. (1962) *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- AUTHIER-REVUZ, J. "Hétérogénéités Énonciatives", *Langage*, Paris, Larousse, n.73, 1984.
- \_\_\_\_\_. "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours." *DRLAV*, 32, 1982.
- BAARSCHERS, William H. *Eco-facts & Eco-fiction - Understanding the Environmental Debate*. London: Routledge, 1996.
- BAKHTIN, M. (1929) (Volochinov) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, SP: Hicitec, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BEARD, A. *The Language of Politics*. New York: Routledge, 2000.
- BEAUVOIR, S. *Cartas a Nelson Algren – um amor transatlântico, 1947-1964* (Tradução de Marcia Neves Teixeira e Antonio Carlos A. de Athayde. Tít. Original: *Lettres à Nelson Algren*). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

- BECK, U. *Ecological Politics in na Age of Risk* , Cambridge: Polity Press, 1995.
- BENVENISTE, E. (1966) *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- \_\_\_\_\_. (1974) *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BLÜHDORN, I., KRAUSE, F. & SCHARF, T. (editors) *The Green Agenda - Environmental Politics and Policy in Germany*. Keele University Press, 1995.
- BLÜHDORN, I. *The Abolition of Nature: Nature and Ecology in German Social Theory*. Phd Thesis, University of Keele, Dep. Of Politics, 1998.
- BOMBERG, E. *Green Parties and Politics in the European Union*. London: Routledge, 1998.
- BOSREDON, B. e TAMBA, I. "Uma Balada em Toponímia: da Rua Descartes à Rua de Rennes". *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, 3. Campinas, Pontes, 1999.
- BRAMWELL, A. *The Fading of the Greens*. New Haven/London: Yale University Press, 1994.
- BRANDÃO, H.H.N. *Subjetividade, Argumentação, Polifonia. A Propaganda da Petrobrás*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas, SP: Ed. Campinas, 1991.
- CARMAGNANI, A. M. G. *A Argumentação e o Discurso Jornalístico: a questão da heterogeneidade em jornais ingleses e brasileiros*. Tese de Doutorado. LAEL: PUC-SP, 1996.

- CARVALHO, J. A. *Jornal Universitário*, Brazilian Open University, 2001.
- CHACON, V. *História dos Partidos Brasileiros*. Brasília: Editora Universidade de Brasília (1ª ed. 1981), 1998.
- CHEVALIER, J & CHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos*. 9 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed., 1995.
- CONLEY, V. A. *Ecopolitics. The Environment in Poststructuralist Thought*. London/New York: Routledge, 1997.
- DARIER, E. (ed.) *Discourses of the Environment*. Oxford: Blackwell, 1999.
- DELÉAGE, J.P. *História da Ecologia - uma ciência do homem e da natureza*. (Trad. Ana Maria Novais) Lisboa: Publicações Dom Quixote. (Tít. Original: *Histoire de l'écologie, une science de l' homme et de la nature*, 1991), 1993.
- DOBSON, A. *Green Political Thought*. London: Harper Collins, 1990.
- \_\_\_\_\_. *The Green Reader*. London: André Deutsch, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Green Political Thought* (segunda edição). London/New York: Routledge, 1995.
- DODDS, F. (ed.) *Into the 21<sup>st</sup> Century*. Basingstoke: Green Print, 1998.
- DRYSEK, John *The Politics of the Earth. Environmental Discourses*. Oxford University Press, 1997.
- DUCROT, O. (1984a) *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_. (1984b) "Referente". *Enciclopédia Einaudi*, 2. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.
- ELLIOT, R. (ed.) *Environmental Ethics*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. London: Polity Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Language and Power*. London: Longman, 1989.
- FELDMAN, F. "Reflexões para o Pós-Rio" in *Política Externa*, vol.2, n.1, p. 65-74, 1992.
- FREGE, G. (1892) "Sobre o Sentido e a Referência", *Lógica e Filosofia da Linguagem*. (Tradução de Paulo Alcoforado) São Paulo: Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.
- \_\_\_\_\_. (1892a) "Sobre o Conceito e o Objeto" *Lógica e Filosofia da Linguagem*. (Tradução de Paulo Alcoforado) São Paulo: Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.
- FUCHS, C. & PÊCHEUX, M. "Mises au point et perspective à propos de l'Analyse du Discours". *Langages*, 37. Paris: Larousse, 1975.
- GABEIRA, F. *Greenpeace - verde guerrilha da paz*. São Paulo: Clube do Livro, 1988.
- GABEIRA, F. et alii *Partido Verde - Propostas de Ecologia Política*. RJ: Ed. Anima, 1986.
- GADET, F. & HAK, T. (orgs) *Por Uma Análise Automática do Discurso - uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1990.
- GALBRAITH, J.K. *Anatomia do Poder*. São Paulo: Pioneira, 1989.
- GARNER, R. *Environmental Politics*. London: MacMillan Press Ltd, 1998.
- GONÇALVES, C.W.P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Ed. Contexto, 1990.
- GOODIN, R.E. *Green Political Theory*. Cambridge: Polity Press, 1992.

- GOODMAN, D. & REDCLIFT, M. (ed.) *Environment and development in Latin America - The politics of sustainability*. Manchester University Press, 1991.
- GRICE, H. P. (1957) "Meaning". In: Steingberg, E. & L. Jakobovits. *Semantics*, Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- GRICE, H.P. (1967) "Logic and Conversation". In: Cole, P. & Morgan, J. (ed) *Syntax and Semantics*, v.3, New York: Academic Press, 1975.
- GRIGOLETTO, M. *A Resistência das Palavras: Um Estudo do Discurso Político Britânico sobre a Índia (1942-1947)*. Tese de Doutorado. IEL. Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- GUATTARI, F. *As Três Ecologias*. Campinas, SP: Papyrus Ed., 1989.
- GUIMARÃES, E. *História e Sentido na Linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989a.
- \_\_\_\_\_. "Enunciação e formas de indeterminação". In: Orlandi, E.P., Guimarães, E. & Tarallo, F. *Vozes e Contrastes: Discurso na Cidade e no Campo*. São Paulo: Cortez, 1989b.
- \_\_\_\_\_. *Os Limites do Sentido - Um Estudo Histórico e Enunciativo da Linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. "Textualidade e Enunciação", in *Ver e Dizer*, Escritos, vol.2, pp. 03-12. Campinas, SP: Laboratórios de Estudos Urbanos Nudecri/Unicamp, 1999.
- \_\_\_\_\_. "O Político e os Espaços de Enunciação", Conferência no I Encontro Nacional de Linguagem, História, Cultura". Cáceres, UNEMAT, p. 2000a .

- \_\_\_\_\_. "Sentido e Acontecimento: Um Estudo do Nome Próprio de Pessoa", in *Revista Gragoatá*, UFF, p. 01-31, 2000b.
- HAJER, Maarten A. *The Politics of Environmental Discourse: Ecological Modernisation and the Policy Process*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- HENRY, P. *A Ferramenta Imperfeita; língua, sujeito e discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- HOBSBAWM, E. J. *O Novo Século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- HUBER, P. W. *Hard Green: Saving the Environment from the Environmentalists: a conservative manifesto*. New York: Basic Groups, 1999.
- INDURSKY, F. *A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes*. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 1997.
- INDURSKY, F. & FERREIRA, M.C.L. (orgs.) *Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999.
- KEITH, T. *O Homem e o Mundo Animal*. SP: Companhia das Letras, 1988.
- KRESS, G. "Educating readers: language in advertising" in J. Hawthorn (ed.) *Propaganda, Persuasion & Polemic*. London: Routledge, 1987.
- KRESS, G. & HODGE, R. *Language as ideology*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LAMB, R. *Promising the Earth*. London: Routledge, 1996.
- LEIS, H.R. (org.) *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

- MACNAGHTEN, P. & URRY, J. *Contested Natures*. London: Sage Publications, 1998.
- MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da Análise do Discurso*. (Trad. Márcio Venício Barbosa e Maria E. A. Lima) BH: Editora UFMG. (Tít. Original: *Les Termes Clés De L'Analyse du Discours*), 1998.
- MAINGUENEAU, D. (1987) *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- MARIANI, B. *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998.
- MCCORMICK, J. *The Global Environmental Movement*. London: Belhaven Press, 1992.
- MCKIBBEN, B. *O Fim da Natureza* (Trad. A B. Pinheiro de Lemos) Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Tít. Original: *The End of Nature*), 1989.
- MERCHANT, C. (ed.) *Ecology - Key Concepts in Critical Theory*. New Jersey: Humanities Press, 1994.
- MINC, C. *Como fazer movimento ecológico*. Rio de Janeiro: Ed.Vozes, Coleção Fazer, 1987.
- MOTTA, R.P.S. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 1999.
- MOURA, P. *Dicionário electrónico de siglas e acrónimos*. Mestrado em Linguística (Novas Tecnologias. Aplicações ao Estudo e Ensino do Português), FLUL, Portugal, 2000

- NUNES, J.H. "Janelas da Cidade: Outdoors e Efeitos de Sentido". *Ver e Dizer*, Escritos, vol.2, pp. 03-12. Campinas, SP: Laboratórios de Estudos Urbanos Nudecri/Unicamp, 1999.
- O'NEILL, M. *Green Parties and Political Change in contemporary Europe*. London: Ashgate Publishing Ltd, 1997.
- ORLANDI, E.P. "A Análise do Discurso: algumas observações". D.E.L.T.A, vol. 2, n.01, pgs. 105-126, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A Linguagem e seu Funcionamento - as formas dos discursos*. Campinas, SP: Pontes, 1987a.
- \_\_\_\_\_. (org.) *Palavra, fé, poder*. Campinas, SP: Pontes, 1987b.
- ORLANDI, E.P. & GUIMARÃES, E. "Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito". *Sujeito e Texto*. Série Cadernos PUC-31, p. 17-36. São Paulo: EDUC, 1988a.
- ORLANDI, E.P., Guimarães, E. & Tarallo, F. *Vozes e Contrastes: um discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez Ed, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Terra à Vista - Discurso do Confronto: velho e novo mundo*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990.
- \_\_\_\_\_. *As formas do silêncio - no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_. "A Natureza e os Dados". Cadernos de Estudos Lingüísticos, no. 27, pp. 47-58. Campinas, SP: Unicamp/IEL, 1994a.
- \_\_\_\_\_. "Efeitos do Verbal sobre o Não-verbal", in *Rua – Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp*, Campinas, SP: Nudecri/Labeurb/Unicamp, 1995.

- \_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*.  
Campinas, SP: Pontes, 1999.
- OSAKABE, H. *Argumentação e Discurso Político*. SP: Kairos Livr. Ed., 1979.
- PÁDUA, J.A. "The Birth of Green Politics in Brazil: exogeneous and endogenous factors" In: Rüdig, Wolfgang (ed.). *Green Politics Two*.  
Edinburgh: Edinburgh University Press, 1992.
- PEATTIE, K. *Green Marketing*. London: Longman, 1992.
- PÊCHEUX, M. (1969). "Análise Automática do Discurso (AAD-69)". In: Gadet, F. & Hak, T. (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
- \_\_\_\_\_. (1975) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1988.
- \_\_\_\_\_. (1983) *O Discurso - Estrutura ou Acontecimento* (Trad. E.P. Orlandi) Campinas, SP: Pontes (Tít. Original: *Discourse: structure or event*), 1990.
- PELLEGRINI, A. *Ecologia, Cultura e Turismo*. São Paulo: Papirus, 1993.
- PONTING, C. *Uma História Verde do Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- RAMOS, L.F.A. *Meio Ambiente e Meios de Comunicação*. São Paulo: Annablume, 1995.
- RICHARDSON, D. & ROOTES, C. (ed.) *The Green Challenge - the development of green parties in Europe*. London: Routledge, 1995.
- RÜDIG, W. (ed.) *Green Politics Three*. Edinburgh University Press, 1995.

- SAUSSURRE, F. (1916) *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- SOUTHWICK, C.H. *Ecology and the Quality of our Environment*. London: Litton Educational Publishing, 1980.
- SCHMITT, R. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- SEARLE, J. (1969) *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SEILER, D-L. *Os Partidos Políticos* (Trad. Renata M.R. Cordeiro. Título original: *Les partis politiques*, 1993). Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- SOUZA, D.M. *A Questão Ideológica e o Ensino de Leitura do Inglês: Uma Proposta de Reflexão Pedagógica Através do Discurso de Tema Ecológico em Livros Didáticos*. LAEL-PUC-SP. Dissertação de Mestrado, 1993.
- VIEIRA, L. *Fragmentos de um discurso ecológico*. São Paulo: Contexto, 1990.
- VINCENT, Andrew *Ideologias Políticas Modernas*. RJ: Jorge Zahar Ed., 1995.
- VIOLA, E.J. et alii *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- WALDMAN, M. *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil*. SP: Ed. Contexto, 1990.
- YOUNG, J. *Post Environmentalism*. London: Belhaven Press, 1990.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. *Cidadãos Modernos: discurso e representação política*. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 1997.

ZIZEK, Slavoj. (1994) "O Espectro da Ideologia", In: *Um Mapa da Ideologia*.(Trad. Vera Ribeiro) Rio de Janeiro: Contraponto, p. 07-38, 1996. (Tít. Original: *Mapping Ideology*. Verso, 1994).

# APÊNDICE 1

## Relação dos documentos analisados

- *Green Party Manifesto, Philosophical Basis, 1995;*
- *Green Party General Election Manifesto 1997;*
- *European Manifesto of the Green Party of England & Wales, 1999;*
- *Green Party of England and Wales – Statement of Core Principles, updated: May 18, 2001;*
- *Green Party of England and Wales – Philosophical Basis, 2001;*
- *Green Party Manifesto, amended 2000;*
- *Green Party General Election Manifesto 2001;*
- ***Sustainable Economics***, *bimonthly newsletter of the Green Economy Working Group of the Green Party of England and Wales, 2001;*
- *Manifesto do Partido Verde Brasileiro (1998);*
- *Programa do Partido Verde Brasileiro (1998);*
- *Manifesto do PV, Propostas, 1986*

## APÊNDICE 2

### **1) *European Manifesto of the Green Party of England & Wales 1999***

#### **Introduction**

There has never been a better time to vote Green. Proportional Representation (PR) gives the Green Party every chance of winning seats for the first time in a national election. Had PR been used in the 1989 European elections, Greens would have won at least 10 seats. If everyone who voted Green in the 1994 European elections does so on June 10th, it will take just one or two extra votes this time to elect Britain's first Green MEPs. If you have ever felt like voting Green before, but didn't because you thought we wouldn't win, vote Green now - there has never been a better time.

There has never been a greater need to vote Green. The European Union (EU) started more than 40 years ago with the ideals of peace and internationalism. Over time these have been swamped by a relentless drive for power and profits. The Single Market, the Maastricht Treaty and Monetary Union have followed one after another. Each puts profits before people and the environment. With every step economic control has been centralised, giving ordinary people less and less say in the decisions that affect their daily lives.

Greens want a very different kind of European Union: one where people who are affected by its decisions are directly involved in making them. Things that primarily affect local communities should be sorted out locally. Issues that affect the UK alone should be decided in the UK. Decisions that affect other member states as well should be made jointly at EU level.

The EU imposes rigid uniformity on its members despite their many social and environmental differences. Instead, it should help member states agree minimum standards on matters of common concern. Individual member states should be free to set higher standards without fear of being taken to the European Court of Justice or being accused of erecting 'barriers to trade'.

The EU has many good intentions but these are contradicted by the way it spends its money. For example, the Common Agricultural Policy consumes

half the EU budget. It promotes intensive agriculture that destroys jobs and pollutes the soil and water. It generates food mountains. Often these are dumped in developing countries at knock-down prices, undermining local markets.

The Green Group in the European Parliament is at the forefront of the battles to protect the environment and promote human and animal rights. Green MEPs work tirelessly to bring democracy to the institutions of the EU and combat the corruption of the European Commission. With Greens in government in Germany, France, Italy and Finland, the Green Group has powerful allies. It is time for Britain's Greens to take their place in this growing international movement. There has never been a better time to vote Green. GREEN VOTES COUNT.

### **The Greening of society has begun**

We depend upon a fragile, natural world of which humans are only a small part. It is insane to damage the very ecosystems that we depend on. Many of you share this view and are working towards the agenda we set more than 25 years ago, but more is needed. It is vital that we change the way the world is run. We need to see more Greens elected to and influencing all levels of government. At grassroots level, local people are forcing the UK Government to respond to local needs. Government policy is beginning to promote environmental sustainability in areas such as transport and air quality. A Green vote will accelerate such changes.

In local government, Green councillors are pushing Green planning and transport solutions up the political agenda and were the first to defend the rights of school children to be given food free of genetically modified ingredients. In the UK Parliament, the Green Party has co-authored and financially supported three Bills. The Home Energy Conservation Act and two Acts on Road Traffic Reduction are now law.

There are Green MPs in 17 European countries. The Green Party is a partner in government coalitions in France, Germany, Poland, Finland, Georgia and Italy. When you join us, you join a movement that is established and growing throughout Europe and world-wide.

## **Ten reasons to vote Green**

- 1. Green votes count:** For the first time in the UK, the voting system for this election is Proportional Representation. So this time, you can vote for what you believe in and get Green MEPs elected!
- 2. Green MEPs fight unemployment:** By reducing average working hours; creating work in useful activities like social care, energy conservation and public transport; and protecting employee rights for those in full and part-time work.
- 3. Green Taxes are fair taxes:** Green taxes ensure that businesses pay the full costs when they needlessly pollute and support growth of the renewable energy sector.
- 4. Green MEPs support natural farming:** Until the safety of GM crops can be guaranteed then they should be banned. EU agricultural subsidies must be shifted away from intensive farming and instead give support to safe organic methods.
- 5. The Green Party opposes UK membership of the Single Currency:** Decisions which affect people's livelihoods should be taken at as local a level as possible. Green MEPs will ensure that the central European Bank is made as democratically accountable as possible.
- 6. Greens seek the end of nuclear power:** We are appalled by the long list of deadly leaks and accidents from this dangerous industry. Nuclear subsidies must stop and be replaced by support for clean energy production and energy conservation.
- 7. Green MEPs promote peace:** We do not want the proposed EU army nor a Eurobomb nuclear capability. We would instead invest in a peace corp skilled in peacekeeping, nuclear disarmament, and the control of the evil European arms trade industry.
- 8. Greens demand compassion in farming:** We believe that animals have rights and are not industrial products. Animals are sentient creatures and must be treated as such. We support the Farm Animal Welfare Charter of the CIWF.
- 9. Green MEPs defend the poorest countries:** Their international debts must be written off quickly so that they can make a fresh start. The Green Party is a member of Jubilee 2000.
- 10. Green MEPs make a vital difference:** There are already 27 Green MEPs from 8 countries in the European Parliament. They have led the way on key issues such as pollution control, climate change, the transportation of live animals, and in exposing corruption and incompetence in the Commission.

**II) Green Party of England and Wales – Statement of Core Principles, updated: May 18, 2001**

We believe that:

Life on Earth is under immense pressure. The environment around us is threatened with massive destruction. Conventional politics has failed us because its values are fundamentally flawed.

The Green Party isn't just another political party. Green politics is a new and radical kind of politics guided by these core principles;

1. Humankind depends on the diversity of the natural world for its existence. We do not believe that other species are expendable.
2. The Earth's physical resources are finite. We threaten our future if we try to live beyond those means, so we must build a sustainable society that guarantees our long-term future.
3. Every person should be entitled to basic material security as of right.
4. Our actions should take account of the well-being of other nations and future generations. We should not pursue our well-being to the detriment of theirs.
5. A healthy society is based on voluntary co-operation between empowered individuals in a democratic society, free from discrimination whether based on race, colour, sex, religion, national origin, social origin or any other prejudice.
6. We emphasise democratic participation and accountability by ensuring that decisions are taken at the closest practical level to those affected by them.
7. We look for non-violent solutions to conflict situations, which take into account the interests of minorities and future generations in order to achieve lasting settlements.
8. The success of a society cannot be measured by narrow economic indicators, but should take account of factors affecting the quality of life for all people: personal freedom, social equity, health, happiness and human fulfilment.
9. Electoral politics is not the only way to achieve change in society, and we will use a variety of methods to help to affect change, providing those methods do not conflict with our other core principles.
10. The Green Party puts changes in both values and lifestyles at the heart of the radical green agenda.

## **PHILOSOPHICAL BASIS**

### *PB 001 Statement of Core Principles*

Life on Earth is under immense pressure. It is human activity, more than anything else, which is threatening the well-being of the environment on which we depend. Conventional politics has failed us because its values are fundamentally flawed. The Green Party isn't just another political party. Green politics is a new and radical kind of politics guided by these core principles;

1. Humankind depends on the diversity of the natural world for its existence. We do not believe that other species are expendable.
2. The Earth's physical resources are finite. We threaten our future if we try to live beyond those means, so we must build a sustainable society that guarantees our long-term future.
3. Every person should be entitled to basic material security as of right.
4. Our actions should take account of the well-being of other nations, other species, and future generations. We should not pursue our well-being to the detriment of theirs.
5. A healthy society is based on voluntary co-operation between empowered individuals in a democratic society, free from discrimination whether based on race, colour, gender, sexual orientation, religion, social origin or any other prejudice.
6. We emphasise democratic participation and accountability by ensuring that decisions are taken at the closest practical level to those affected by them.
7. We look for non-violent solutions to conflict situations, which take into account the interests of minorities and future generations in order to achieve lasting settlements.
8. The success of a society cannot be measured by narrow economic indicators, but should take account of factors affecting the quality of life for all people: personal freedom, social equity, health, happiness and human fulfilment.
9. Electoral politics is not the only way to achieve change in society, and we will use a variety of methods to help affect change, providing those methods do not conflict with our other core principles.
10. The Green Party puts changes in both values and lifestyles at the heart of the radical green agenda.

## *PB 100 Green Politics*

PB 101. "Only after the last tree has been cut down,  
Only after the last river has been poisoned,  
Only after the last fish has been caught,  
Only then will you find that money cannot be eaten."

PB 102. Like all creatures, humankind depends upon a healthy natural environment for its survival. Yet it is human activity, more than anything else, which is threatening the environment and, ultimately, threatening the future of life on Earth as we currently know it.

PB 103. Conventional political and economic policies are destroying the very foundations of the well-being of humans and other animals. Our culture is in the grip of a value system and a way of understanding the world which is fundamentally flawed.

PB 104. Since the beginning of the Industrial Revolution, society has expected continual increases in material affluence for the people of the world, and has therefore relentlessly pursued the goal of economic growth. Some nations, such as our own, have indeed become very rich and yet within them there is still abject poverty. Meanwhile, the poor nations of the world are becoming poorer as wealth continues to be transferred to the rich nations from the poor ones.

PB 105. We cannot go on indefinitely exploiting and wasting the natural resources of a finite world. If humans continue to promote policies which require the unlimited consumption of raw materials, it will lead not to more riches, even for the few, but poverty for all.

PB 106. Traditional politics divides humans from nature and the individual from society. The rejection of this way of seeing the world is fundamental to Green philosophy. Rather than set them against each other, the Green Party seeks healthy interdependence of individual, nature and society.

PB 107. As human beings, we all have the potential to live co-operatively and harmoniously with each other, and with reverence and respect for the complex web of life of which we are a part. Yet it has become increasingly obvious that this potential cannot be realised while basic human needs remain largely unmet.

PB 108. By basic needs we mean not only the physiological needs of food, water, air, shelter and sleep, but also psychological needs. These include the need for love, respect, autonomy, security, and meaningful activity within our communities.

PB 109. The fact that many people's basic needs are not met has far reaching consequences. This is expressed as anxiety, insecurity, and aggressive behaviour towards others, and exploitation of their environment. These personal factors give rise to and are then perpetuated by, social institutions which actively encourage oppression, pollution, resource depletion, poverty and military conflict.

PB 110. The Green Party therefore places both personal and political change at the heart of its response to the ecological crisis and is committed to creating a society in which individuals, through their ability to satisfy their basic needs more fully, are then able better to contribute to future sustainability. This principle is reflected in the radical Green agenda both for changes in values and lifestyles, and for reformed social, economic and political structures.

PB 111. The Green Party values the diversity of ways in which people relate to each other and the natural environment. It seeks a balance between a number of different processes which contribute to human well-being, rather than stressing one at the expense of all others. It refuses to treat any single value, whether freedom, wealth or equality, as a supreme criterion of political success. In an ecological society a wide range of lifestyle choices will be promoted as individuals and communities seek to establish the most appropriate means of implementing sustainability.

#### *PB 200. Humans in the Environment*

PB 201. The human species is a latecomer to the biosphere. Our survival depends upon the continued survival of all the ecosystems which evolved before us. The Green Party therefore sees humanity as necessarily a dependent part of the natural environment. When human activity threatens the environment around us, that activity threatens our future survival. Political objectives should accept our dependence, not seek to transgress it. We do not believe that any other species is expendable.

PB 202. Conventional politics has established human domination of the exploitable environment as the basis of human power and the basis for hierarchies of wealth. Conventional politics ignores the environment's

complexity and full potential value. The Green Party promotes policies which respect it, based on the following key principles:

*PB 203. Ecological Politics*

Each organism is dependent on other species and on the physical world for its survival. Whereas human value judgements normally focus on human needs, value ultimately lies in the well-being of the whole ecosystem. Western society has seen nature as valuable only in so far as it is useful to humans. Where human "development" has irreparably damaged the ecosystem, species have been driven to extinction, and the land is as useless for human purposes as it is for other species.

*PB 204. Interdependence*

The Green Party recognises that humankind depends on its environment for its welfare, and conversely that human activities have a critical impact on environmental processes, with serious implications for the welfare and survival of other species. Therefore the proper relationship between humanity and its environment should be one of interdependence within it, not control over it. Like all forms of life, we take from others and give back in return. We should ensure that human activities contribute to, rather than destroy, the richness of life.

*PB 205. Diversity.*

The diversity of species living on this planet is a manifestation of its ecological complexity. This diversity sustains and strengthens all ecosystems so that they are able to withstand shocks to their functioning, such as earthquake or disease. The Green Party recognises the limits of humanity's powers to observe and understand natural processes and therefore recognises the necessity for protecting biodiversity for its own sake. The maintenance and enhancement of biodiversity is demonstrably beneficial to all life on earth, not just humans.

*PB 206. Sustainability*

The central integrating principle underlying all Green Party policies is that all human activities must be indefinitely sustainable. They must neither use resources faster than they can be replaced, nor create effects or products which cannot be assimilated indefinitely by the environment. It is no longer valid to follow conventional short-term political planning practices. The long-

term consequences of any activity must always be considered and ideally any planned action must either be in a form that can be continued indefinitely or will lead to a situation which can be indefinitely sustained.

### *PB 300. Humans in Society*

PB 301. Implementing the policies which will create an ecological society will necessarily take many years. It will require a great deal of social change if we are to accommodate the massive environmental changes facing us. We can, nevertheless, identify a number of principles upon which a truly sustainable society will be based.

### *PB 302. Democracy*

A healthy society is based on voluntary co-operation between equal individuals in a democratic society. Those decisions that establish a secure basis for such co-operation need to be taken by society as a whole through the democratic processes, but other issues should be left to individuals and communities to decide for themselves. An ecological society will be made up of self-governing communities of a variety of sizes which will regulate their own social and economic activities. Nothing should be decided at a higher level if it can be decided at a lower one. But the Green Party accepts that regional and national governments will continue to have an important role.

### *PB 303. Equality*

The legitimate interests of all people are of equal value. The Green Party rejects all forms of discrimination whether based on race, colour, sex, religion, national origin, social origin or any other prejudice. We accept the need for social institutions to protect the interests of the powerless against the powerful.

### *PB 304. Human Rights*

The fundamental, inalienable rights of each individual in a democratic society must be set out in a written constitution. The Green Party promotes the implementation of policies which protect human rights and rejects all forms of exploitation for any purpose whatsoever. Individual human rights include the freedom to combine with others in common endeavours in representative institutions such as trade unions and community groups. The Green Party believes that human rights can only ultimately be protected by the watchful activity of such organisations within society.

### *PB 305. Minorities*

Majority rule is insufficient as the basis for resolving conflicts. The Green Party promotes non-violent solutions to conflict situations. The interests of the minority and of future generations must be included in non-violent processes of conflict resolution in order to achieve lasting settlements.

### *PB 306. Internationalism*

It is the proper role of government to be concerned with the well-being of its citizens, but this should not be pursued to the detriment of other nations or future generations.

### *PB 307. Basic Material Security for All.*

Society should guarantee access to basic material security for all and should provide a wide range of opportunities for personal fulfilment in both a material and non-material sense. If hardship is even a possibility, a sense of insecurity will prevent individuals from acting in accordance with ecological constraints. A guarantee of security will not ensure voluntary ecological behaviour, but it is a necessary precondition.

### *PB 400. Characteristics of a Sustainable Society*

#### Freedom

PB 401. The Green Party affirms the importance of individual freedom and self expression. We believe people should be free to make their own decisions on matters which do not adversely affect others. Its importance lies in valuing the opportunity people have to make their own decisions, accept responsibility for them and develop in their own way.

PB 402. Our commitment to freedom necessarily requires certain restrictions. Firstly, wealth and power are often used to curtail the freedoms of the poor and powerless. The protection of legitimate freedom therefore requires restrictions on oppressive activities.

PB 403. Secondly, individual freedom should not be exercised where that freedom depends on the exploitation or harm to any person or group in society, or to the environment. Where the exercise of such freedoms harms

others the Green Party believes it is legitimate that those rights should be curtailed.

PB 404. Thirdly, individual freedom includes the freedom to combine with others in common endeavours in such a way that decision-making powers are delegated to representative institutions such as trade unions, community groups and governments.

### Wealth

PB 410. The Green Party recognises that our wealth must be more broadly defined than simply including payment of money. We benefit as a nation from the wealth of natural resources around us such as clean air, rainfall, energy from the sun and the planet's biodiversity. Our society also depends upon the unpaid work provided by carers and volunteers.

PB 411. We reject the view that wealth can be measured solely in monetary units, a view which allows its adherents to think it consists primarily of the results of human labour. This error has caused successive governments to pursue objectives which appear to increase the nation's wealth while in fact they reduce it. Symbols of wealth, like money, reinforce the error and dominate political decision making. Economic growth is a poor guide to human welfare.

PB 412. New economic ideas, institutions and organisations are needed to reduce our dependence on such symbols. Economic policy should be directed not to maximising the forms of wealth that can be measured in monetary terms, but to ensuring that the needs of all are met.

PB 413. A sustainable society can be prosperous, but it cannot have continually rising affluence. We accept that there is a limit to the wealth each person can receive, and this is true no matter how much or how little work needs to be done to produce that wealth. Some redistribution of income will be required. What wealth there is must be shared in such a way that everyone has a guarantee of economic security, otherwise people will not heed ecological restraints in their daily lives.

### Conservation

PB 420. Under the present system, economic growth is supported by unlimited consumption of both renewable and non-renewable resources. However, on a finite world there is not an infinite supply of natural resources.

The Green Party recognises limits to growth. Limits to growth are likely to be imposed primarily by resource depletion and the ever-increasing costs of pollution. Furthermore, land also is in limited supply. An expanding world population demands expanding food supplies. Irresponsible land use planning, degradation of land through human activity and changes in land quality and availability due to climate change, mean that land must be managed in such a way as to ensure sustainable human development and safeguard biodiversity'

PB 421. Conservation of land and natural resources will be very important in order to protect the natural environment from pollution and degradation. The Green Party believes that technologies which promote reuse and recycling of materials and products should be given priority over the production of goods from newly generated resources. We believe our towns and cities should be structured in such a way as to maximise resource conservation.

### Progress and Technology

PB 430. We value the processes of researching and developing new technologies. However, they not should be considered self-evidently desirable, nor should lifestyles based on more complex technologies be considered necessarily superior to lifestyles based on simpler ones. All too often the expression 'You can't stop progress' is used to express despair, and aptly describes a society which knows it is regressing but has not found the means to stop.

PB 431. Technology, like other aspects of human culture, needs to be used selectively and within limits. The path of technological development is not a given, but a choice made by society. We should choose to develop technologies that are inherently beneficial to the common good.

### Empowerment

PB 440. Power is simply our ability to be effective, but it takes different forms. 'Power over' is dysfunctional, succeeds only at the expense of others and should be limited and contained. 'Power to', or empowerment is our potential to co-operate and take control over our own lives. Organisations which have based themselves on empowerment have found that they are as successful, if not more, at achieving their aims, and have delivered considerable social and environmental benefits.

PB 441. However, 'power over' remains the dominant force in our hierarchical, competitive society. We have to engage with it, but we do so only in order to transform it. This requires changes in law, culture and economics.

PB 442. The Green Party does not believe there is an automatic moral obligation on all people to obey their governments. It seeks to maximise the extent to which obedience to laws is based on consent and minimise the need for conformity through deterrence. We believe there are occasions when individuals and groups in society may openly, and peacefully, protest at an unjust law or practice through civil disobedience.

PB 443. We seek a society in which people are empowered and involved in making the decisions which affect them. We reject the hierarchical structure of leaders and followers, and, instead advocate participatory politics. For this reason the Green Party itself does not have an individual leader.

### Property

PB 450. The Green Party believes that, since human well-being depends on the use of land and its physical resources, property laws should be designed to ensure that all have access to the things they need. All those who have a stake in property should have a real say in how it is managed. Common goods need to be accountably managed by the community that depends on them.

PB 451. Property laws should permit neither states nor individuals to treat their property in whatever way they choose. Instead they should aim to ensure that all people, where they wish it, have their needs met through access to the land and its resources, while maintaining its quality for future generations. Property laws should therefore impose duties on owners as well as granting rights.

### Work

PB 460. The Green Party recognises that work plays a central part in a healthy and balanced life. People have a natural desire to make a contribution to the common good.

PB 461. We therefore oppose the view of work which treats it as an unfortunate necessity to be performed by machines whenever possible and we oppose the reduction of people's working lives to a series of simple,

repetitive activities. Labour-saving devices may be valuable in some circumstances, but not all. We believe that access to creative, rewarding work is a fundamental human right. We also oppose the view that hard work is to be praised for its own sake. A healthy life is a balanced one, including time for both work and leisure.

PB 462. The quality of work is as important as the quantity. As working practices adapt to new technologies, there is an increasing divide between the work that needs to be done and the paid employment which provides incomes. The Green Party believes that employment policies should aim to match the work which needs to be done with the abilities of people.

#### *PB 500. Strategy*

PB 501. We do not believe that there is only one way to change society, or that we have all the answers. We seek to be part of a wider green movement that works for these principles through a variety of means. We generally support those who use reasonable and non-violent forms of direct action to further just aims.

PB 502. Our beliefs will bring us into conflict with those committed to material affluence, the accumulation of power and the unsustainable exploitation of the Earth. We are always ready to negotiate with those who oppose us, and seek fair settlements that respect their needs for security, self esteem and freedom of choice.

PB 503. We will even work with those who disagree with us where sufficient common ground can be found to do so. However, we do not seek power at any price, and will withdraw our support if we are asked to make irreversible or fundamental compromises.

(Green Party Amended 19 March 2000)

#### **IV) Green Party General Election Manifesto 1997**

In each election, politicians tell us that everyone will be better off if we can just make our economy grow a little faster. Whilst they make their speeches, another person loses their job, another tree gets cut down, and another water source is polluted.

It doesn't have to be like this. We don't have to make goods which don't last and in ways which exploit people. We don't have to grow huge food mountains that we can't eat. By trying to produce more and more we are wasting what we have. How have the other parties become so out of touch with the real problems of our world? It could be so different. There is no physical barrier to a world where everyone can enjoy a good quality of life. Our culture of waste needs to change to one where we make efficient use of our global resources.

Greens believe that we can meet the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their needs. To do this we must use resources wisely and cut pollution to levels that nature can cope with. Greens are realistic. We recognise that this can't be the first priority for those struggling to survive. So we look for solutions to both the social and environmental problems that face us.

We also believe that better results are achieved when the people who are affected by decisions are involved in the making of those decisions. This needs politicians who are accountable. Democracy should mean more than just the chance to vote in an election once every five years with no say over what happens in between.

Greens are honest. We tell you what we think and not what we think you want to hear.

At this election we don't need more promises that no one expects to be kept. What we need is an honest analysis of the problems facing us, with realistic solutions. In this manifesto we show what is wrong with the outdated grey approach. But much more importantly, we offer the green alternative for a sustainable future - not only for us, but for generations to come.

## **Exploiting people and the planet**

We live in a world where the degree of poverty and environmental destruction is shocking. A key cause of this is the growing importance of the global economy. This has encouraged the development of free trade areas and restricted the self sufficiency of entire regions.

At the heart of this drive for free trade is the World Trade Organisation (WTO). The WTO has enormous powers to limit the ability of governments to influence their own economies. This has created policies which are so

socially and environmentally damaging that they could never have been adopted if local communities had greater control over their own economies.

Unnecessary global trade creates imports which kill local industries. For example, in the UK the apple industry lost 14% of its apple orchards in 1995 alone (source: Resurgence). Workers worldwide are finding that jobs are being exported to countries where labour costs are lower. The extra transportation further adds to our environmental problems by increasing global warming.

Countries in the Third World are also being harmed by a huge burden of debt. The World Bank, western banks and the International Monetary Fund gave loans which could not be repaid and supported many projects which harmed the environment. To pay back the loans, these countries grow cash crops rather than food for themselves. This is why Ethiopia actually exported food at the height of its famine.

Paying back the loans causes further degradation of the global environment. Soil erosion increases as intensive farming techniques are used and logging concessions allow yet more rain forests to be cut down. Health and education budgets are cut to save money and the poor get poorer. And this has one further effect, the global birth rate increases.

In poorer countries, there are no pensions and so children are seen as a way to provide security in old age. Poverty results in bigger families. Countries with low levels of education also have high birth rates (source: World Health Organisation). Many unwanted pregnancies are caused by inadequate access to family planning facilities (source: World Fertility Survey).

The world's population has doubled since 1945 and will soon reach 6 billion. As it rises the pressures on our world increase further and result in even more loss of forests and wildlife habitats. There is, however, one myth about the population explosion which needs to be rejected - this is not simply a 'Third World problem'. A baby born in the rich world grows up to consume forty times more of the Earth's resources.

Current Aid policies are failing to help the poorer countries. They create large capital-intensive projects which are designed without any understanding of the needs of the local people. Aid is needed which helps countries to become less dependent on 'gifts' from the rich countries and, instead, to become more self-reliant.

## **Fair trade based on self-reliance**

The WTO should be disbanded and replaced with an organisation which aims to develop strong self-reliant regions where individual communities meet more of their own needs.

Third World debt should be written off for the poorest countries and reduced for the rest.

Aid should be raised to 0.7% of GNP within five years with priority given to small scale projects based on local self-reliance and low environmental impact technologies.

The World Bank and the IMF must be reformed. Their decisions should be open to public scrutiny.

Projects should not damage the individual or group rights of local populations.

We should promote a gradual reduction in the UK population.

## **Meeting our needs**

We all need a basic level of material security - enough to eat, a safe place to live, clean water, adequate health care, and satisfying work. Instead we have poisoned our food with unnatural farming practices, left properties empty with thousands homeless, and polluted our air with needless road traffic. Let's face it, the grey approach doesn't even meet our basic needs.

In this manifesto we have explained what is wrong with the old approach. And we've shown you, in some detail, what the green solutions are. So now it's up to you. Are you going to be like the grey parties and just talk green - or are you going to vote Green at this election?

## **The Real World**

Maybe you still need to be convinced that New Labour, the Conservatives and the Liberal Democrats simply don't understand what it means to be Green.

Real World is a coalition of nearly 40 voluntary campaigning organisations

from Charter 88 and Christian Aid to the World Wide Fund for Nature and the World Development Movement. Its demands are moderate and any green party would support them wholeheartedly. The Green Party fully endorses this programme. Can that be said of any other Party?

### **The Greening of society has begun**

Greens have always recognised that we depend upon a fragile natural world of which humans are only a small part. We can't keep damaging the very ecosystems that we depend on. Many now share this view and are rallying around an agenda that we set more than twenty years ago, but it is not enough to be right. We must change the way that the world is being run. This is why you will see Greens influencing government policies at all levels.

In Parliament, the Green Party has co-authored and financially supported two bills. Both of these, including the Home Energy Conservation Act, are now law. Our latest piece of legislation, the Road Traffic Reduction Bill, has just passed its second reading.

In local government, we continue to increase our numbers and influence. In councils across the country Green councillors have pushed green planning and transport solutions up the political agenda and have involved a wider cross-section of the population in council business.

At grassroots level, the action of local people has forced the Government to re-examine its policies on road building, air quality and the movement of live animals.

In fourteen European states, the Green Party has MPs. In Finland, Italy and Georgia, the Green Parties are part of government coalitions and, in Australia, Greens hold the balance of power in the Upper House. When you join us, you join a movement that has spread across the world.

### **Your chance to make a difference**

In the time it has taken you to read this manifesto, local authorities in the UK have dumped 1,140 tonnes of waste, 18,000 acres of tropical forest have disappeared, 4 million tonnes of top soil have eroded away and 2,000 people have died from hunger-related diseases. Tomorrow, another species will become extinct. Don't wait another day. Join the Green Party now.

## **V) GREEN PARTY GENERAL ELECTION 2001 MANIFESTO**

### **Introduction**

The Green Party is reaching for the future. We are working to create a caring and secure society in Britain, at peace with itself and the world: a multicultural society in harmony with nature, where justice underpins every aspect of national life.

We are already having an effect. Green Party policies that were once marginal are becoming mainstream. Our rejection of road building is widely shared. The Government has begun to write off 'third world' debt. Nuclear power is seen as a threat, not an asset, and the reality of climate change is accepted. But there is still much to be done.

Successive governments have realised the necessity of our Green solutions. They have made speeches, issued white papers, and signed international treaties. Yet almost always, they have failed to act. Why? Because to put people and the planet before profits would have been considered 'unrealistic' when so many powerful vested interests are at stake.

It's not as if they failed to act because they were too busy delivering benefits elsewhere. There might be more material wealth in our society than ever before, but it is bought at a heavy price. It is spread increasingly unfairly between rich and poor. It is not used, as it should be, to provide decent public services and quality of life for all. As a result, our health service is failing and our railways are crumbling. Stress, depression and juvenile delinquency stand at record levels.

This manifesto presents the policies to cure these ills and make our vision real – policies that will provide for our needs without denying those of future generations; share wealth fairly at home and abroad; gain control of the spiralling global economy; and give everyone a stake in how our society is run.

More and more people are trusting the Green Party to provide not just the ideas, but also the political leadership to make them happen. At the last European elections British Green MEPs were elected for the first time. We hold seats in the London Assembly and Scottish Parliament. We have more councillors now than ever before.

We are reaching for a just and sustainable future. Join us. Vote Green.

## **VI) MANIFESTO DO PARTIDO VERDE**

O Partido Verde (PV) se forma para lutar pela liberdade, paz e ecologia, pelos direitos civis, pela autonomia, autogestão e formas alternativas de vida. Surge a reflexão sobre questões que dizem respeito à vida de todos.

Nunca na sua história a humanidade esteve tão ameaçada: os riscos de proliferação nuclear, a corrida armamentista, a devastação cada vez maior da natureza, os repetidos desastres ecológicos, a fome, o desperdício, as desigualdades sociais, a violência crescente nos grandes centros urbanos.

Tudo isso configura uma verdadeira crise de civilização e faz com que cada cidadão consciente se preocupe com o futuro. Em diversos países, os adeptos da ecologia política se organizam em partidos para levar sua mensagem. Com o inegável avanço político registrado no país nos últimos anos, amadurecem as condições para a criação de um Partido Verde no Brasil.

O Partido Verde se define como um movimento de cidadãos e não de políticos profissionais ou homens de aparelho. Considera que o povo brasileiro está descontente com a chamada "classe política" e almeja um tipo de representação e ação mais eficiente, desinteressada e moderna. O povo brasileiro está cansado de uma elite fisiológica, que vê na política não uma forma de representação das aspirações dos cidadãos, mas uma carreira profissional, um caminho de enriquecimento e poder individual.

O Partido Verde não pretende o monopólio de nenhuma dessas bandeiras que defende; sabe que em torno de cada uma delas encontrará aliados em outros partidos e na sociedade em geral. Considera, no entanto, que a sua formação e atuação será uma contribuição nessa luta. O Partido Verde pretende ser um canal de expressão das novas idéias que surgiram, nos últimos anos, na sociedade brasileira. Ele pretende contribuir para a formação de um grande movimento ecológico, pacifista e alternativo, capaz de influenciar os destinos da nação brasileira, neste limiar do século XXI. Participar do debate e da solução dos problemas crônicos que, há séculos, afligem a nossa sociedade e, também, dos novos problemas que começam a se colocar e que irão, fatalmente, provocar profundas mudanças, como é o caso da informática e da robótica. Dependendo de como essas questões sejam encaminhadas, elas poderão trazer mais liberdade e autonomia ou mais repressão, alienação e desemprego no futuro dos brasileiros.

O Partido Verde, no Brasil, tem ainda outras responsabilidades. É parte integrante de um bloco social e político que trava a luta mais ampla contra a opressão, a desigualdade, a fome, a miséria, a prepotência das elites, a corrupção, o atraso cultural e outros resquícios do autoritarismo. Estará engajado, junto com todas as outras forças políticas e sociais do bloco popular, na luta pela Reforma Agrária (...) por melhores condições de vida e trabalho, pela consolidação e exercício pleno das liberdades democráticas e dos direitos humanos no Brasil (...).

O Partido Verde não vê a política apenas no seu plano institucional, ao nível do parlamento, dos ministérios, secretarias, palácios e gabinetes; se preocupa com a política do cotidiano. Neste sentido, estará ao lado de todas as entidades, organizações populares e movimentos que almejam transformar a vida das pessoas fazendo-a mais livre e digna. Estará ao lado das mulheres, dos negros, das chamadas minorias, de todos os grupos vítimas da opressão generalizada ou específica. Defenderá uma sociedade cada vez mais descentralizada, em todos os níveis, onde nenhum grupo, econômico, político ou cultural possa impor sua hegemonia ou a dos seus interesses, sobre os demais. Onde nenhum interesse econômico ou político possa continuar devastando a natureza, poluindo o meio ambiente e ameaçando a vida para servir sua sede de lucro e poder.

Acreditamos que, dificilmente, existirá outra nação onde a potencialidade da causa ecológica seja tão grande. Também, dificilmente, existirá outra nação onde a urgência desta luta seja tamanha. O Brasil é um dos países do mundo com mais natureza a defender e, simultaneamente, um dos países onde ela está sendo mais rapidamente devastada pela voracidade dos modelos econômicos predatórios, do capitalismo selvagem, pelo descaso e inoperância do Estado e pelo ainda baixo nível de consciência dos cidadãos. Acreditamos que este quadro pode ser modificado e que, apesar de tudo, as condições para tanto nunca estiveram tão favoráveis quanto agora. Por isso, o Partido Verde surge como uma alternativa política, para os que acreditam na possibilidade de uma vida digna e de uma nova sociedade.

Janeiro de 1986.

## **VII) PROGRAMA DO PARTIDO VERDE**

### *1 - Princípios*

1.1.O PV é um instrumento da ecologia política. Sua existência não é um fim em si mesmo e só faz sentido na medida em que sirva para fazer avançar suas idéias e programa na sociedade transformando concretamente a realidade. O PV faz parte de uma família política internacional, os verdes, que cresce em todo o mundo, desde o final dos anos 70. Se relaciona com os partidos e movimentos verdes de outros países com base na autonomia, fraternidade e solidariedade. Se propõe a desenvolver uma estratégia conjunta e uma ação coordenada em favor do desarmamento, da desnuclearização, do ecodesenvolvimento, da solução negociada dos conflitos e do respeito às liberdades democráticas, justiça social e direitos humanos em todos os países mundo.

1.2. Considerando a crescente impotência dos estados nacionais, mesmo os das nações mais poderosas, de controlar os fluxos da especulação financeira internacional e o aprofundamento das desigualdades na relação norte-sul; o aumento da exclusão, do desemprego e das injustiças sociais; as ameaças ambientais em escala planetária, como o "efeito estufa", a deterioração da camada de ozônio e a proliferação nuclear; os verdes devem tomar a iniciativa de propor formas supranacionais de controle democrático sobre as movimentações especulativas de capitais, sobre o fluxo de produtos e serviços que não contemplem em seus países de origem a sustentabilidade econômica, social e ambiental, e as agressões ao meio ambiente de efeito global.

1.3.O PV luta pelo fortalecimento do movimento ecologista e pela realização das suas propostas. Funciona como um canal de ação política, no campo institucional, para servir o ambientalismo, sem pretensões hegemônicas ou instrumentalizantes. O PV participa, através dos seus militantes, dos movimentos sociais, culturais e das organizações não governamentais. O PV deve organizar-se junto às comunidades locais, obter o poder através dos diversos níveis do legislativo e executivo, para a execução do programa verde no plano local, regional e nacional.

1.4. O PV não se aprisiona na estreita polarização esquerda versus direita. Situa-se à frente. Está aberto ao diálogo como todas as demais forças políticas com o objetivo de levar à prática as propostas e programas verdes. O PV identifica-se com o ideário de esquerda no compromisso com as

aspirações da grande maioria trabalhadora da população e na solidariedade com todos os setores excluídos, oprimidos e discriminados. Defende a redistribuição da renda, a justiça social, o papel regulador e protetor do poder público em relação aos desfavorecidos e os interesses da maioria dos cidadãos, não só diante do poder econômico, como dos privilégios corporativistas. Mas não segue os cânones da esquerda tradicional, da mesma forma com que questiona a atual hegemonia neoliberal, duas vertentes do paradigma produtivista do século XIX. Os verdes buscam na ecologia política novos caminhos para os problemas do planeta nessa virada de milênio.

1.5. O PV se identifica com os princípios democráticos e pluralistas: sufrágio universal, pluripartidarismo, voto facultativo, separação de poderes públicos e subordinação das Forças Armadas ao poder civil, livremente eleito pelo povo. Reconhece na democracia o instrumento de superação de divergências e defende o aprofundamento de uma cultura democrática que estimule o convívio pacífico, harmonioso, solidário e cooperativo entre os cidadãos. O PV defende no campo institucional:

**A REFORMA DO ESTADO:** a modernização, informatização, desburocratização e democratização, visando a formação de um corpo de administração eficiente, impessoal e democrático, capaz de atender da mesma forma qualquer cidadão, independente do seu status social. Esse objetivo de médio e longo prazo passa por uma política de remanejamento de pessoal, combate à acumulação de aposentadoria, destinado a reduzir e racionalizar o excesso de funcionários, esvaziar o clientelismo e chegar a um corpo menor, mais bem remunerado e instruído de servidores públicos, prestando serviços com atuação responsável.

**A FEDERAÇÃO:** Aprimoramento do desenho institucional do País para a afirmação de uma verdadeira federação através da definição clara dos papéis da União, Estados e Municípios e dos mecanismos que permitam a integração destas três instâncias.

**O PODER LOCAL:** os municípios devem recuperar o conjunto de competências necessárias ao seu exercício que significa a gestão do dia a dia da população. Deve passar à órbita municipal a gestão efetiva dos transportes e do trânsito, das águas e esgotos, do meio ambiente, da segurança, da saúde, da educação e dos demais setores básicos de imediato interesse da população.

**A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA:** devem ser criados mecanismos de democracia direta, como referendos ou plebiscitos que permitam aos cidadãos deliberar diretamente sobre questões de âmbito nacional, regional ou local, facilitada a participação ativa da população em conselhos para deliberar, fiscalizar e dar mais entrosamento e eficácia à ação do poder público.

**O PARLAMENTARISMO:** trata-se de um modelo institucional mais flexível e eficaz. O Partido Verde considera que eleitorado deve voltar a ser consultado, no início da próxima década, sobre essa questão.

## *2 - Economia Verde Para Uma Vida Melhor*

2.1. A estreita relação entre a questão ambiental e a questão social é a base da proposta verde para uma vida melhor. Os problemas tanto sociais como ambientais devem ser tratados numa perspectiva integrada e sistêmica para realmente terem efeito sobre a qualidade de vida da população. A simples reivindicação quantitativa, economicista de "mais" raramente trará consigo, de forma automática, uma vida melhor. Mais renda e mais consumo nem sempre são capazes propiciar, por si só, uma melhor qualidade de vida e mais felicidade, podem, eventualmente, até mesmo acelerar sua degradação. Inversamente, a simples preocupação conservacionista da natureza, sem uma sensibilidade social, a incapacidade de apontar modelos de desenvolvimento sustentável só pode agravar a miséria e abrir caminho a uma devastação ambiental ainda maior no futuro. Os verdes propugnam o ecodesenvolvimento (ou desenvolvimento sustentável) como caminho para combater a miséria e o desperdício. Isso significa gerar trabalho e empregos de forma intensiva na preservação e recuperação ambiental e desenvolver novos setores da economia baseados em tecnologias limpas e não poluentes.

2.2. EMPREGO, QUALIDADE DE VIDA E PRODUÇÃO: o desemprego e a exclusão são o principal desafio social planetário da virada do milênio. No Brasil a crônica marginalização de milhões de pessoas em relação à sociedade produtiva e de consumo será agravada por um novo desemprego, atingindo trabalhadores previamente integrados, sobretudo no setor industrial, resultante dos avanços da informatização, da automação e da internacionalização da economia. Para fazer frente a essa realidade é necessário:

- a) reduzir a jornada de trabalho para 35 horas semanais, sem redução de salários; criar mecanismos de emprego compartilhado e ampliar o seguro desemprego;
- b) o poder público investir diretamente e estimular investimento privado na criação de empregos com utilização intensiva de mão de obra na proteção e recuperação ambiental: reflorestamento, reconstituição de áreas degradadas, proteção e conservação de florestas e parques, reciclagem de lixo, saneamento básico e despoluição hídrica, educação ambiental e sanitária, ecoturismo, entre outros...;
- c) estimular as pequenas e médias empresas apoiando sua modernização e a adoção de tecnologias eficazes e na busca de novas formas de economia comunitária, cooperativa e autogestionária.

2.3. Numa economia mundial que se orienta cada vez mais para serviços mais diversificados e sofisticados, profundamente condicionada pela especulação financeira transnacional, é necessário lutar por uma retomada cada vez maior de investimentos produtivos prioritariamente na melhoria da qualidade de vida da população em todos os níveis, em novos serviços que preservem e recuperem o meio ambiente e melhorem o cotidiano das pessoas.

2.4. Os verdes não fazem uma distinção maniqueísta entre investimentos nacionais e estrangeiros. Preferem tomar como critério as implicações e conseqüências sociais e ecológicas desses investimentos e o valor de uso do bem ou serviço produzido, estimulando investimentos geradores de empregos e trabalhos, bens e serviços úteis, produzidos em melhores condições ambientais e desestimulando os baseados na superexploração do trabalhador e na poluição do meio ambiente ou na não-sustentabilidade.

## *OS 12 VALORES BÁSICOS DO PARTIDO VERDE*

**A ECOLOGIA:** A preservação do meio ambiente, o ecodesenvolvimento (ou desenvolvimento sustentável), a reciclagem e a recuperação ambiental permanente.

**A CIDADANIA:** O respeito aos direitos humanos, o pluralismo, a transparência, o pleno acesso à informação e a mobilização pela transformação pacífica da sociedade.

**A DEMOCRACIA:** O exercício da democracia representativa, através do processo eleitoral e da existência de um poder público eficiente e

profissionalização, combinado com mecanismos participativos e de democracia direta, sobretudo a nível local, através de formas de organização da sociedade civil e conselhos paritários com o poder público.

**A JUSTIÇA SOCIAL:** Condições mínimas de sobrevivência com dignidade para todas as pessoas. Direitos e oportunidades iguais para todos. O poder público como regulador de mercado, protegendo os mais fracos e necessitados, garantindo o acesso à terra e promovendo a redistribuição da renda, através de mecanismos tributários e do investimento público.

**A LIBERDADE:** A liberdade de expressão política e cultural, criação artística e informação; o direito à privacidade; o livre arbítrio em relação ao próprio corpo e à iniciativa privada, no âmbito econômico.

**O MUNICIPALISMO:** O fortalecimento, cada vez maior, do poder local, das competências municipais e das formas de organização e participação da comunidade. Para transformar globalmente é preciso agir localmente.

**A ESPIRITUALIDADE:** A transformação interior das pessoas para a melhoria do planeta. Reconhecimento da pluralidade de caminhos na busca da transcendência através de práticas espirituais e de meditação, ao livre arbítrio de cada um.

**O PACIFISMO:** O desarmamento planetário e local, a busca da paz e o compromisso com a não-violência e a defesa da vida.

**O MULTICULTURALISMO:** A diversidade, a troca e a integração cultural, étnica e social para uma sociedade democrática e existencialmente rica. Preservação do patrimônio cultural. Contra todas as formas de preconceito e discriminação racial, cultural, etária ou de orientação sexual.

**O INTERNACIONALISMO:** A solidariedade planetária e a fraternidade internacionalista diante das tendências destrutivas do chauvinismo, etnocentrismo, xenofobia, integralismo religioso, racismo e do neofacismo, a serem enfrentados em escala planetária, assim como as agressões ambientais de efeito global.

**A CIDADANIA FEMININA:** A questão masculino/ feminino deve ser estendida de forma democrática, avançando no sentido de se conceber uma profunda interação entre os dois pólos nos diversos setores da sociedade, visando uma real adequação às necessidades circunstanciais. Homem e

mulher devem buscar, como integrantes do sistema social, mudanças e transformações internas, que venham a se traduzir numa prática de caráter fundamentalmente cooperativo. Maior o poder, maior participação e maior afirmação da mulher, dos valores e da sensibilidade feminina, além do combate a todas as formas de discriminação machista ou sexista, por uma comunidade mais harmônica e pacífica.

O SABER: O investimento no conhecimento, como única forma de sair da indigência, do subdesenvolvimento e da marginalização para uma sociedade mais informada e preparada para o novo século. Erradicação do analfabetismo, educação permanente e a reciclagem de conhecimentos durante toda a vida. Prioridade ao ensino básico, garantia de escola pública, gratuita e de qualidade, para todos